

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
ANA CAROLINA NUNES DA CUNHA VILELA-ARDENGI

**MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA:**  
**LÍNGUA E IDENTIDADE NACIONAL**

UBERLÂNDIA – MG  
2007

ANA CAROLINA NUNES DA CUNHA VILELA-ARDENGHI

**MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA:  
LÍNGUA E IDENTIDADE NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira

UBERLÂNDIA – MG  
2007

Ana Carolina Nunes da Cunha Vilela-Ardenghi

Minha pátria é minha língua: língua e identidade nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística, Curso de Mestrado em Lingüística, do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Estudos em Lingüística e Lingüística Aplicada

Banca Examinadora:

Uberlândia, 19 de julho de 2007.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira – UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Mara Silveira – UFU

---

Prof. Dr. Sírio Possenti – UNICAMP

Para o Ricardo, pelo amor e  
companheirismo, sempre.

## AGRADECIMENTOS

À Fernanda, pela orientação, formação e amizade.

À Carmen, ao Cleudemar e ao João Bôsko, pelos ensinamentos.

Às professoras Eliane e Marina, pelas contribuições.

À banca, pela leitura.

Aos meus amigos do CED (Círculo de Estudos do Discurso) e GPAD (Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso), pela troca.

À Mara, à Cida, à Luciana, à Carla, à Kelen, à Heloísa, ao Luiz Fernando, pelo diálogo e inestimável amizade.

À Elaine, pela amizade e hospedagem.

À minha família por compreender a minha ausência em alguns momentos.

Aos meus sogros Ari e Adélia, pelo acolhimento.

Ao meu cunhado, Rodrigo, pelo interesse.

À vó Lia, pelo carinho.

À minha querida avó Laura, pelo colo e pelo amor.

Ao Roberto, meu irmão, que, mesmo à distância, me acompanhou sempre.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, força e compreensão.

Ao Ricardo, amor da minha vida, companheiro, amigo, apoiador.

A Deus, acima de tudo.

*A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio? (Napoleão Mendes de Almeida)*

## RESUMO

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era analisar os discursos acerca da legitimação de uma identidade lingüística nacional presentes nas matérias publicadas pela Folha de S.Paulo entre os anos de 2001 e 2005. Após uma seleção inicial de matérias, pudemos perceber, entretanto, que o debate sobre a língua inseria-se num contexto mais amplo, a saber, das discussões sobre a legitimação de uma identidade nacional. Partindo daí, formulamos a hipótese central de que as discussões acerca de uma identidade nacional supõem a questão lingüística. Em outras palavras, a língua é o elemento sobre o qual se apóiam os debates em torno da identidade nacional. Esses debates, por sua vez, desenrolam-se, na Folha de S.Paulo, em dois eixos temáticos diferentes. No primeiro eixo, a língua portuguesa é confrontada com o inglês, do que decorre uma controvérsia violenta a respeito da abertura ou fechamento da língua para os estrangeirismos daí advindos. Foram as matérias deste eixo que nos serviram de índice de que a discussão central era, não a legitimação de uma identidade lingüística, como poderíamos supor de início, mas, sim, de uma identidade nacional. Já no segundo eixo, o português brasileiro é posto em relação às demais variedades da língua portuguesa, sendo que, neste cenário, a polêmica – entendida como controvérsia violenta – não se instaura e ao português brasileiro, e, conseqüentemente, ao Brasil, é atribuído um papel de liderança no bloco dos países falantes de língua portuguesa, inclusive diante de Portugal, antiga metrópole. Para proceder à análise das 40 matérias que compõem nosso *corpus*, tomamos por base os postulados teóricos da Análise de Discurso de linha francesa, em especial alguns conceitos formulados no interior da proposta de uma semântica global de Dominique Maingueneau (1984/2005), tais como o de interdiscurso – mais especificamente, de campo discursivo e espaço discursivo – e interincompreensão.

Palavras-chave: língua portuguesa; identidade nacional; análise do discurso; Folha de S.Paulo.

## ABSTRACT

At first, the aim of this research was to analyse discourses on the national linguistic identity that appeared in the news pieces published by Folha de S.Paulo, between 2001 and 2005. The initial selection of the pieces allowed us to notice, however, that the debate about the language was part of a much bigger context: the discussions about the legitimation of a national identity. From that, we could formulate the central hypothesis of this research, which is, the debates about national identity is based on the linguistic factor. In other words, the language is the element that supports the discussions on national identity. These debates, in turn, are developed, in Folha de S.Paulo, on two different “thematic axles”. In the first one, the Portuguese language is confronted with English, and from that confrontation a severe controversy arises regarding the foreign expressions coming from English and used in Portuguese. The news pieces from this axle indicated to us that the discussions were not about the legitimation of the linguistic identity, as one may assume at first, but about the national identity itself. The second axle, on the other hand, confronted the Brazilian variety of Portuguese language with the other worldwide varieties, and, in this scene, the polemic – viewed as a violent controversy – did not take place and the Brazilian variety, and, consequently, Brazil, was given a leadership role among the other Portuguese-speaking countries, including Portugal, the former metropolis. To proceed the analysis of the 40 selected pieces of news of our *corpus*, we used the theoretical formulations of the French school of Discourse Analysis, especially some concepts developed by Dominique Maingueneau inside the proposition of a global semantics.

Key-words: Portuguese language, national identity, Folha de S.Paulo, discourse analysis.



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: Percurso teórico .....</b>	<b>14</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>14</b>
<b>2.</b>	<b>Do outro no mesmo ao mesmo no outro: caminhos da AD pecheuxtiana ....</b>	<b>15</b>
<b>3.</b>	<b>O primado do interdiscurso: novos horizontes para a AD.....</b>	<b>27</b>
<b>4.</b>	<b>A proposta de uma semântica global.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: Nação, nacionalismo e identidade nacional: imbricações .....</b>	<b>40</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>40</b>
<b>2.</b>	<b>As variações do conceito de nação: do século XVIII ao século XX.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1</b>	<b>A nação revolucionária .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2</b>	<b>O princípio da nacionalidade: nação e liberalismo .....</b>	<b>45</b>
<b>2.3</b>	<b>Protonacionalismo popular: a nação entre os anos de 1880 e 1918 .....</b>	<b>48</b>
<b>2.4</b>	<b>O apogeu do nacionalismo .....</b>	<b>55</b>
<b>3.</b>	<b>O impacto da globalização na definição do nacional.....</b>	<b>57</b>
<b>4.</b>	<b>A proposta de um núcleo <i>semiofórico</i> .....</b>	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III: Método e <i>corpus</i> .....</b>	<b>65</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>65</b>
<b>2.</b>	<b>A constituição do <i>corpus</i> .....</b>	<b>66</b>
<b>3.</b>	<b>O <i>ethos</i> da Folha.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1</b>	<b>O projeto editorial.....</b>	<b>83</b>
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO IV: Português e inglês: identidade e soberania.....</b>	<b>88</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>88</b>
<b>2.</b>	<b>Estrangeirismos: uma questão de (ab)uso .....</b>	<b>89</b>
<b>6</b>	<b>CAPÍTULO V: Língua portuguesa: uma pátria sem fronteiras (?) .....</b>	<b>106</b>
<b>1.</b>	<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>106</b>

2. Revendo posições.....	107
3. Nação e língua: confluências .....	117
7 Conclusões e perspectivas: alguns recomeços.....	122
1. Perspectivas .....	124
8 Referências bibliográficas .....	131
9 Anexos.....	134

## INTRODUÇÃO

A independência política do Brasil suscitou uma busca pela construção de uma identidade nacional que fosse desvinculada do elemento lusitano<sup>1</sup>. Conforme aponta Mussalim (2003, p. 175), essa discussão se apoiou sobre a questão da língua e teve início através de manifestações de caráter não sistemático entre os anos de 1820 e 1836:

ainda que essas manifestações não configurem uma discussão sistematizada em torno da questão lingüística, no seu conjunto já possibilitam verificar a existência de uma reflexão em torno das transformações lingüísticas do português do Brasil.

Porém, é somente a partir da metade do século XIX, com Varnhagen, que a discussão em torno da questão lingüística aparece como um problema de interesse nacional. O autor argumenta que “a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria”:

A noção da independência das letras é, pois, explicitamente tematizada em Varnhagen, mesmo que tal independência ainda se constitua no seio de uma unidade lingüística e literária entre Brasil e Portugal, unidade que é negada em argumentos de cunho nacionalista, como a bandeira levantada a favor da independência da poesia brasileira, mas, paradoxalmente, pressuposta nos limites (a gramática e os clássicos portugueses) que são traçados à língua e à literatura nacionais. (MUSSALIM, 2003, p. 178).

Mais tarde, a questão lingüística passa, com Gonçalves Dias, a se pautar pelo binômio *fala popular/língua escrita literária*: as novas palavras elaboradas pelo povo, as indígenas especialmente, para entrarem para a linguagem literária, deveriam passar por um trabalho de arredondamento do artista. Essa discussão também está presente em Macedo Soares e José de Alencar. A partir daí,

a discussão a respeito de uma língua nacional passa a ser, cada vez mais, sistemática e intrinsecamente vinculada a uma discussão mais ampla em torno da existência de uma literatura nacional e, muito pertinentemente, a respeito do modo como essa literatura representa, ou deveria representar, a realidade nacional. (MUSSALIM, 2003, p. 183).

Entretanto, mesmo que se lute, naquele momento, por uma distinção entre o português do Brasil e o de Portugal, isso é feito apenas no nível da língua falada. Assim,

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada dessa discussão durante o século XIX e início do século XX, vide MUSSALIM, 2003.

temos um outro binômio a garantir a legitimidade da identidade em construção, a saber, o binômio *língua falada/língua escrita* – “aquela lugar de transformações, esta reduto da oficialidade” (MUSSALIM, 2003, p. 192). A identidade nacional encontra-se, pois, situada entre uma percepção de diferença lingüística e a manutenção de valores clássicos portugueses, como o seu léxico, sua gramática e seus grandes escritores.

Embora, como aponta Mussalim (2003), a legitimação da identidade nacional já tenha sido um tema abordado mesmo antes da metade do século XX, é a partir desse século que a discussão se torna mais sistemática, o que, num certo sentido, é compatível com as observações de Hobsbawm (2004), que define a primeira metade do século XX como a fase de apogeu do nacionalismo. De acordo com o autor, na Europa, a problemática da identidade nacional é historicamente recente, sendo que o termo *nação* só irá aparecer em livros e dicionários a partir das décadas finais do século XVIII, para, só apenas nos dois séculos seguintes, tornar-se relevante do ponto de vista histórico. No entanto, como o próprio autor alerta, desde então tornou-se impossível imaginar um mundo sem se falar em nação e nacionalismo, e nós acrescentaríamos identidade nacional.

O nosso objetivo inicial era estudar a legitimação de uma identidade lingüística nacional a partir da polémica sobre a presença de estrangeirismos na língua portuguesa. Para tanto, optamos por trabalhar com a Folha de S.Paulo, onde travou-se um forte debate a respeito do projeto de lei 1676/99, de elaboração do deputado federal Aldo Rebelo, que tinha como meta “proteger” a língua portuguesa da “invasão” de estrangeirismos. No entanto, ao entrarmos em contato com os artigos sobre o assunto, notamos que havia ali uma discussão mais ampla, a saber: os debates em torno da legitimação de uma identidade nacional. Nesses debates, a língua entra com o elemento a garantir a soberania nacional, ou seja, é a partir da língua que se busca legitimar uma identidade que seja genuinamente nacional.

Além das matérias jornalísticas efetivamente envolvidas na polêmica, procuramos por outras que tratassem da língua portuguesa, para observarmos se, de fato, inseriam-se na problemática da legitimação de uma identidade nacional. Assim, chegamos a 40 matérias no total, publicadas entre os anos de 2001 e 2005 pela Folha de S.Paulo. Dessa forma, nosso objetivo é, precisamente, o estudo das questões envolvidas na definição de uma identidade nacional no Brasil do século XXI no interior do quadro teórico da Análise de Discurso francesa, de fundação pecheuxtiana.

Com base na leitura do *corpus*, pudemos perceber que havia na Folha de S.Paulo dois eixos temáticos diferentes sobre os quais se desdobrava a discussão em torno da língua: um que relacionava português e inglês (onde se localizava a polêmica que nos serviu de índice), ao qual iremos nos referir como eixo I; e outro que relacionava o português brasileiro às demais variedades do português existentes no mundo (eixo II). A partir disso, formulamos a hipótese de que os debates em torno da legitimação de uma identidade nacional passam, hoje, pela questão lingüística.

Para desenvolvermos a pesquisa, dividimos esta dissertação em cinco capítulos. O primeiro, intitulado *Percurso teórico*, expõe as bases sobre as quais se desenvolverão as análises do *corpus*. Trabalharemos basicamente a partir de dois conceitos – o de interdiscurso e o de interincompreensão – formulados no interior da proposta de uma semântica global desenvolvida por Maingueneau (1984/2005), segundo a qual todos os planos da discursividade se submetem a um mesmo sistema de restrições – responsável pela fixação de critérios que definem, dentro de uma dada formação discursiva, o que pode ou não ser dito por seus enunciadores. Tal proposta possibilita a constituição não apenas de *corpora* lingüísticos, mas também intersemióticos.

O capítulo II – *Nação, nacionalismo e identidade nacional: imbricações* –, por sua vez, apresenta alguns pontos importantes acerca da definição de nação que têm relevância

para explicitação do nacionalismo nos dias de hoje, bem como para a definição do que é o nacional. Para tanto, nos apoiamos em dois autores de maneira especial, Hobsbawm (2004) e Hall (2005) – o primeiro voltado para o aspecto europeu da questão até meados do século XX e o último para questões referentes à identidade cultural na pós-modernidade.

A constituição do *corpus* e a explicitação do método encontram-se no capítulo III. Além disso, foi necessária uma análise do Manual de Redação da Folha para evidenciarmos a construção do *ethos* do jornal – e que está profundamente imbricado com as análises.

Os dois eixos temáticos mencionados anteriormente são objeto de análise em dois capítulos. No capítulo IV, encontram-se as análises referentes ao eixo I (português *vs.* inglês), baseado na polêmica em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa, especialmente os provenientes da língua inglesa. Já o capítulo V apresenta as análises referentes ao segundo eixo temático, constituído em torno da relação entre o português brasileiro e as demais variedades da língua, de maneira especial a de Portugal.

# CAPÍTULO I

## PERCURSO TEÓRICO

*O objetivo da teoria é desconsertar o senso-comum... despertar a vigilância do leitor, inquietá-lo nas suas certezas, abalar sua inocência ou seu torpor. (Antoine Compagnon)*

### 1 Considerações iniciais

Em *A análise do discurso: três épocas* (1983/1997), Pêcheux explicita as características que marcaram cada uma das três fases da disciplina, ou, como aponta Gregolin (2004, p. 60), quais foram “os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa”. Mas talvez o mérito maior deste texto seja o de não “fechar”, isto é, manter em aberto as possibilidades de mudanças e reconstruções para o campo. É o próprio Pêcheux que, neste momento de revisão das épocas teóricas por que passou a AD, aponta para a instabilidade em torno da concepção do objeto da disciplina – o discurso –, de maneira que o que lhe restava naquele momento era senão apontar para frente, para as possibilidades futuras:

Seria inútil pretender descrever como um objeto este que se tenta hoje: apenas se pode falar do interior desta tentativa. Indicar algumas direções referíveis em um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD, mostrar alguns fragmentos de construções novas. (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 315).

É nessa esteira de abertura a reformulações proposta por Pêcheux que se insere a formulação de Dominique Maingueneau acerca do primado do interdiscurso sobre o discurso, formulação esta que assumiremos no presente trabalho. Mussalim (2003, p. 50) destaca que,

ao se debruçar sobre um projeto de reconstrução ou de reconfiguração de lugares teóricos e metodológicos da AD, Maingueneau oferece ao analista do discurso a possibilidade de assumir a natureza fluida e instável de seu [novo] objeto, o

interdiscurso, sem que para isso ele tenha que conceber a Análise do Discurso como um lugar teórico em que imperam “interpretações sem margens”.

Neste capítulo encontram-se delineados os pressupostos teóricos que conduzirão nossas análises, mais especificamente aqueles elaborados por Maingueneau. Num primeiro momento, optamos por apresentar os caminhos percorridos pela Análise do Discurso pecheuxtiana quando da sua fundação e as modificações por que ela passou, enfatizando os deslocamentos conceituais de seu objeto ao longo do que se convencionou chamar suas três épocas, para, posteriormente, apresentarmos a proposta de Maingueneau.

## **2 Do outro no mesmo ao mesmo no outro: caminhos da AD pecheuxtiana**

De início, é importante destacar que a proposta pecheuxtiana – apoiada sobre o princípio de Danton, segundo o qual “não se deve destruir sem colocar algo no lugar”<sup>2</sup> – tinha a ambição de “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social” (HENRY, 1969/1997, p. 14). Tal ambição encontra-se esboçada desde os primeiros textos de Pêcheux, escritos sob o pseudônimo de Thomas Herbert – *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais* (1966) e *Observações para uma teoria geral das ideologias* (1967). A proposta do autor assentava-se sobre dois pontos básicos: i) o estado das ciências sociais, considerado por ele como pré-científico e ii) a necessidade de fornecer às ciências sociais um instrumental que lhe fosse próprio, isto é, não proveniente das ciências naturais. O objetivo inicial era, portanto, “fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (HENRY, 1969/1997, p. 15, grifos do autor).

---

<sup>2</sup> De acordo com Orlandi, na apresentação do livro de Malidier (2003); ou ainda como em Pêcheux e Fuchs (1975/1997, p. 164): “não se destrói senão o que se substitui”.



Esse objetivo desencadeia uma busca incessante por objetividade científica, a qual somente será abandonada, como veremos, na terceira época da AD – que, cronologicamente, corresponde ao período entre 1980 e 1983 –, frente às reformulações que a teoria sofre e que acabam por evidenciar a impossibilidade daquela empreitada. Tanto que, em sua última obra, Pêcheux, em tom de auto-crítica, atesta:

A promessa de uma ciência régia, conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha? (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 35).

Por ora, voltemos aos momentos iniciais da empreitada teórica de Pêcheux a fim de esclarecermos a visão do que era, então, ciência para o autor, buscando explicitar sobre que bases assentam-se as críticas tecidas por ele acerca das ciências humanas em geral. Vejamos.

Herbert (1967/1995, p. 63-64) afirma que toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca, uma vez que resulta de um trabalho de mutação conceitual no interior de um campo conceitual ideológico com o qual pretende romper. Nesse sentido, qualquer ciência, de acordo com o autor, apresenta dois momentos distintos em seu interior: um teórico-conceitual e outro conceitual-experimental.

O primeiro momento diz respeito à subversão do discurso ideológico “dado”, isto é, do discurso da ciência com a qual rompe. Herbert (1967) explica esse estágio de ruptura como sendo o momento da *transformação produtora do objeto* dessa ciência. Diferentemente deste, o segundo momento representa uma fase em que os instrumentos assumem papel mais central, por se tratar de um estágio de *reprodução metódica* daquele objeto (HERBERT, 1967). Este momento estabelece os fenômenos que a ciência produz e deve ser compreendido, de acordo com Henry (1969/1997, p. 17), como “o processo pelo qual uma ciência cria seu próprio *Spielraum* ou espaço de jogo, faz variar suas questões e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade”.

A crítica de Herbert às ciências sociais situa-se, precisamente, na distinção desses momentos. Para o autor, as ciências já estabelecidas desenvolvem instrumentos no interior de si próprias, a partir das suas construções teóricas, fato este que não se dava no âmbito das ciências sociais. Ao recorrerem a instrumentos de outras áreas sem se apropriarem deles teoricamente, o discurso das ciências sociais não era científico, uma vez que, conforme bem observado por Henry (1969/1997, p. 17), Pêcheux entendia que

as ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajustamento de um discurso científico a si mesmo consiste, em última instância, na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isso que faz da atividade científica uma prática.

É, pois, nesse sentido, que Pêcheux deseja instrumentalizar as ciências sociais. A partir de um objeto teórico (o discurso), o autor visava a construção de um dispositivo experimental (um *software* de análise automática do discurso), lembrando que “esse instrumento não podia ser (...) concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir à teoria deste mesmo instrumento” (HENRY, 1969/1997, p. 18).

A escolha do discurso como objeto deveu-se, segundo Henry (1969/1997, p. 25), a duas razões. Em primeiro lugar, por ser instância privilegiada da relação oculta entre a prática política e as ciências sociais – relação esta que Pêcheux queria trazer à tona. Em segundo lugar, devido à ligação entre o discurso e a prática política. Precisaremos melhor. Ao rejeitar uma concepção segundo a qual a linguagem se reduz a um instrumento de comunicação, Pêcheux adota o discurso como a forma geral sob a qual encontram-se apagadas as dissimetrias entre os agentes do sistema de produção. Trata-se, assim, o discurso, de um processo situado entre o realizado e o mascarado, e considerar a linguagem apenas como instrumento de comunicação é voltar-se apenas para “a parte emersa do iceberg” (HENRY, 1969/1997, p. 26). Assim, “é justamente para romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem que Pêcheux fez intervir o discurso e tentou elaborar teoricamente,

conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este” (HENRY, 1969/1997, p. 26).

A formulação desse objeto “discurso” – o “Cavalo de Tróia”<sup>3</sup> que Pêcheux buscava introduzir nas ciências sociais – foi possível a partir da conjuntura<sup>4</sup> que se apresentava nos anos 1960 e que foi muito bem retratada por Pêcheux *et al* (1982/1997). Esta década testemunhou um embate do estruturalismo filosófico – especialmente em torno das figuras de Lévi-Strauss, Foucault, Barthes e Althusser – com as idéias então dominantes a respeito de textos e leitura, a saber:

- Os “restos” (...) de um espiritualismo filosófico adepto de uma concepção religiosa de leitura: (...) a idéia de que o sentido dos textos é o correlato de uma consciência-leitora instalada numa subjetividade “interpretativa” sem limites.
- Mas também as formas secularizadas, mais cotidianas, daquela prática espontânea da leitura que, sob as múltiplas formas da “análise de conteúdo”, estava invadindo as ciências humanas.
- E, finalmente, o objetivismo quantitativo (...): o projeto de tratar os textos como população de palavras, suscetíveis de uma espécie de demografia estatística dos textos (tal como ela se realiza, por exemplo, nos estudos lexicométricos). (PÊCHEUX *et al* 1982/1997, p. 253-254).

No final da década, em *Análise automática do discurso* (1969/1997), a proposta de Pêcheux pode, em última instância, ser reduzida a duas questões que se complementam: “o que é um texto?” e “como ler um texto?”. A proposta da AD pecheuxtiana era, nesse contexto, uma nova maneira de estudar o sentido, o texto – diferentemente do que se vinha desenvolvendo até então –, procurando estudar o funcionamento deste e os sentidos por ele produzidos.

A chamada primeira fase da análise do discurso (ou AD-1) marcou-se, então, pela tentativa de elaboração das bases para o desenvolvimento desse instrumento: Pêcheux propunha-se à criação de uma álgebra discursiva capaz de descrever os processos discursivos

<sup>3</sup> Expressão cunhada por Henry (1969/1997, p. 36).

<sup>4</sup> Herbert (1967/1995, p.64) observa que a emergência de uma ciência deve ser compreendida menos como um trabalho individual, um “toque de gênio”, e mais como fruto de um “estado conjuntural do campo que se lhes oferece” que permite vencer as resistências “que asseguravam à ideologia sua inviolabilidade”. É, pois, a partir dessas considerações que julgamos importante esclarecer as condições que possibilitaram a empreitada pecheuxtiana.

que davam origem ao discurso. A importância de Althusser nesse momento é notória, uma vez que, ao pensar o distanciamento entre ciência e ideologia, Pêcheux é levado a se aproximar ainda mais das teses de seu mestre.

As questões propostas por Althusser, a partir de uma releitura de Marx, buscavam dar conta do funcionamento da ideologia por meio do que a tornava material, ou seja, por meio dos chamados Aparelhos Ideológicos do Estado. O trabalho sobre Marx visa, precisamente, desvincular a teoria marxista da impregnação ideológica em que se encontrava. Althusser buscou o reavivamento do Materialismo Histórico a partir da desassociação que ela havia adquirido a uma doutrina Estatal, a saber: o stalinismo. A leitura althusseriana busca operar, na teoria de Marx, uma substituição da filosofia da práxis por meio de uma leitura pautada em alguns procedimentos da psicanálise. Conforme aponta Henry (1969/1997, p. 30-31),

o trabalho de Althusser sobre *O capital* é uma releitura que tenta romper com a leitura dogmática predominante de Marx (...). Esta releitura foi conduzida de acordo com um método que Althusser definiu como sendo uma “leitura de sintomas”; isto é, uma leitura centralizada sobre as discontinuidades, os saltos, os pontos de embaraço, as reformulações que aparecem nos textos de Marx.

Maingueneau (1990, p. 68) explicita que a importância de Althusser para o projeto de análise de discurso encontra-se calcada na

necessidade de definir uma ciência da ideologia da qual a análise de discurso seria um componente essencial. O pensamento de Althusser implica a existência desse ramo do saber sob a dupla modalidade de uma “teoria da ideologia em geral” e de uma “teoria das ideologias particulares”, que exprimem sempre, qualquer que seja sua fórmula (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe. Esta teoria deve estudar a “deformação imaginária” que sofrem as relações reais dos indivíduos face a suas posições na formação social, quando elas transmudam em representações ideológicas.

A partir das questões propostas por Althusser, Pêcheux começa a formar as bases para sua análise do discurso, que se apoiaria, como é sabido, sobre um tripé epistemológico. Além do Materialismo Histórico althusseriano, a Psicanálise também integraria o tripé, aparecendo, por sua vez, fortemente ligada à problemática do sujeito, em que o inconsciente intervém. Sobre essas duas bases Pêcheux busca a articulação de ideologia e inconsciente,

sendo que a leitura de sintomas de Althusser tem aí grande destaque, ou seja, a entrada da Psicanálise no quadro da AD também ocorre, em grande parte, por um viés althusseriano.

Finalmente, é preciso falar da lingüística, a outra base do referido tripé. A esse respeito, vale lembrar que, naquele momento, o estruturalismo, fundado a partir dos estudos de Saussure, havia conduzido a lingüística ao patamar de ciência-piloto das ciências humanas da época, de modo que o recurso à lingüística “caucionava tacitamente a linha de horizonte do estruturalismo na qual se inscreve o procedimento althusseriano” (MAINGUENEAU, 1990, p. 68). Pêcheux *et al* (1982/1997, p. 254) esclarecem a respeito da articulação desse tripé que,

se era questão de analisar o “discurso inconsciente” das ideologias, a lingüística estrutural, ciência “moderna” da época, era o meio “científico” de deslocar o terreno das questões do domínio quantitativo em direção ao qualitativo, da descrição estatística em direção a uma teoria quase algébrica das estruturas, rejeitando o “não importa que” das leituras “literárias”.

A reivindicação da lingüística, contudo, não se dá sem a tentativa de ruptura<sup>5</sup>. Uma das dicotomias saussurianas é a que opõe as duas faces consideradas, por Saussure, como integrantes da linguagem: língua (*langue*) e fala (*parole*). Saussure aponta a língua como sendo a face social da linguagem, homogênea, ao contrário da fala que, por sua vez, representaria, de acordo com o autor, o lado individual e heterogêneo e que, portanto, não poderia ser tomado como objeto de um estudo genuinamente científico. Saussure propõe, então, o estudo do funcionamento da língua (enquanto sistema), delimitando, pois, o objeto da Lingüística e consolidando-a enquanto ciência.

Pautando-se nesse ideal de objetividade científica, Pêcheux pretende, à semelhança do mestre genebrino, operar uma ruptura, mas agora no nível dos estudos do texto – de forte tradição na França dos anos 1960 –, passando a estudá-lo em seu funcionamento. Entretanto, afastando-se do imanentismo saussuriano, o texto – mais tarde, discurso – não será compreendido como uma seqüência lingüística fechada em si mesma, mas, sim, como um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico. Há, na verdade, um deslocamento

---

<sup>5</sup> A ruptura que Pêcheux pretende operar, vale dizer, dá-se a partir da leitura que ele faz de Saussure, ou seja, Pêcheux destaca aquilo que *ele* pensa ser relevante questionar e do qual irá se afastar.

da dicotomia saussuriana língua/fala para o par, não dicotômico, língua/discurso. Ao deslocar essa relação, Pêcheux dá à língua o lugar da falha, do embate, do equívoco – colocando em causa a autonomia do sistema e concebendo-a como a materialidade discursiva.

Nessa perspectiva, Pêcheux (1969/1997) aponta como sendo de fundamental importância para o estudo do texto precisamente aquilo que Saussure exclui em seu corte. Em outras palavras, o que Pêcheux propõe é que se traga para o estudo do texto a exterioridade, as suas condições (históricas) de produção. Não se deve, contudo, pensar essa exterioridade como “alheia” ou “acessória” ao texto, mas como constitutiva da instância discursiva e nela materializada. A proposta pecheuxtiana objetivava, assim, “uma forma de análise que não recalcaria nada, articulando, sem nada excluir, o sujeito, a linguagem e a história” (COURTINE, 1999, p. 9).

A caminhada em direção a uma álgebra discursiva era decorrência da posição teórica que se adotou neste primeiro momento da empreitada pecheuxtiana. Pêcheux objetivava a construção de uma “máquina discursiva” a partir da qual seria possível descrever a relação entre as condições históricas de produção e o processo discursivo. Em outras palavras, o “processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 311).

Na AD-1, o procedimento de análise era realizado por meio de etapas pré-fixadas: i) seleção de um *corpus* fechado de seqüências discursivas, sendo que ele deveria ser preferencialmente extraído de um contexto em que as condições de produção fossem o mais estável e homogênea possíveis; ii) análise lingüística (à moda dos procedimentos de Harris) das seqüências, evidenciando as relações sintáticas entre elas; iii) análise discursiva (e automática), em que um *software* seria responsável por construir sítios de identidade com base em operações de metáfora (substituição de uma palavra por outra) e paráfrase

(substituição de seqüências entre si no contexto); iv) e, finalmente, após esses procedimentos, buscava-se evidenciar, numa etapa mais “interpretativa”, que as relações resultam de uma mesma estrutura geradora, uma mesma matriz<sup>6</sup>.

O objeto de estudo desta primeira fase é, portanto, a máquina discursiva em si, e o sentido – questão central para a AD – é considerado não como um dado prévio ou fixo em relação à língua, mas “prévio ou razoavelmente fixo em termos de discurso, já que a matriz do sentido é uma ‘família’ metafórica ou parafrástica, historicamente dada” (MUSSALIM, 2003, p. 40).

A idéia de maquinaria discursiva só vai começar a ser minada a partir da introdução do conceito de formação discursiva, tomado de empréstimo de Foucault (1969/2004), e considerado o marco da passagem da AD-1 para a AD-2. É preciso lembrar, porém, que o conceito de formação discursiva (FD), ao ser transposto para o quadro epistemológico da AD, vem re-significado, especialmente por agregar aspectos do materialismo histórico, que não se encontravam na elaboração foucaultiana.

N’ *Arqueologia do saber* (1969/2004) encontra-se a primeira definição<sup>7</sup> de FD. Nessa obra, Foucault se debruça sobre a explicitação de um método (arqueológico) de investigação das condições que propiciaram o surgimento dos campos de saberes da cultura ocidental. Esse método busca, então,

compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos, investigando as condições (histórico-sociais) que possibilitaram o seu aparecimento. Trata-se de investigar “porque determinado enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar”. (GREGOLIN, 2004, p. 86).

O enunciado, por seu turno, é pensado por Foucault como uma materialidade ao mesmo tempo singular e repetível e que requer, portanto, uma proposta de estudo que se pautem na dispersão e regularidade dos sentidos suscitados pelo acontecimento de sua enunciação. Do conceito de enunciado deriva o de FD:

<sup>6</sup> Sobre essas etapas, vide Pêcheux (1969/1997), Pêcheux *et al* (1982/1997) e Pêcheux (1983/1997).

<sup>7</sup> De acordo com pesquisa conduzida por Baronas (2004), o termo *formação discursiva* aparece, pela primeira vez, em 1966 com Pêcheux e Fuchs, sem que tenha sido, porém, definido pelos autores.

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.<sup>8</sup> (FOUCAULT, 1969/2004, p. 43, grifos do autor).

Esse conceito é incorporado pelo quadro teórico da AD, como já apontado, sob a égide do Materialismo Histórico de vertente althusseriana, aliado, portanto, à noção de formações ideológicas e de assujeitamento<sup>9</sup>. Nesta fase, a questão do sentido, que passa a ser concebido em função da noção de formação discursiva, pode ser explicada da seguinte forma: o sentido (de uma palavra, por exemplo) é dependente das posições ideológicas em jogo, isto é, ele varia conforme as posições sustentadas por aqueles que a enunciam. Isso equivale a afirmar que

as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1975/1997, p. 160-161).

Assim, o conceito pecheuxtiano de formação discursiva diz respeito àquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto [...])” (PÊCHEUX, 1975/1997, p. 160, grifos do autor). Sobre a definição expressa por Pêcheux, é importante destacar a idéia de *posição* trazida pelo autor, ou seja, a inscrição do sujeito em uma posição de classe, no espaço da luta de classes, o que evidencia a conexão com o Materialismo Histórico de que falávamos.

Esse conceito de FD a coloca em permanente relação com seu exterior, com outras FDs – por meio de regras de formação que definem o que pertence (e, correlativamente, o que

<sup>8</sup> A respeito da definição foucaultiana de formação discursiva, Maingueneau (2006, p. 11-12) chama a atenção para o fato de que o valor deste conceito é difícil de ser precisado, uma vez que ele se transforma incessantemente no fio da obra e pode ser condensada “naquilo que pretende ser talvez um oxímoro (‘sistema de dispersão’).”

<sup>9</sup> Se na AD-1 o sujeito era tido como mero suporte do discurso, o efeito de assujeitamento na AD-2 encontra-se ligado à formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 314).



não pertence) a uma dada formação discursiva –, o que torna impossível sustentar a idéia de discurso como um espaço estrutural fechado.

No que tange à questão do objeto de análise, pode-se dizer que aí se encontra a principal diferença entre esses dois primeiros momentos teóricos. Se, na AD-1, considerava-se a existência de *uma* máquina discursiva responsável pela geração do discurso, a AD-2 passa a trabalhar as *relações* entre “máquinas discursivas”: “estas relações são relações de força desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por ‘dispositivos’ (FDs) com influências desiguais uns sobre os outros” (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 314).

Do que foi dito acima, é possível perceber que a idéia de maquinaria ainda não é totalmente abandonada nesta fase. Isso é possível em função da manutenção do seu fechamento, uma vez que “a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão” (MUSSALIM, 2004, p. 119). Ou seja, nesta fase – mesmo que já se encontre presente a noção de interdiscurso, como será melhor abordado adiante – as fronteiras de uma FD são concebidas como mais ou menos estáveis, já que a presença do “outro” (outras FDs) é incorporada ao fechamento do mesmo por meio de pré-construídos ou discursos transversos, permitindo, portanto, que as FDs mantenham a sua identidade. Nesse sentido, Brandão (1997, p. 38) observa que “uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação da sua identidade”.

Coube, então, à fase seguinte o rompimento definitivo com a idéia de maquinaria discursiva, a partir de uma nova mudança de foco sobre o objeto da disciplina: agora, “os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem em seguida postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso” (MUSSALIM, 2003, p. 43). O novo objeto passa a ser, pois, esse

terreno fluido (mas não sem fronteiras) que se abre para a descrição e interpretação do analista: o interdiscurso.

Dado esse novo objeto, a ordem fixa dos procedimentos de análise das primeiras fases caem definitivamente por terra. Mas restam ao analista – apesar dos “muitos pontos de interrogação” (PÊCHEUX, 1983/1997, p. 317) – alguns pontos referenciais, dentre os quais podemos destacar, juntamente com Mussalim (2003, p. 43-44):

o primado teórico do outro sobre o mesmo; a desestabilização das garantias sócio-históricas que supunham assegurar *a priori* a pertinência teórica e de procedimentos de análise de um *corpus*; a necessidade de recorrer a um procedimento de análise que traduzisse, por meio da alternância entre momentos de análise lingüística e momentos de análise discursiva, a incessante desestabilização discursiva.

Essa terceira época da AD pecheuxtiana é também marcada, conforme aponta Gregolin (2004, p. 64), pelo encontro com a “Nova História” e pela aproximação com as teses foucaultianas, “em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento”. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/2002) – considerado o texto mais representativo desta AD-3 –, Pêcheux incorpora a noção de acontecimento ao discurso, que não pode ser mais, então, considerado apenas como estrutura:

A partir do exemplo de um acontecimento (...), a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas. (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 28).

Ao abandonar o ideal de objetividade científica que ainda se encontrava presente na AD-2, Pêcheux (1983/2002, p. 47) desfere duras críticas ao estruturalismo e ao seu caráter de “ciência-piloto” da época:

É antes de tudo esta posição de desvio teórico, seus ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição de interpretação.

Vale dizer que, mesmo atribuindo à AD um *status* de disciplina de interpretação – já sem a pretensão inicial de torná-la uma ciência régia – há, nesta última obra de Pêcheux, um

esforço de reconfiguração da teoria a fim de “dar conta de forma satisfatória de seu objeto de análise, o discurso, sem que, para isso, o analista tivesse que negar ou ocultar a natureza fluida e instável desse objeto” (MUSSALIM, 2003, p. 44). Para tanto, o autor elenca as “exigências” que este trabalho sobre o discurso impõe. Vejamos.

Pêcheux (1983/2002, p. 50) destaca que “a primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” em relação aos gestos de interpretação. Essa descrição, por sua vez, não deve ser entendida como indiscernível da interpretação, mas, ao contrário, ela supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala, isto é, o real da língua, aquilo que é “próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc.” (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 50). O “próprio da língua”, de acordo com Pêcheux, abre-se para uma divisão discursiva entre dois espaços, a saber: o da manipulação de significações estabilizadas e o de transformações de sentido.

Essa primeira exigência desemboca, por seu turno, em uma segunda: a de que “toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 53), ou seja, todo e qualquer enunciado, longe de ser a única forma de expressão, é passível de tornar-se outro. Sendo assim, “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”. O autor aponta ainda que

desse ponto de vista, o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição; dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível. (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 54).

Feito esse esclarecimento, Pêcheux parte para a terceira (e última) exigência, qual seja, a de não se cair no engodo de tratar o discurso isoladamente, isto é, “independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe” (PÊCHEUX, 1983/2002, p. 56). O autor faz questão de lembrar, ainda, que é inerente ao discurso “a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”, por se tratar, simultaneamente, de um

efeito dessas filiações sócio-históricas e de um trabalho de deslocamento no seu espaço. Ou como diria Foucault (1970/2004, p. 26): “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Como dito no início deste capítulo, as últimas obras de Pêcheux, especialmente *AD: três épocas e Discurso: estrutura ou acontecimento*, não apresentam um fechamento para a disciplina, amputando-lhe possibilidades de desenvolvimentos futuros. Ao contrário, abrem o campo para tal, deixando, contudo, alguns direcionamentos para que o analista possa assumir esse novo objeto: o interdiscurso. Nesse cenário, ganham destaque as formulações de Maingueneau, que apontam para novas possibilidades de abordagem discursiva, por se tratar de um enfoque diferenciado com relação ao objeto de análise, como se verá a seguir.

### **3 O primado do interdiscurso: novos horizontes para a AD**

A noção de interdiscurso é bastante cara à AD e encontra-se presente desde as primeiras formulações de Pêcheux. É mister esclarecer, porém, que é somente sob a forma de latência que se pode considerar a presença desta noção naquele que é considerado o texto inaugural da AD, a saber, *Análise Automática do Discurso*, de 1969. Na verdade, ali se encontra apenas esboçada a idéia de que um discurso resulta de um trabalho sobre outros discursos, ou seja, que ele não se fecha sobre si mesmo. Pêcheux (1969/1997, p. 77) escreve, então, que

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (grifos do autor).

Uma formulação explícita acerca do conceito de interdiscurso apenas virá em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, 1975/1997). Após apresentar a tese de que o sentido deriva das formações discursivas, Pêcheux elabora outra,

segundo a qual “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”, e esclarece, em seguida, que irá chamar de interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas (1975/1997, p. 162).

O interdiscurso é, assim, na perspectiva pecheuxtiana, o “exterior específico” de uma FD e, não obstante seja um conceito da maior importância para a AD, apenas – se é que se pode dizer *apenas* – dá conta da idéia de que um discurso não é mais uma máquina estrutural fechada, mas resulta de um trabalho sobre outros discursos.

Ainda que a elaboração inicial do conceito de interdiscurso caiba a Pêcheux, é fundamental que se diga que a tese do primado do interdiscurso é devida a Maingueneau (1984/2005). A partir do pressuposto de que o interdiscurso precede o discurso, o autor assume que é o interdiscurso que deve ser tomado como unidade de análise pertinente.

A postulação de Maingueneau (1984/2005) de uma semântica global – sobre a qual trataremos no item 4 deste capítulo –, começa por substituir o conceito de interdiscurso por uma tríade, composta por *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, a fim de buscar fornecer à AD um quadro metodológico mais operacional, ou seja, possibilitar ao analista assumir o interdiscurso não apenas como um pressuposto teórico, mas como um instrumento de análise.

A partir da postulação da referida tríade, Maingueneau define, de partida, o seu domínio mais abrangente, a saber, o universo discursivo. Por se tratar de um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35), esse conceito se aproxima bastante do de interdiscurso cunhado por Pêcheux, sendo, entretanto, de pouca utilidade para o analista, já que “define apenas uma extensão máxima” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35) e não pode ser

apreendido em sua totalidade – conquanto seja finito. A partir desse universo é que serão constituídos domínios menores e que poderão ser estudados: os campos discursivos.

Um campo discursivo, por sua vez, deve ser compreendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35). O autor alerta que a concorrência não deve ser entendida no sentido estrito, como um confronto aberto, mas também devem ser consideradas as relações de aliança, neutralidade aparente etc. Sobre o campo há que se dizer ainda que em seu interior encontram-se “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 36) – o que implica dizer que as formações discursivas nele inscritas disputam espaço entre si<sup>10</sup>.

É no interior do campo discursivo que os discursos se constituem – daí a presença inextrincável do Outro<sup>11</sup> na gênese discursiva. Dizer, porém, que os discursos formam-se nessa instância, não significa dizer que todos os discursos se formam de uma mesma maneira, já que existe uma heterogeneidade entre os discursos que compõem um determinado campo, isto é, há uma rede hierárquica, instável, opondo os discursos entre si como dominados e dominantes, de forma que eles não se situam necessariamente num mesmo plano. Além disso, um discurso não lida “integralmente” com o seu Outro, mas parcialmente, de maneira específica, com a parte do Outro que é necessário haver-se para que se possa manter a sua identidade. É, pois, nesse sentido que Maingueneau (1984/2005, p. 123) destaca que

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência.

<sup>10</sup> Essa relação de divergência é fundamental para o conceito de *interincompreensão* proposto pelo autor e que será oportunamente apresentado.

<sup>11</sup> Maingueneau (1984/2005, p. 38) grafava com maiúscula esse “Outro” sem entendê-lo, porém, como equivalente ao da teoria lacaniana: “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo lacaniano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença”.

No interior do campo, guiado por hipóteses fundadas num conhecimento dos textos aliado a um saber histórico, o analista é levado a isolar o que o autor chama de *espaços discursivos*: “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 37). É importante destacar que tanto a formação do campo discursivo, quanto a dos espaços discursivos resulta de uma intervenção direta do analista. A título de exemplo: ao propor o estudo da constituição dos discursos devotos na França do século XVIII, Maingueneau (1984/2005) optou por trabalhar com um campo *devoto* – “ao invés de nos contentarmos em visar diretamente um campo ‘religioso’” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 36), optando pela associação entre humanismo devoto e jansenismo no que tange à delimitação do espaço discursivo. Essa escolha deveu-se ao fato deste ter se constituído predominantemente (e não exclusivamente, daí a escolha) a partir daquele. Para tanto, baseou-se em conhecimentos históricos acerca do assunto, fundamentado, conforme relata, na hipótese de muitos historiadores, segundo os quais o jansenismo seria uma reação ao humanismo devoto.

É preciso esclarecer, a partir dessas definições, que a noção de formação discursiva, tal como compreendida por Maingueneau, diferencia-se das definições dadas por Foucault e Pêcheux. Vejamos, então, em que medida.

Em *Gênese dos discursos* (1984/2005), Maingueneau apresenta inicialmente uma definição de formação discursiva em oposição à de superfície discursiva. Para ele, uma superfície discursiva é o conjunto de enunciados produzidos a partir de *um sistema de restrições de boa formação semântica*, a formação discursiva<sup>12</sup> (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 20). O sistema de restrições, por sua vez, consiste num núcleo formado por alguns (poucos) semas cuja organização determina regras a partir das quais os enunciados pertencentes a uma dada FD serão formados. Maingueneau pretende afastar-se da crença de

---

<sup>12</sup> Aqui já podemos destacar uma diferença da noção foucaultiana de FD. Ao definir uma FD, Foucault leva em conta apenas os enunciados que já foram efetivamente produzidos, conceito este que, em certa medida, aproxima-se da definição de superfície discursiva cunhada por Maingueneau.

que as regras são muitas, e afirma preferir pensar que, “para a maior parte dos enunciados de uma formação discursiva, elas [as regras] não se modificam” (1984/2005, p. 63). Na perspectiva desenhada por Maingueneau (1984/2005, p. 64), “a formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se soldariam pouco a pouco, mas sim *a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico*” (grifo nosso). Essa definição de FD, contudo, é repensada por Maingueneau já no prefácio à edição brasileira da mesma obra<sup>13</sup>. De acordo com o autor, a utilização do conceito de FD na obra é um tanto “frouxa” e deve ser compreendida a partir da idéia de “posicionamento”<sup>14</sup> no interior de um campo.

*Cenas da enunciação*<sup>15</sup> (2006) irá consolidar esse conceito, tal como compreendido na perspectiva do autor, a partir da discussão por ele proposta acerca de unidades tópicas e não-tópicas. As unidades tópicas comportam uma subdivisão em *unidades territoriais* e *unidades transversas*. As primeiras são espaços “pré-delineados” pelas práticas verbais que podem ser definidos tanto do ponto de vista de aparelhos institucionais quanto de um mesmo posicionamento no interior de um campo. O autor dá como exemplos os casos do “discurso hospitalar” e do “discurso comunista”:

O “discurso hospitalar” consiste na interação dos diversos gêneros de discurso em um aparelho, no caso, o hospital (reuniões de trabalho, consultas, receitas, etc.). o “discurso do partido x”, por outro lado, consiste na diversidade dos gêneros de discurso produzidos por um posicionamento determinado no interior do campo político (jornal cotidiano, panfletos, programas eleitorais etc.). no primeiro caso, estamos em uma lógica de funcionamento do aparelho. No segundo, em uma ótica de luta ideológica, de delimitação de um território simbólico contra outros posicionamentos. (MAINGUENEAU, 2006, p. 15).

As unidades transversas são aquelas que perpassam textos de múltiplos gêneros de discurso, podendo ser definidas a partir de registros lingüísticos (por exemplo, a tipologia de

<sup>13</sup> *Gênese dos discursos* foi publicada na França em 1984 e resultou de reflexões teórico-metodológicas do autor a partir de sua tese de doutoramento. Somente em 2005 a obra foi publicada em português. O autor acrescentou a ela um prefácio em que, dentre outras questões, aponta os pontos que, neste momento, lhe pareciam discutíveis ou fecundos da referida obra.

<sup>14</sup> É preciso neste momento chamar a atenção para a diferença existente entre *posição*, presente na definição pecheuxtiana de FD, e *posicionamento*. Para Pêcheux, a posição refere-se ao lugar ocupado no espaço da luta de classes, enquanto que a noção de posicionamento de Maingueneau defini-se no interior de um campo discursivo.

<sup>15</sup> Mais especificamente o capítulo I, intitulado *Unidades tópicas e não-tópicas*.



Benveniste que distingue discurso e história e as tipologias fundadas sobre estruturações textuais), funcionais (mobilização de textos a partir da função de linguagem que desempenhem) ou comunicacionais (por exemplo, “discurso cômico”, “discurso didático” etc.).

Opondo-se a essas unidades, Maingueneau define as unidades ditas não-tópicas:

As unidades não-tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas (o que as distingue das unidades territoriais). Por outro lado, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história (o que as distingue das unidades transversas). (MAINGUENEAU, 2006, p. 16).

As formações discursivas fazem parte das unidades não-tópicas, já que este tipo de categoria resulta de uma intervenção direta do analista. O autor esclarece que “unidades como ‘o discurso racista’, ‘o discurso colonial’, ‘o discurso patronal’, por exemplo, não podem ser delimitadas por outras fronteiras senão aquelas estabelecidas pelo pesquisador; e elas devem ser especificadas historicamente” (MAINGUENEAU, 2006, p. 16). No que tange aos *corpora* a que elas correspondem, o autor esclarece que eles “podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos e de aparelhos, de registros” (MAINGUENEAU, 2006, p.16). Assim, a partir da definição de categorias como unidades tópicas e não-tópicas, Maingueneau re-significa, no interior de sua proposta, a noção de FD que, especialmente na França, conheceu o apogeu e o declínio, nunca deixando totalmente de ser utilizada, mas sempre revestida de um estatuto não muito claro.

Esclarecido este ponto, voltemos à questão do interdiscurso.

A partir da tríade proposta por Maingueneau, é possível perceber que o interdiscurso adquire um caráter menos vago e mais operacional, possibilitando ao analista uma abordagem minimamente regulada pelos limites de um dado campo discursivo. Além disso, o autor, ao afirmar o primado do interdiscurso, “postula, para além da heterogeneidade dos tipos de

textos, dos autores, de sua dispersão no tempo e no espaço, a existência de uma zona de regularidade semântica que estrutura o modo de coesão dos discursos” (MUSSALIM, 2003, p. 47).

Em termos de gênese, a proposta de Maingueneau evidencia/reforça o fato de que os discursos “não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva, pois, que estruturaria a identidade” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 21). Daí a tese da precedência do interdiscurso sobre o discurso, em que a relação de um discurso com seu Outro é constitutiva da rede semântica do discurso em questão. Ou, nas palavras do autor,

reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro.* (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 38, grifos do autor).

Por meio desta postulação teórico-metodológica, a própria figura do Outro ganha maior especificidade, posto que ele se encontra presentificado no interior do discurso, deixando de ser um mero “envelope”, para utilizar a feliz expressão de Maingueneau (1984/2005, p. 39):

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível na compacidade do discurso. (...) É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte do sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 39).

Decorre daí o caráter dialógico de cada enunciado, de sorte que se torna impossível dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Em outras palavras, a unidade de uma FD (no sentido de posicionamento discursivo de uma comunidade discursiva no campo) apóia-se num conflito regrado, pois, “ao delimitar a zona do dizível legítimo, [uma FD] atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 39). A partir dessas considerações, Maingueneau observa

que os enunciados têm um “direito” e um “avesso” indissociáveis, e ao analista cabe a leitura de ambos os lados, isto é, tanto do ponto de vista da relação desse enunciado com a formação discursiva na qual se insere (o direito), quanto da rejeição aos enunciados do discurso do seu Outro (o avesso).

Esse caráter constitutivo da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso desemboca no conceito de interincompreensão cunhado pelo autor: um desentendimento recíproco, constitutivo da relação de um discurso com seu Outro. A polêmica deve, segundo a proposta de Maingueneau, ser entendida como interincompreensão, um processo de tradução dos enunciados do Outro em categorias do registro negativo do discurso em questão. Dessa forma, pode-se dizer que o Outro somente integra o fechamento de um discurso enquanto simulacro, já que seus enunciados passam por um “tradutor” e são lidos a partir do registro negativo daquele discurso. Maingueneau (1984/2005, p. 113) descreve a polêmica como uma “homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro”:

Se a pergunta é em quais condições um discurso pode “dar a palavra” a seu Outro, deve-se responder que uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, que ela não pode emprestar-lhe suas próprias palavras, manifestando-se, assim, a irredutível descontinuidade que funda o espaço discursivo. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 57).

Essa relação de tradução não deve ser compreendida como rara ou acidental, mas como constitutiva da rede semântica dos discursos e a interincompreensão, constitutiva do processo de tradução, como a “manifestação de uma impossibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22). Assim, “não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos ‘mal-entendidos’ contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 22). A relação polêmica envolve, dessa forma, duas faces: “cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (MAINGUENEAU,

1984/2005, p. 67). Nesse sentido, Maingueneau aponta que a polêmica é tão inerente a um discurso quanto a interdiscursividade:

Por toda sua existência, ele [o discurso] se obriga a esquecer que não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos ou que a polêmica é tão estéril quanto inevitável, que a interincompreensão é insular, na medida da incompreensão que supõe. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 122).

O *corpus* de Maingueneau revelou, por exemplo, que semas como /Intensidade/ e /Consistência/, enquadrados no registro positivo do discurso humanista devoto, são traduzidos como registro negativo do discurso jansenista e passam a ser compreendidos, respectivamente, como /Excesso/ e /Dureza/. Por outro lado, o sema /Moderação/, presente no registro positivo do discurso jansenista, é traduzido para o discurso humanista devoto como uma /Fraqueza/ mascarada.

A tradução de enunciados do Outro em categorias do Mesmo é descrita por Maingueneau como uma competência interdiscursiva e é uma das questões envolvidas no quadro de uma semântica global, que veremos a seguir.

#### **4 A proposta de uma semântica global**

O quadro teórico-metodológico apresentado por Maingueneau em *Gênese dos discursos* (1984/2005) se desenvolve por meio da idéia de apreensão da interdiscursividade a partir do pressuposto da existência de uma semântica global, segundo a qual o sistema de restrições semânticas de um discurso permeia todos os planos da discursividade – desde os processos gramaticais, o *ethos*, até a própria organização das comunidades discursivas: “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 79). É nesse sentido que,

de acordo com Maingueneau, todos os planos discursivos – donde seu caráter global – estariam submetidos a um mesmo sistema de restrições.

O autor postula que esse sistema de restrições deve ser entendido como um modelo de competência discursiva, que permite aos enunciadores de um dado discurso serem capazes de interiorizar o seu funcionamento em toda sua complexidade, “simplesmente porque esse último lhes era imposto por sua posição social, porque existia um laço, obscuro, mas necessário, entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 53).

Considerar esse sistema de restrições globais como um modelo de competência discursiva implica conceber o enunciador de um discurso como portador das seguintes competências discursivas: i) a de reconhecer os enunciados oriundos da sua própria FD; e ii) a de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa FD. No entanto, esse conceito precisa ser ampliado para um modelo de competência *interdiscursiva*, já que os enunciadores são capazes não apenas de produzir e reconhecer enunciados de sua formação discursiva, mas, correlativamente, de identificar enunciados incompatíveis com essa FD, além de serem dotados da capacidade de interpretar e traduzir esses enunciados nas categorias do Mesmo, em função de seu próprio sistema de restrição.

Assim, um enunciador humanista não só reconhece e formula enunciados compatíveis com sua FD, mas também reconhece enunciados provenientes, por exemplo, do discurso jansenista. Além disso, a relação polêmica instaurada entre esses discursos permite perceber outro ponto relativo a esta competência: a capacidade de o enunciador humanista “traduzir” os enunciados do discurso jansenista em categorias do sistema de restrições humanista. Conforme vimos mais acima, o humanismo traduz o sema /Moderação/ do discurso jansenista em /Fraqueza/.

Postular um princípio de competência interdiscursiva confere à heterogeneidade um lugar privilegiado, já que ela “constitui um sistema interdiscursivo que supõe a presença constante do Outro no coração de cada discurso” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 60), permitindo à AD que a heterogeneidade seja lida “lá onde só se percebia um imenso campo em que se embaralhavam em todos os sentidos o mesmo e o outro” (1984/2005, p. 61).

Além disso, Maingueneau, ao propor como categoria de análise um sistema de restrições, amplia as possibilidades do analista quando da constituição do seu *corpus*, uma vez que um tal sistema rege todos os planos da discursividade. Nesse sentido, o autor rejeita o que ele chama de uma “concepção sociológica ‘externa’” (1984/2005, p. 127), que nega a articulação entre discursos e funcionamentos institucionais, postulando, em contrapartida, que é um sistema de restrições semânticas comuns que se encontra na base da articulação entre discursos e instituições, o que nos levaria, então,

a tomar distância em relação à idéia segundo a qual ela [a instituição] seria um simples “suporte” para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são parte da mesma dinâmica semântica que a instituição. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 134).

A esse respeito, Maingueneau (1984/2005) lembra aquele que considera um “caso limite”: a literatura. Pode-se pensar que ela esteja mais relacionada à esfera individual que institucional. No entanto, ainda que não se possa negar o componente individual na fabricação dos textos, há que se considerar também que uma obra, “em suas grandes linhas, seja implicitamente condicionada pelo estatuto do discurso literário de um momento e para uma sociedade dados, assim como pela ‘escola’ à qual ela se liga, querendo ou não” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 139). Para exemplificar, o autor aponta que “quando Zola faz pesquisas de campo, acumula fichas e diagramas, manifesta a seus próprios olhos e aos de todos que é um escritor naturalista legítimo” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 140).

A partir dessas considerações, Maingueneau propõe que não mais o discurso seja tomado como objeto, mas a prática discursiva, que deve ser compreendida como uma prática

intersemiótica – que compreende não apenas as unidades de um conjunto de enunciados, mas também materiais advindos de outros domínios semióticos, como a música, a pintura, a escultura, a dança... Vejamos como isso se dá na pintura, no caso do discurso jansenista.

Maingueneau (1984/2005) chama a atenção para o caso da pintura jansenista de Philippe de Champaigne da *Ceia de Emaús*, comparando-a com o quadro de Ticiano, intitulado *Peregrinos de Emaús*, no qual Champaigne se inspirou. O autor (1984/2005, p. 158) propõe chamar texto-fonte o de Ticiano e texto-alvo o jansenista. A pintura jansenista segue o sema /Forma centrada/. Comparando as duas obras, Maingueneau destaca, de início, o tamanho das duas telas: a obra de Ticiano é um retângulo de 2,44 x 1,69, que pode ser percorrido com os olhos em dois sentidos, enquanto que a obra de Champaigne é mais concentrada, 1,51 x 1,36, mais alta que larga, e “obriga o olhar a concentrar-se na espécie de círculo que forma o grupo central, focalizando ele mesmo a figura de Cristo, em direção à qual converge, pois, toda a composição” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 158-159).

A obra jansenista, nesse sentido, constitui-se operando sobre o sema /Forma centrada/ presente no sistema de restrições do discurso jansenista. Mas essa “concentração” vai além: os múltiplos objetos presentes na mesa de Ticiano são substituídos por um único prato na pintura jansenista; o número de serviçais também é reduzido, de dois no texto-fonte para nenhum no texto-alvo; finalmente, a “ordem” imposta pelos olhares na ceia de Ticiano – os discípulos olham para Cristo e os serviçais para os discípulos – é substituída pela focalização de todos os olhares para um único ponto, o pão consagrado no quadro de Champaigne. Vê-se, assim, que o sistema de restrições não pode, efetivamente, privilegiar este ou aquele plano discursivo, mas deve integrá-los, de forma a evidenciar a semântica que rege um dado discurso, em todos os seus planos.

De maneira geral, a proposta é, então, que, ao se considerar uma formação discursiva como um sistema de restrições que recai sobre as organizações do sentido, este sistema não

pode ser restrito a determinadas esferas, mas estendido a quaisquer manifestações simbólicas de uma comunidade discursiva. Em decorrência, o conceito de competência interdiscursiva deve ser igualmente estendido. Da mesma forma que os enunciadores de um discurso, um pintor ou um arquiteto é igualmente capaz “de reconhecer a incompatibilidade das produções de seu Outro, assim como a coincidência de tais e tais produções com as regras de sua própria formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 148).

Feito todo esse percurso, podemos, então, afirmar que a Análise do Discurso, hoje, longe das preocupações de outrora, assume-se como uma *disciplina de interpretação*, reconhecendo o terreno fluido sobre o qual se assenta – o do interdiscurso. Nessa sua constituição como disciplina de interpretação, a proposta de Maingueneau (1984/2005) é de grande relevância, visto que toma esse novo objeto de análise – o interdiscurso – não apenas como um pressuposto teórico, mas também metodológico. Neste trabalho, assumiremos, com o autor, as noções de interdiscurso – mais especificamente as noções de campo e espaço discursivo –, bem como as noções de polêmica e interincompreensão, desenvolvidas no contexto de uma semântica global, para pensar a questão da identidade nacional no Brasil do século XXI.

A partir dessas primeiras considerações tecidas a respeito dos pressupostos teóricos que conduzirão esta pesquisa, apresentaremos a seguir outro ponto relevante para o desenvolvimento do nosso trabalho: a relação que se estabelece, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, entre os conceitos de nação, nacionalismo e identidade nacional.



## CAPÍTULO II

### NAÇÃO, NACIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL: IMBRICAÇÕES

*Entre os elementos orgânicos de uma nação, é o idioma a mais eloqüente revelação do espírito de nacionalidade.*  
(Laudelino Freire)

#### 1 Considerações iniciais

Num primeiro contato com as matérias que compõem nosso *corpus*<sup>16</sup>, pudemos observar que, embora nossa proposta inicial fosse analisar os discursos sobre a língua presentes na Folha de S.Paulo, as discussões ali presentes se inseriam num contexto mais amplo, a saber: a problemática da identidade nacional. Essa hipótese foi levantada quando nos demos conta de que havia no *corpus* diversas matérias que tratavam de questões que não se vinculavam diretamente à língua nacional, mas que acabavam por abordar o tema. Assim, nos deparamos, por exemplo, com artigos tratando de um discurso do Presidente da República no exterior, onde ganha importância o fato de o discurso ter sido proferido em língua portuguesa, além de outros artigos que abordavam a questão econômica do Brasil, a partir de paralelos com a questão lingüística<sup>17</sup>.

Essas matérias nos serviram de índice de que a questão lingüística não era o verdadeiro foco da discussão, mas, sim, a identidade nacional, ou melhor, a luta pela legitimação de uma identidade nacional. Assim, os embates sobre a língua presentes nas matérias analisadas nos levaram à formulação da hipótese central desta pesquisa, qual seja, *a luta pela legitimação de uma identidade nacional supõe a questão lingüística*. Dessa forma,

---

<sup>16</sup> Para uma melhor visão a respeito do *corpus*, vide capítulo III.

<sup>17</sup> Essas e outras matérias serão objeto de análise nos capítulos IV e V.

com base na proposta de Maingueneau – apresentada no capítulo anterior –, o campo discursivo com o qual operaremos neste trabalho não será o jornalístico, mas, segundo designamos, o campo de *debates em torno da identidade nacional*<sup>18</sup>. Gostaríamos de destacar que, embora este não seja um campo dado *a priori* – como, por exemplo, o religioso ou o político –, este nos pareceu, de fato, o campo discursivo no qual se inscreve a polêmica suscitada pelas matérias analisadas, conforme procuraremos demonstrar ao longo dos capítulos seguintes<sup>19</sup>.

Por ora, faremos, neste capítulo, uma incursão pelas mudanças pelas quais passaram os conceitos de nação e nacionalismo ao longo do tempo, a fim de evidenciar como se dá hoje, no século XXI, a construção de uma identidade nacional e qual o papel da língua na determinação do nacional. Assim vejamos.

## **2 As variações do conceito de nação: do século XVIII ao século XX**

A discussão em torno da questão nacional tornou-se, em especial nos dois últimos séculos, axial dentre os temas com os quais os Estados têm de lidar. Nesse contexto, a elaboração de um conceito satisfatório de nação mobilizou – e ainda mobiliza – estudiosos de diversas áreas, sejam juristas, sociólogos ou cientistas políticos. Trata-se de uma “invenção” recente (HOBBSAWM, 2004) – o conceito de nação só surge por volta do fim do século XVIII em dicionários ao redor do globo –, e a fluidez é a marca desta noção, visto que, ao longo dos anos, diferentes elementos ganharam destaque na determinação do que vem a ser ou não o nacional.

---

<sup>18</sup> Uma visão mais institucionalizada da noção de campo discursivo proposta por Maingueneau, nos permitiria, conforme sugestão da banca de defesa, operar com um *campo político*, ao invés de operar com o *campo de debates em torno da identidade nacional*. Por ser esta uma versão pós-defesa, pensamos ser importante apresentar as contribuições apresentadas pela banca para esta pesquisa.

<sup>19</sup> A justificativa desse recorte encontra-se mais detalhada no capítulo III desta dissertação.

De início, vale dizer que a importância dessa incursão histórica deve-se ao fato de a definição do nacional por meio de um critério como a língua – conforme nossa hipótese central – não ser uma inovação do século XXI; ao contrário, já no século XIX, a língua figurava dentre os elementos que caracterizavam a nação, como se verá a seguir. No entanto, procuraremos demonstrar que o papel da globalização nesse processo torna a definição de nação, no presente século, distinta da de momentos anteriores. Correlativamente, o nacionalismo de hoje também difere daquele dos séculos passados.

Nos basearemos, para tal incursão, na obra de Hobsbawm<sup>20</sup> (2004), sendo que, quando julgarmos necessário, remeteremos também a Chauí (2006).

É preciso dizer ainda que, muito embora não se possam fixar períodos para o desenvolvimento da discussão em torno da idéia de nação – em razão mesmo da fluidez do conceito e da imbricação dos acontecimentos que permitiram não apenas seu surgimento, mas também suas modificações ao longo do tempo –, apresentaremos a seguir uma esquematização – grosseira, é verdade – de alguns períodos que, tendo em vista critérios mais didáticos, são cruciais para o conceito. Assim temos:

- 1º período: corresponde mais ou menos ao aparecimento do termo em dicionários, por volta de fins do século XVIII (três décadas finais, em especial) e início do século XIX (duas décadas iniciais); e representa a chamada Era das Revoluções – conforme se explicitará melhor adiante;
- 2º período: corresponde ao período pós-revoluções, em especial entre os anos de 1830 e 1880, embora já se comece a vislumbrar modificações em direção ao próximo período a partir da década de 1870 (como dissemos, é difícil separar);

---

<sup>20</sup> A opção por Hobsbawm deveu-se, primeiramente, à importância atribuída à sua obra, voltada para o cenário europeu, para os estudos acerca da história das nações e do surgimento do nacionalismo. Por ser apenas um ponto de partida para a hipótese desta pesquisa, não tendo a pretensão de discutir mais amplamente essas questões, não recorremos a outros autores.

- 3º período: representado pelos anos finais do século XIX (a partir de 1880 mais ou menos) e iniciais do século XX (até 1914, início da I Guerra Mundial);
- 4º período: chamado por Hobsbawm de “apogeu do nacionalismo”, marcado, principalmente, pelos anos entre 1918 (fim da I Guerra Mundial) e 1950.

Esta subdivisão, como dito acima, tem fins essencialmente didáticos e não a pretensão de encerrar *um* conceito de nação para cada período, ou mesmo de não permitir que possa haver relações e intersecções entre conceitos em diferentes períodos<sup>21</sup>. Nosso objetivo com essa periodização é precisamente o de possibilitar uma visão um pouco mais clara das questões envolvidas nos debates sobre o nacionalismo e a nação, buscando evidenciar as referidas mudanças.

Iniciaremos, pois, nosso percurso, tecendo algumas considerações acerca do conceito de nação, tal como concebido no primeiro período.

## 2.1 A nação revolucionária

A chamada “nação revolucionária”, isto é, a concepção de nação na já mencionada Era das Revoluções, marcou-se pelo surgimento da equação

NAÇÃO = ESTADO = POVO
-----------------------

que liga a nação à idéia de soberania (Estado) e a um conceito mais fluido (povo), já que, nesta época, o povo não era definido por critérios muito específicos, como os étnicos, por exemplo.

---

<sup>21</sup> A título de exemplo, podemos dizer que os desdobramentos das revoluções do século XVIII – em especial a Revolução Holandesa, a Revolução Francesa e a Guerra de Independência Norte-Americana – foram determinantes para o conceito de nação predominante no segundo período (1830-1880).

Uma tal concepção de nação acarreta uma ênfase muito significativa no espaço territorial, ou seja, a nação precisa ter um território. Idéia essa que é explicitada na Declaração Francesa de Direitos (1975)<sup>22</sup>:

Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõem e a **extensão do território** que ocupa.

Ainda que o conceito de nação com o qual se começou a operar neste período tenha se modificado muito ao longo dos demais momentos históricos, essa vinculação à idéia de território tem influência marcante entre os anos de 1830 e 1880 com o chamado princípio da nacionalidade, segundo o qual a cada nação corresponde um Estado e, conseqüentemente, um Estado para toda a nação. Dessa maneira, as fronteiras de um Estado eram dadas pela ocupação territorial da sua nação, seu povo.

Há que se dizer ainda que a idéia de que a nação deveria ser “una e indivisa” (HOBSBAWM, 2004, p. 31) iniciou-se na Era das Revoluções, mas foi nos períodos seguintes que foi se difundindo, culminando na concepção de que a nação era o corpo de cidadãos soberanos cuja expressão política era o Estado.

A Era das Revoluções dava à idéia de povo, especialmente povo soberano, uma força maior que à de Estado. No entanto, essa perspectiva se inverte posteriormente, pois, como destaca Mill (apud HOBSBAWM, 2004, p. 31), mais cedo ou mais tarde, “os membros de uma nacionalidade ‘desejam que seja um governo deles próprios, ou exclusivamente de uma porção deles’”. Por essa razão optamos por diferenciar a nação revolucionária da concepção predominante entre os anos de 1830 e 1880, em que o peso do liberalismo econômico foi determinante, conforme se verá no item que se segue.

---

<sup>22</sup> Citada por Hobsbawm (2004, p. 32, grifo nosso).

## 2.2 O princípio da nacionalidade: nação e liberalismo

O conceito de nação do primeiro período **não** é o mesmo que se encontra presente no programa de discussões já no século XIX, em especial entre os anos de 1830 e 1880, em torno de critérios como, por exemplo: a) etnicidade; b) língua comum; c) religião; d) território; e) lembranças históricas comuns. Em outras palavras, “não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma ‘nação’ em bases lingüísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo”<sup>23</sup> (HOBSBAWM, 2004, p. 32).

Dessa forma, os critérios elencados no século XIX como caracterizadores da nação **não** apareciam, nenhum deles, nos debates do século XVIII. Tanto assim que Hobsbawm observa que, na própria Revolução Francesa (1789), o partido dos Jacobinos, ao defender um certo critério etnolingüístico para definição do povo/nação francês(a), caminhava na contramão da época, constituindo uma tal tentativa na exceção à regra. Em tese, como destaca Hobsbawm,

não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês (...) e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, portanto, da nacionalidade)<sup>24</sup> da mesma forma que adotar o inglês se tornou condição da cidadania americana. (HOBSBAWM, 2004, p. 34).

A discussão centrava-se, assim, no segundo período (1830-1880), sobre os critérios para que se pudesse atribuir o caráter de nacionalidade – e, posteriormente, o reconhecimento

---

<sup>23</sup> Gostaríamos de chamar a atenção já neste momento para uma questão que será oportunamente melhor desenvolvida: a diferenciação entre as idéias de Estado e nação. Como se vê neste trecho, é explícita a idéia de pertencimento de grupo, como o que caracterizaria a nação. Por outro lado, o Estado é a expressão territorial representada pela ocupação de um dado povo.

<sup>24</sup> O autor apresenta os conceitos de cidadania e nacionalidade confundidos, em certa medida. A noção de cidadania, ou seja, o poder ser *cidadão* de um país, é importante na definição da relação existente entre o povo e o Estado. Por outro lado, a nacionalidade relaciona-se mais diretamente à idéia de *idem sentire*, isto é, um mesmo sentimento que une pessoas e lhes possibilita, distinguindo-se de outros grupos nacionais, compartilhar uma identidade. Se o conceito de Estado é eminentemente jurídico, o de nação é eminentemente sócio-ideológico, sendo considerado até mesmo irrelevante do ponto de vista jurídico.

como Estado-nação – às populações européias (ao que os elementos acima apontados serviam enormemente).

A economia assumia, portanto, uma importância determinante neste período. De acordo com os liberais, a tendência para o futuro era a caminhada em direção a uma sociedade universal, sendo que a **economia** dos Estados deveria, então, prepará-los para essa integração; daí também a importância dada aos “recursos nacionais”, que potencializariam esse desenvolvimento, e ao tamanho desses Estados, quanto maior, maiores as chances de desenvolvimento, em virtude de uma produção igualmente maior.

Um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal. (...) Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua distinta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção. (LIST apud HOBSBAWM, 2004, p. 42).

É nesse sentido que se pode dizer que, na Europa, o nacionalismo nessa época corresponde a um preponderante *desejo de unificação*, em detrimento do reconhecimento de especificidades como a língua, por exemplo, que apenas contribuiriam para a segregação dos Estados em unidades menores. A questão lingüística neste momento aparecia também sob o signo da unificação, ou seja, era necessário que fossem abolidas as variações dialetais internas em favor de uma única variedade.

Dada a importância atribuída ao tamanho dos Estados, o próprio “princípio da nacionalidade” passa, nesta época, por uma revisão:

Se nossa doutrina fosse sumarizada na forma de uma proposição, poderíamos talvez dizer que, genericamente, o princípio das nacionalidades é legítimo quando tende a unir, em um todo compacto, grupos dispersos da população; e ilegítimo quando tende a dividir um Estado. (BLOCK apud HOBSBAWM, 2004, p. 45).

A tese de que o tamanho dos Estados tinha uma implicação direta na sua economia – o que acabava por promover a idéia de “quanto maior, melhor” – tinha duas conseqüências diretas. Em primeiro lugar, como o recorte acima demonstra, o princípio das nacionalidades passou a ter seu funcionamento restrito, isto é, só valia para nacionalidades de um certo

tamanho. A segunda consequência é que a construção de nações passou a ser concebida dentro de um esquema expansionista: “era aceito na teoria que a evolução social expandiria a escala de unidades sociais humanas, da família e da tribo para o condado e o cantão, do local para o regional, para o nacional e ocasionalmente para o global” (HOBSBAWM, 2004, p. 44).

Assim, nesse período, havia, na prática, três critérios para a determinação de nações<sup>25</sup> de acordo com a ideologia liberal. Vejamos, rapidamente.

O primeiro deles era a associação histórica do povo (que buscava o *status* de nação) com um Estado previamente existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável. Este primeiro critério decorre do fato de haver pouca – embora não seja inexistente – polêmica sobre a existência de um povo-nação inglês, francês, polonês etc. Assim, os povos menores deveriam se ligar aos Estados já existentes e que poderiam encaminhá-los para o desenvolvimento. Caso contrário, estariam fadados ao desaparecimento.

O segundo critério se liga diretamente à questão lingüística, que parecia um pouco abandonada: a existência de uma elite cultural já estabelecida e que possuísse um vernáculo *administrativo e literário* escrito. Isso fica muito claro, por exemplo, nos casos das unificações italiana e alemã: a identificação tinha uma base fortemente lingüística, ainda que essa língua nacional não fosse **falada** nem pela metade da população de cada país.

Por fim, o terceiro critério dizia respeito a uma comprovada capacidade de conquista: “no século XIX, a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais” (HOBSBAWM, 2004, p. 50).

Hobsbawm (2004, p. 50-52) destaca ainda que essa concepção darwiniana de nação se inseria na ideologia liberal do século XIX (1830-1880 principalmente) por ser, em primeiro lugar, uma prova do progresso ou da evolução humana e, em segundo lugar, por se tratar de uma noção historicamente nova, ou seja, não conservadora ou tradicional.

---

<sup>25</sup> Seguindo a equação NAÇÃO = ESTADO = POVO, esses critérios determinavam que povos poderiam atingir a soberania política e se constituir num Estado-nação.



Acreditava-se, assim, que o progresso era a locomotiva que levaria os Estados a uma sociedade globalizada no futuro – ainda que naquela época não se falasse em globalização. Os pequenos Estados estariam fadados ao desaparecimento, caso não se agregassem a Estados maiores, e em função disso a nação, com o perdão pela tautologia, tornara-se tema de interesse nacional, já que representava um estágio de desenvolvimento econômico<sup>26</sup>.

### **2.3 Protonacionalismo popular: a nação entre os anos de 1880 e 1918**

A partir de 1880 – e adentrando, portanto, o terceiro período supracitado –, cada vez mais se atribuiria importância ao **sentimento** da massa humana que compunha esses Estados com relação à nacionalidade. O caminho para essa transformação foi marcado pelo chamado “protonacionalismo popular”, na denominação de Hobsbawm (2004). De um conceito quase exclusivamente voltado para aspectos econômicos, num âmbito mais político, o conceito de nação é cada vez mais afetado, a partir de 1880, por aspectos menos “objetivos”. É, portanto, a partir deste momento que o conceito de nação passa a ser ainda mais fluido e mutável, conforme o sentimento de identificação popular.

Em verdade, o que o autor denomina protonacionalismo é a *potencialização* de certas variantes do sentimento de vínculo existente em um grupo através de uma ação mais institucionalizada, por parte de movimentos nacionais ou por parte dos Estados.

Podemos dizer, juntamente com Chauí (2006) que esses elementos são *semióforos*, isto é, “um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2006, p. 12). Para a autora, considerar a nação como um semióforo implica, na verdade, em tratá-la como um semióforo-matriz: “o sujeito produtor dos semióforos nacionais

---

<sup>26</sup> Essa visão de nação como “economia nacional” fundada pelos liberais vai ser novamente retomada por volta do início do século XX, no período imediatamente posterior à I Guerra Mundial, uma vez que o cenário internacional encontrava-se parado. Como veremos, essa idéia também é retomada em alguns textos do nosso *corpus*.

e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUI, 2006, p. 14). Isso representa dizer que a nação é o símbolo maior do qual surgem diversos efeitos de significação e que, então, esses elementos protonacionais são, na verdade, semióforos que brotaram do seio fecundo do semióforo-matriz que é a nação. Voltaremos a essa questão mais adiante, ao falarmos em mito fundador.

Os principais elementos protonacionais são, segundo Hobsbawm, a língua, a raça, a religião, o reino/império e a consciência de pertencimento a uma “nação histórica”, isto é, durável. Vejamos, então, como esses elementos contribuíram para abrir caminho para as políticas nacionalistas dos anos que se seguem. Começemos pela questão da língua.

Para o protonacionalismo, a questão lingüística não era o elemento central – o que não quer dizer que fosse irrelevante –, diferentemente do que ele é hoje para a definição moderna de nação, como veremos mais adiante. No entanto, pode se tornar um elemento de coesão protonacional em virtude, por exemplo, de se tratar antes de uma criação ideológica do que de um fator natural, ou seja, é por meio desta língua que se tem acesso aos mecanismos político-administrativos do Estado. Assim, a língua “adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais permanente e portanto (por uma ilusão de ótica) mais ‘eterna’ do que realmente é” (HOBSBAWM, 2004, p. 77). Outra razão é o fato de ela ser o meio usado por uma elite que ocupa um dado espaço territorial, podendo vir a ser um modelo para a comunidade universal em direção a qual os Estados caminhavam – conforme previsto pelo discurso do liberalismo econômico<sup>27</sup> do século XIX. Há, ainda, uma terceira razão: “a língua oficial dos dominantes e da elite freqüentemente transformou-se na língua real dos Estados modernos via educação pública e outros mecanismos administrativos” (HOBSBAWM, 2004, p. 77), o que requeria do Estado um certo tipo de controle.

---

<sup>27</sup> O discurso liberal, ao prever a caminhada em direção a uma comunidade global, não deixou a questão lingüística de lado: para os liberais, seria necessária a implementação de uma língua universal, que permitisse a comunicação nessa imensa comunidade.

O segundo elemento apresentado pelo autor é a etnicidade, ou a “raça”, que chama a atenção para o fato de que “‘parentesco’ e ‘sangue’ têm uma óbvia vantagem em ligar membros de um grupo e excluir estranhos” (HOBSBAWM, 2004, p. 78-79). No entanto, é preciso dizer que o caráter heterogêneo das nações européias, já à época, era significativo, e separar os grupos em função de sua origem comum constituir-se-ia numa tarefa hercúlea. Mas, como aponta o autor, diferenças muito visíveis não são desprezadas e, se não servem para critério central, ao menos servem para reforçar as distinções entre os grupos, aí incluídas as distinções nacionais.

Outros dois critérios apontados são a religião e o reino/império. Desde há muito conhecida como um dos métodos de estabelecimento de um *idem sentire* por meio de uma prática comum entre pessoas que nada teriam em comum, a religião nem sempre pode ser considerada como um elemento homogeneizador, uma vez que costumam operar em escalas menores e abrirem-se pouco para inovações. Por outro lado, as religiões que têm um caráter mais universal foram criadas justamente para suplantarem as diferenças étnicas, lingüísticas etc.

A religião é um cimento paradoxal para o protonacionalismo, e de fato também para o nacionalismo moderno, que, comumente, a considerou com muita reserva (...) como uma força que poderia desafiar o proclamado monopólio da “nação” diante da lealdade de seus membros. (HOBSBAWM, 2004, p. 83).

Se, por um lado, a religião pode causar uma cisão entre a lealdade dos membros – ficariam divididos entre a autoridade do Estado e a religiosa –, os ícones que se associam com a fase pré-nacional do Estado, por outro, tais como as figuras de um rei ou de um imperador imbuído desse poder divino poderiam apontar para uma possível solução. No entanto, como sabemos, poucas foram as teocracias com possibilidades de desembocarem na formação de nações e Estados, o que não nos permite colocar um tal critério como crucial.

Finalmente, após essas considerações, chegamos ao critério considerado o mais decisivo (mas também não determinante) no protonacionalismo, qual seja, *a consciência de*

*pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável.* Aqui está presente a idéia de “nação histórica”, com um passado capaz de irmanar aqueles que vivem num mesmo território. Esse passado “durável” pode, em grande parte das vezes, não ser tão extenso ou durável quanto a “consciência” faz crer. Chauí (2006) fala em **mito fundador**, isto é, uma narrativa que se propõe a solucionar conflitos e tensões impossíveis no nível da realidade e que apresenta um vínculo interno com o passado como origem: “um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal” (CHAUÍ, 2006, p. 9).

A idéia de mito fundador proposta pela autora nos parece produtiva para esta pesquisa, uma vez que

o mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos [ou semióforos, como se verá mais adiante] são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). (CHAUÍ, 2006, p. 10).

Dessa forma, a língua pode ser considerada, de acordo com nossa hipótese, como um desses elementos de representação da nação – ou semióforos – que, neste momento histórico, aparece como hierarquicamente superior.

É preciso dizer que a característica principal do protonacionalismo era o seu caráter mais popular, ou seja, elementos que causavam no povo – ou que poderiam causar – um sentimento de semelhança, unidade. Em outras palavras, algo que pudesse fazer com que o povo se sentisse como tal.

No âmbito dos governantes, ou das classes dirigentes, em especial após a Revolução Francesa, cresciam as preocupações com as questões da nação e da nacionalidade, tendo em vista a necessidade de desenvolver nos cidadãos, ou melhor, no povo que ocupava o território sobre o qual se estendia sua soberania, uma lealdade e um sentimento de identificação que lhe proporcionasse a legitimidade. Isso porque a lealdade e/ou a identificação do cidadão ao

Estado e ao sistema dirigente não era algo desde sempre cobrado desse cidadão. Na verdade, quando havia uma tal identificação, ela se dava por meio de outras instâncias, como a religião e a hierarquia social, ou mesmo através de pequenas autoridades locais e autônomas que se situavam entre o indivíduo e o rei ou imperador.

O liberalismo econômico havia, contudo, difundido a idéia de que o governo era a representação política da soberania que o povo detinha. Ou seja, o governo ou o Estado agia em nome de cada cidadão, mesmo que no liberalismo clássico o Estado desse direitos políticos apenas a homens de propriedade e educação. Mas já no final do século XIX, houve uma crescente democratização da política, em que era dado o poder de escolha dos governantes ao mais comum dos cidadãos, o que não garantia ao Estado uma lealdade automática dos eleitores.

A democratização da política “colocava a questão da nação e dos sentimentos do cidadão em relação àquilo que ele considerava como sua ‘nação’, a sua ‘nacionalidade’ ou outro centro de lealdade, no topo da agenda política” (HOBSEBAWM, 2004, p. 105). Esse Estado pós-revolucionário passou a ter, então, uma relação orgânica *necessária* com os habitantes de seu território. Assim, na equação *nação = Estado = povo*, a importância do *povo* crescia, na medida em que era ele que conferia a legitimidade ao Estado. Dessa forma, o Estado precisava buscar novas maneiras de conseguir a lealdade dos seus cidadãos – não apenas por motivos de coesão sócio-política, uma vez que era esse corpo popular que lhe dava legitimidade –, mas para obter algo além da passividade de tais cidadãos, ou seja, era preciso fazer com que os cidadãos se sentissem, efetivamente, parte do Estado que compunham.

Nesse sentido, Hobsbawm observa que a saída encontrada pelos Estados foi o desenvolvimento de uma chamada religião cívica: o patriotismo, que foi desenvolvido pelas classes dominantes do povo e se relacionava antes às questões relativas à soberania popular que a uma idéia nacionalista, isto é, o Estado exercendo o poder em seu nome.

O conceito revolucionário de nação difundido na França pós-Revolução Francesa, por exemplo, vinculava a nacionalidade à cidadania francesa, colocando a etnicidade, a história, a língua como elementos de menor relevância nessa determinação.

Por não se tratar de uma idéia nacionalista, o patriotismo estatal precisava lidar com os outros tipos de nacionalismos que não se vinculavam ao Estado e que poderiam atrair a lealdade dos cidadãos – da qual o Estado proclamava ser o seu depositário. A alternativa que restava ao Estado era, então, buscar integrar o nacionalismo ao seu projeto patriótico, colocando aquele como o elemento emocional central. Assim, podemos dizer que, enquanto o nacionalismo vincula-se à idéia de sentimento e lealdade do povo a um elemento de unidade, o patriotismo é um “programa de governo”, uma agenda política desenvolvida pelas classes dominantes para legitimar o seu poder. Retomaremos essa noção de programa mais adiante, em razão da importância para esta pesquisa.

A tarefa de incorporar elementos nacionalistas ao programa patriótico não era das mais difíceis e poderia ser alcançada através de um prolongamento dos sentimentos identificatórios com a terra natal individual para uma idéia de terra natal de todos.

Aos governos caberia reforçar, portanto, essas associações com os elementos em comum dessa comunidade imaginada. Um reforço para isso era, sem sombra de dúvida, um conflito internacional, que fizesse com que um povo se unisse para combater a ameaça que vinha de fora: ganhava ênfase, assim, a diferenciação entre “nós” e “eles”.

Conquanto fosse uma aposta arriscada<sup>28</sup>, a junção do patriotismo estatal com o nacionalismo contribuiu para a promoção de uma maior homogeneidade do povo, sendo que a língua tem aí um papel fundamental.

O desenvolvimento dos Estados tanto do ponto de vista técnico, quanto econômico, passou a exigir maiores níveis de educação da população e, por razões práticas, esta deveria

---

<sup>28</sup> Isso se deve, principalmente, ao caráter eminentemente abrangente do patriotismo (vinculado a uma questão de cidadania) e, do outro lado, essencialmente restritivo do nacionalismo (critérios como língua e raça, por exemplo), o que poderia acarretar a derrocada de um deles.

ser conduzida em uma mesma língua por todo o território. No entanto, via de regra, a heterogeneidade lingüística nos territórios era imensa, gerando, assim, a necessidade de se “fazer” uma língua nacional oficial, que suplantasse as diferenças.

A escolha dessa língua, contudo, não era uma questão simples nem prática. Em raríssimos casos o dialeto mais falado era escolhido como língua oficial. Aliás, como o próprio Hobsbawm (2004, p. 76) aponta, “dado que o dialeto que forma a base da linguagem nacional é realmente falado, não importa que aqueles que o falem sejam uma minoria, desde que seja uma minoria de suficiente peso político”.

O que contribui de maneira determinante, porém, para a fixação da língua como um critério chave na determinação de nacionalidades (uma das evidências do protonacionalismo do século XIX) foram os censos. O Congresso Internacional de Estatística passou a recomendar, a partir de 1873 a obrigatoriedade da presença de uma questão nos censos a respeito da língua. Longe de ser assunto pacífico, a questão lingüística transformou-se numa quimera a partir do momento em que foi apontada como um fator determinante da nacionalidade e, por isso, deveria ser incluída no questionário. Mas a equação língua = nacionalidade estava longe de ser um consenso e, em razão dos debates por ela gerados, a questão foi colocada de lado nos censos. No entanto, estava longe de ter um fim:

O que ninguém realmente esperava era que perguntar tal questão iria, em si mesma, gerar um nacionalismo lingüístico. (...) Na verdade, perguntar a questão lingüística nos censos *forçou* cada um a escolher, pela primeira vez, não apenas uma nacionalidade mas também uma nacionalidade lingüística. Os requisitos técnicos do Estado administrativo moderno uma vez mais ajudaram a patrocinar a emergência do nacionalismo (...). (HOBSBAWM, 2004, p. 120).

Os anos que vão de 1870 a 1918 conheceram, portanto, uma nova fase do nacionalismo, fortemente atrelada a aspectos etnolingüísticos. O tardio reconhecimento desse tipo de critério como fator dominante para o reconhecimento das nações também foi profundamente influenciado pela ausência de teorias que vinculassem as nações à sua descendência genética, que só foram surgir em fins do século XIX.

Nessa época, então, começaram a pipocar pela Europa movimentos nacionalistas em regiões que, até então, não haviam requerido para si o *status* de nação. Esses movimentos, ou a sua maioria, davam grande destaque para critérios étnicos e/ou lingüísticos, que, aliás, foram reforçados pela teoria da evolução de Darwin e, pouco mais tarde, pelas descobertas da genética mendeliana. Junte-se a isso o grande fluxo migratório que ocorria na Europa neste período. O resultado disso foi uma fomentação do racismo “científico”, que justificava atitudes de afastamento, expulsão e até mesmo assassinato de estranhos.

O reflexo de atitudes como essa para a questão lingüística era, como se pode imaginar, uma crescente discussão acerca da purificação da língua por meio da exclusão de elementos estrangeiros. Ou seja, ao fim e ao cabo, os nacionalismos lingüístico e étnico se reforçavam mutuamente. Nessa época, então,

a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real, como o testemunham os vários movimentos para “nativizá-la” ou tornar seu vocabulário mais “verdadeiramente” nacional. (HOBSBAWM, 2004, p. 135).

Esse tipo de atitude protecionista para com a língua não é, como veremos nos próximos capítulos, restrito a esse período, mas, ainda hoje, é possível observar esse movimento em culturas nacionais, ainda que a essência do nacionalismo seja distinta.

## **2.4 O apogeu do nacionalismo**

Uma nova fase do nacionalismo tem início, então, nos anos pós-1918, por meio, principalmente, de dois acontecimentos que merecem destaque.

O primeiro deles diz respeito à moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio:

Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. (HOBSBAWM, 2004, p. 170).



A principal vantagem desses meios para o nacionalismo era a sua capacidade de superar o local em favor do nacional, favorecendo a identificação dos membros da nação com os símbolos de identificação nacional.

Neste período de apogeu do nacionalismo, um dos semióforos abrigados sob o semióforo-matriz eram os atletas e equipes de esportes, o que corresponde ao segundo acontecimento acima citado. No preenchimento desses espaços entre o local e o nacional, os esportes assumem um papel bastante relevante, especialmente no espaço de tempo que sucede uma guerra de proporções mundiais: “Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendias, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando os Estados-nações” (HOBBSAWM, 2004, p. 170).

As Olimpíadas e a Copa do Mundo são exemplos de como os esportes passaram a representar uma fonte de auto-afirmação nacional. O torcedor, ao se identificar com o atleta como um símbolo nacional, transfere o sentimento de lealdade para com o time ou com a equipe para a nação, transformando-se, ele também, num símbolo nacional<sup>29</sup>.

Com relação ao nacionalismo etnolingüístico, Hobsbawm aponta para um declínio, especialmente com relação ao critério étnico, após a II Guerra Mundial; para o autor, o final do século XX marca um enfraquecimento cada vez maior desse tipo de nacionalismo.

Nada disso significa que (...) o nacionalismo não seja muito proeminente na política [de fins do século XX], ou que haja menos nacionalismo do que havia antes. O que eu [Hobsbawm] argumento, mais propriamente, é que apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. Não é mais, como antes, um programa político global, como se poderia dizer que foi nos séculos XIX e início do XX. (HOBBSAWM, 2004, p. 214).

A hipótese com a qual trabalhamos aqui caminha, porém, em sentido diverso do de Hobsbawm: no caso do Brasil, o nacionalismo, especialmente o lingüístico, é historicamente relevante, pois insere-se em um programa político de legitimação da identidade nacional e da própria constituição de uma identidade transcontinental, a partir do momento em que a língua

---

<sup>29</sup> Interessante notar a esse respeito que, embora a visão de hoje não seja tão fortemente vinculada a questões bélicas, os esportes ainda representam uma forte fonte de identificação nacional. No caso do Brasil, temos na expressão “a pátria de chuteiras” um exemplo dessa conexão.

portuguesa é colocada como um elemento de união entre países de diversos continentes, dos quais o Brasil emerge como o líder. Assim, o nacionalismo é historicamente relevante, mas não da mesma maneira, pois não se trata mais de constituir identidades nacionais, mas de legitimá-las.

Mas há que se dizer que o fator decisivo para o tipo de nacionalismo lingüístico que se vivencia hoje, no Brasil ao menos, está fortemente relacionado ao fenômeno da globalização. Antes, porém, de falarmos desse fenômeno, é importante dizer que esse quarto período é marcado, no Brasil, pela transição de uma idéia de caráter nacional para a de identidade nacional (CHAUÍ, 2006, p. 21-29), isto é, a passagem de uma “elaboração ideológica (...) que é sempre algo pleno e completo” para outra que se marca pela falta, pela relação obrigatória com as diferenças. Essa questão será novamente abordada no próximo item, que discutirá a relação entre a globalização e as questões nacionais, dentre elas a definição/legitimação de uma identidade nacional no século XXI.

### **3 O impacto da globalização na definição do nacional**

Até o presente momento, procuramos traçar, a partir das considerações de Hobsbawm (2004), um percurso das mudanças da idéia de nação, desde o surgimento do termo, no fim do século XVIII, até a metade do século XX.

Conforme apontado anteriormente, trabalhamos com a hipótese de que no século XXI, o debate em torno da identidade nacional suscita a questão lingüística. E o que diferencia os discursos de hoje daqueles do protonacionalismo, por exemplo, é precisamente o processo que se convencionou chamar de globalização. Para que se possa desenvolver melhor esse ponto, partiremos dos apontamentos de Hall (2005) acerca da identidade cultural na era da globalização.

Já de início, o autor aponta que “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” e que, embora não se possa dizer que ela é parte de nossa estrutura genética, “nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2005, p. 47). Nesse sentido, Gellner – citado pelo próprio Hall – observa que “ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal” (HALL, 2005, p. 48). De fato, a idéia de nação é tão “inerente” à condição humana que o fato de pensar um homem sem uma nacionalidade torna-se um exercício de imaginação, como o fez, por exemplo, o cineasta Steven Spielberg no filme *O terminal*.

A condição de homem exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar.

Ou seja, de acordo com Hall, a nação deve ser compreendida como uma comunidade simbólica que suplanta a identificação do indivíduo com as tribos, religiões, regiões etc.; a nação tornou-se, em última instância, o “lar” dos indivíduos que a compõem.

É fundamental que se diga, porém, que as nações, também na atualidade, não são marcadas pela homogeneidade – em verdade, é bem o contrário. O que há é um “impulso por unificação” presente no seio das nações; em resumo, isso significa que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2005, p. 59).

Esse “impulso por unificação” não deve ser confundido com a idéia de uma identidade unificadora, que apaga as diferenças entre os membros da nação. Todas essas diferenças, de acordo com Hall, são suplantadas, ou melhor, são representadas como unidade ou identidade, por meio de um poder cultural: a nação não pode ser entendida apenas como um ponto de lealdade e união; o fato de se congregar um grupo de pessoas em torno de um

fator de identificação simbólica “comum” já é uma forma de manifestação de poder de um grupo sobre outro(s). E, “como nas fantasias do eu ‘inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas*” (HALL, 2005, p. 62, grifos do autor). Entretanto, a definição da identidade nacional, conforme já dito mais acima, pressupõe um trabalho sobre a diferença, em que essa identidade se vê obrigada a lidar com aquilo que lhe falta:

No caso brasileiro, o diferente ou o outro, com relação ao qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa “identidade”, definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações. (...) Assim, a identidade do Brasil, construída na perspectiva do atraso ou do subdesenvolvimento, é dada pelo que lhe falta, pela privação daquelas características que o fariam pleno e completo, isto é, desenvolvido. (CHAUI, 2006, p. 27-28).

Sendo assim, é preciso que se “encontre” um fator que seja capaz de unir, de gerar identificação e constituir uma comunidade que se possa chamar verdadeiramente de uma nação. No caso do Brasil, sustentamos a hipótese de que esse elemento unificador – ou semióforo superior – é justamente a língua, daí também as dificuldades em se admitir algumas rupturas com a tradição gramatical, por exemplo. Em verdade, pode-se dizer que há semelhanças com o nacionalismo lingüístico dos séculos anteriores, ainda que os pontos de divergência não possam ser deixados em segundo plano, conforme mostraremos mais à frente.

Por ora, vejamos a posição de Renan, em *O que é a nação?*, a respeito da unidade nacional; embora sua obra não seja muito recente (1947), até os dias de hoje se faz presente nas discussões sobre o assunto. Para o autor, há três coisas nas quais se baseia o que chama de princípio espiritual da unidade de uma nação. São elas: “a posse em comum de um rico legado de memórias (...), o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu” (HALL, 2005, p. 58). Ou seja, há nas culturas nacionais um grande apego às tradições, a ponto de, como Hobsbawn e Ranger (1983) colocam, inventarem-se tradições e fazer-se crer que elas remontam há tempos.

O principal fator responsável por se fazer crer nessa representação unificadora das identidades tal como se apresentam atualmente, na pós-modernidade, é, segundo Hall (2005, p. 67), “um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’<sup>30</sup>”. Nossa hipótese é que ele é o fator que distingue essencialmente a nação pós-moderna<sup>31</sup> da nação concebida no século XIX, em que o critério lingüístico também era representativo.

A partir do final do século XX, a globalização – compreendida como um conjunto de processos que atravessa as fronteiras e conecta as comunidades – criou uma espécie de compressão espaço-temporal, isto é, “a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (HALL, 2005, p. 69).

Essa situação levou alguns teóricos a projetar um cenário em que o efeito desses processos seria o enfraquecimento ou extinção das formas nacionais de identidade cultural. Nesse sentido, Hall (2005, p. 74) aponta que, para esses teóricos, “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”.

Entretanto, a visão de que a globalização levará a uma homogeneização cultural é descrita pelo autor como “o grito angustiado” dos teóricos acima apontados, já que se trata, para ele, de uma visão simplista e unilateral do complexo fenômeno que é a globalização – com o que concordamos, frente a todo o panorama apresentado até aqui. Ele cita três contratendências principais que vão de encontro a essa visão:

---

<sup>30</sup> Sabemos que a noção de globalização não é pacífica e envolve muitos debates. Mesmo assim (ou talvez por isso mesmo!), não entraremos nessa controvérsia.

<sup>31</sup> Da mesma forma que ocorre com a noção de globalização, a distinção entre *moderno* e *pós-moderno* também suscita incontáveis discussões. Aqui, porém, não entraremos nessa questão.

- a globalização caminha em paralelo com um reforçamento das identidades locais, até porque a própria idéia de globalização desperta uma fascinação com a *diferença*, a *alteridade*. Apesar disso, não se pode pensar o local como algo intacto, mas também articulado no interior da globalização: “é mais provável que ela [a globalização] vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’” (HALL, 2005, p. 78);
- a globalização não se distribui de maneira igual ao redor do mundo. Além disso, a distribuição desses processos nos estratos sociais dentro da regiões onde ela “ocorre” também não é igual;
- a globalização – devido ao fluxo desequilibrado de que se falou acima – é um fenômeno essencialmente ocidental, embora as identidades culturais estejam sendo, em toda parte, relativizadas pela compressão espaço-tempo.

Assim, ver a globalização como um fenômeno que tende fortemente a unificar e homogeneizar as identidades é apenas um lado da história. Em verdade, conforme aponta Hall, essa visão acaba por tornar o problema demasiado simples e não representa toda a complexidade que lhe é peculiar.

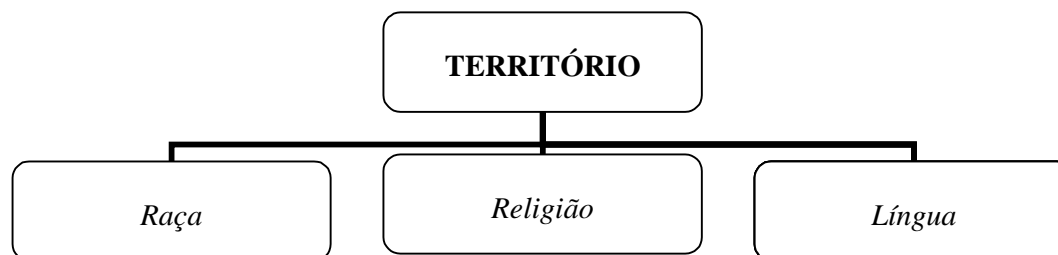
Feitas essas considerações, passaremos, a seguir, a apontar alguns aspectos do que foi apresentado até agora, relacionando-os com questões relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

#### **4 A proposta de um núcleo *semiofórico***

Antes de mais nada, é preciso lembrar que o conceito de nação é, como pudemos observar a partir da incursão traçada, bastante fluido. Isso se deve ao fato de este conceito – ao contrário do conceito de Estado, de cunho essencialmente jurídico e mais estável – apoiar-se, de partida, em uma noção ideologicamente construída: a de sentimento de pertencimento.

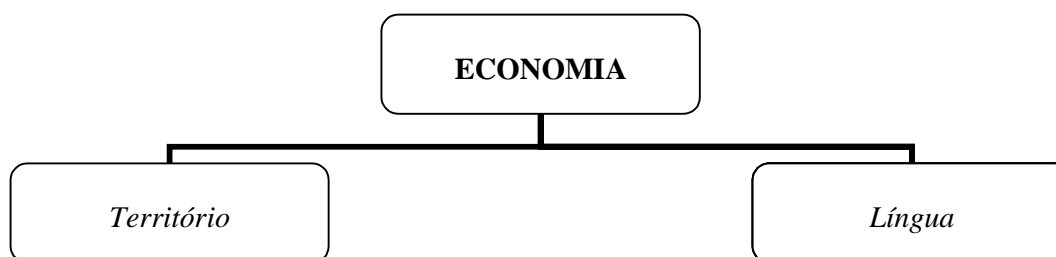
Esse sentimento, ou consciência, apóia-se, por sua vez, em um rol de elementos, ou semióforos, que são produzidos a partir de um símbolo principal, a nação. Esse rol de elementos, como vimos, é relativamente restrito, contando com elementos como, por exemplo: língua, raça, religião, território, atletas etc. Ou seja, podemos dizer que há um núcleo, historicamente definido, que contém esses elementos de identificação com o nacional, e que esses elementos não estão dispostos sempre numa mesma ordem hierárquica. Assim, o que ocorre é que, conforme os acontecimentos históricos por que passam as nações, esses elementos são rearranjados no interior desse núcleo de modo que há sempre um deles a reger os demais. Pode ocorrer, então, de, em momentos distintos, um mesmo semióforo aparecer no topo desta hierarquia, o que não significa tratar-se de momentos idênticos, dadas as condições de produção dessa hierarquia. Explicitaremos melhor essa idéia a partir de uma síntese da história dos Estados nacionais, considerando três grandes fases: *formação*, *consolidação*, *proteção*.

O primeiro momento refere-se àqueles períodos de surgimento e de formação dos Estados nacionais. Durante este momento, um dos elementos, senão o principal dos elementos, era o território, isto é, como não havia uma definição muito precisa – até mesmo do ponto de vista temporal – era necessário que a nação se encontrasse espacialmente definida. Questões como língua, religião ou etnicidade só seriam pensadas a partir de uma definição espacial, isto é, da delimitação territorial. Transpondo para um diagrama, teríamos:



Passado esse período de definição, tivemos o momento em que era preciso desenvolver, então, a idéia de nação para que se pudesse consolidá-la no cenário

internacional, uma vez que a ideologia liberal, marcante nesta fase, previa um futuro globalizado. Dessa forma, a economia é o eixo central daquele núcleo, sendo que todos os demais elementos encontram-se a ela subordinados. Neste momento, a questão territorial passa a ser importante, como vimos, na medida em que é preciso espaço para produção de matérias-primas para a indústria que começava a surgir. Da mesma forma, a questão lingüística aparecia quando era preciso unificar a nação do ponto de vista administrativo e burocrático. Esquemáticamente:



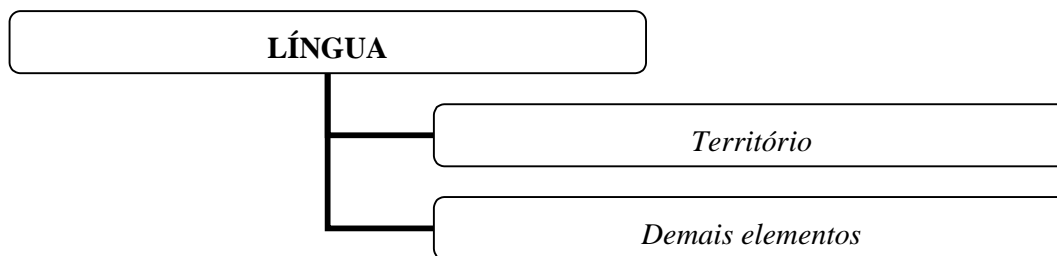
Especialmente após a II Guerra Mundial, quando se definiu um novo mapa do mundo<sup>32</sup>, os movimentos nacionais, agora atendidos na sua maioria, perderam o seu caráter libertário, e mesmo consolidador, e passaram a assumir ares de proteção e defesa do que havia sido conquistado. Assim, tornou-se aguda a necessidade de homogeneização interna, no sentido de acentuarem-se as diferenças, desembocando, assim, na idéia de valorização e proteção de elementos considerados, ideologicamente falando, genuinamente nacionais.

Essa necessidade de diferenciar para proteger ganhou novos contornos com a globalização, conforme se demonstrou. Em razão disso, levantamos a hipótese de que no caso brasileiro, a língua aparece hoje como o semióforo hierarquicamente superior daquele núcleo, posto que, com a compressão espaço-temporal gerada pela globalização, ela funciona como uma espécie de *fronteira* – aquilo que delimita o espaço nacional. Dessa forma, no caso brasileiro, propomos o seguinte esquema:

---

<sup>32</sup> Quando da elaboração desse novo mapa mundial, procurou-se atender ao máximo as reivindicações dos movimentos nacionais, de sorte que muitos acreditavam que o novo mapa Europeu fosse apenas temporário. No entanto, este mapa é bastante próximo do que temos ainda hoje, contrariando as expectativas pessimistas de outrora.





É nesse sentido que afirmamos, anteriormente, que a definição da identidade nacional passa pela questão lingüística: seja na relação com uma língua estrangeira (no nosso caso, o inglês), seja na relação com as demais variedades da língua portuguesa, conforme veremos nas análises do *corpus*.

## CAPÍTULO III

### MÉTODO E CORPUS

*Se torturarmos os dados suficientemente,  
eles confessarão tudo. (Ronald Coase)*

#### 1 Considerações iniciais

Até o momento procuramos traçar um panorama teórico tanto do ponto de vista dos pressupostos de nossa filiação aos estudos em AD, quanto das discussões acerca de nação, nacionalismo e identidade nacional, que guiaram a constituição do campo discursivo que ora propomos – vale lembrar, o de *debates em torno da identidade nacional* –, bem como nossas hipóteses de pesquisa. A respeito da constituição do campo – conceito fundamental na proposta teórica de Maingueneau (1984/2005) –, teceremos ainda algumas considerações, posto que não se trata de um campo dado *a priori*, como o religioso, político ou o jornalístico, por exemplo. Além disso, pensamos ser importante traçar o caminho percorrido para a constituição do *corpus*, evidenciando as hipóteses de pesquisa que foram formuladas a partir das matérias selecionadas.

A parte final deste capítulo é dedicada a algumas considerações acerca da Folha de S.Paulo – *mídium*<sup>33</sup> em que circulam as matérias que compõem o referido *corpus* –, que julgamos pertinente apresentar, em especial no que diz respeito ao que analisamos como seu *ethos*. É preciso adiantar que, ao falarmos em *ethos* da Folha de S.Paulo, na verdade estamos

---

<sup>33</sup> Termo desenvolvido por Maingueneau para designar o meio de circulação dos textos, que, segundo o autor, não pode ser dissociado do texto em si para a produção de sentido: “A transmissão do texto não vem depois de sua produção; a maneira como o texto se institui materialmente é parte integrante de seu sentido” (MAINGUENEAU, 2006, p. 212). Isso quer dizer que a Folha não pode ser considerada como um mero suporte dos textos, mas como parte importante na constituição dos sentidos.

fazendo referência a uma posição enunciativa que emerge a partir da análise que fazemos do Manual de Redação do jornal.

Passemos, então, às questões relativas à constituição do *corpus* e à delimitação do campo e espaço discursivos.

## **2 A constituição do *corpus***

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer as razões pelas quais escolhemos o jornal, enquanto mídiun, e, mais especificamente, a Folha de S.Paulo.

Optar por trabalhar com o jornal deveu-se, antes de mais nada, ao fato de a mídia ser freqüentemente apontada como formadora de opinião, o que lhe rende, comumente, a denominação de “quarto poder”. Além disso, outra razão que teve grande importância nessa escolha foi a hipótese da *agenda setting*<sup>34</sup>, segundo a qual “a mídia determina a ordem do dia da sociedade: ela não pode ditar às pessoas *o que* pensar, mas decide *no que* elas vão pensar” (BERTRAND, 1999, p. 53). Esse caminho não deve ser entendido como uma via de mão-única, isto é, a agenda midiática tornando-se a agenda do público em geral: “da mesma forma, a agenda do público influencia a da mídia, além de haver um interagendamento entre os diferentes tipos de mídia” (MENDONÇA, 2006, p. 54). Essa hipótese de interagendamento é, por sua vez, uma proposta de Hohlfeldt (2001), que defende que as mídias impressas têm um poder de influência maior, não apenas sobre o público de maneira geral, mas também sobre as demais mídias. Em função desse maior poder de influência da mídia impressa, bem como em decorrência do fato de se tratar de um veículo de circulação nacional, optamos pela Folha de S.Paulo. Além disso, há uma razão de ordem prática que também contribuiu para sua escolha: a facilidade de acesso a matérias por meio de uma base de dados *on-line*. Como pretendíamos

---

<sup>34</sup> Essa hipótese foi proposta pelo americano Maxwell McCombs em fins da década de 1960.

trabalhar com matérias publicadas entre os anos de 2001 a 2005, fazia-se necessária uma busca minuciosa nos acervos do jornal referentes a esse período.

Nosso objetivo inicial era analisar os debates em torno da existência/legitimação de uma identidade lingüística nacional. Num segundo momento, após uma primeira seleção do conjunto de textos que constituiria o *corpus* da pesquisa, nosso objetivo foi alterado, em função da alteração da hipótese condutora de nossa pesquisa. Pudemos perceber, numa primeira abordagem das matérias selecionadas, que os debates em torno da identidade lingüística eram “pretexto” para um debate mais amplo sobre a identidade nacional. Falaremos melhor a seguir sobre nosso percurso de formulação e alteração da hipótese central desse trabalho, a partir de uma abordagem mais detalhada do processo de constituição do *corpus* de análise.

Ao todo, 40 matérias fazem parte do *corpus* final desta pesquisa. Dizemos final porque o processo de constituição deste *corpus* passou por diversas etapas. Em um primeiro momento – quando ainda perseguíamos o primeiro objetivo acima referido –, buscamos elencar todas as matérias que, de alguma maneira, faziam menção à língua portuguesa/brasileira. Esta etapa levantou um total de 457 matérias.

No entanto, desse levantamento inicial, observamos que muitas matérias não diziam respeito, efetivamente, à problemática lingüística<sup>35</sup>, já que os temas de que tratavam se referiam a questões de ordem nacional mais amplas, como a economia e a política. Nesse momento da pesquisa, com base na noção de agenda, apresentada mais acima, nos perguntávamos de que maneira questões relacionadas à língua apareciam como sendo relevantes na discussão de questões de ordem nacional mais amplas. Mais tarde, após uma leitura preliminar das matérias selecionadas, observamos que as discussões trazidas por esse

---

<sup>35</sup> Isto ocorria em decorrência de nossos critérios de busca: *online* na base de dados da Folha, procurávamos por palavras-chave como “língua”, “língua portuguesa”, “português”, “brasileiro”, “identidade”, dentre muitas outras. O simples fato de essas palavras constarem na matéria já a inseria automaticamente em nosso *corpus* – daí então a sua extensão inicial.

conjunto de textos giravam em torno da discussão de uma identidade nacional. Assim, a pergunta inicial de nossa pesquisa (como se dão os debates em torno da legitimação de uma identidade lingüística nacional?) foi deslocada para: *de que maneira as discussões em torno da legitimação de uma identidade nacional supõem a língua?* E esta é a pergunta a que tentaremos responder ao longo das análises.

Dessa maneira, foi somente após uma leitura prévia que pudemos identificar as matérias que realmente interessariam para a análise. É preciso que digamos, ainda, que há matérias que não entraram para a constituição final do *corpus*, mas que nos serviram de índice para o fato de que a língua nacional não era o verdadeiro tema das matérias, ou melhor, era a partir de uma discussão em torno da identidade nacional que as questões sobre a língua eram trazidas à tona. A título de ilustração, vejamos um exemplo.

No ano de 2003, primeiro ano de governo do Presidente Lula, ocorreu em Davos o Fórum Econômico Mundial. A Folha deu destaque ao fato de Lula ter proferido seu discurso em português. Foram duas matérias a abordar a questão no início daquele ano: “Petista é o 1º a discursar em português no fórum”<sup>36</sup> e “Minha pátria é minha língua”<sup>37</sup>. Para Rossi, autor da primeira matéria, falar em português no fórum fez com que Lula se sentisse “vingado” por ter sido o primeiro a utilizar o idioma em Davos, ou seja, para os que pensavam que Lula não fosse capaz de participar de reuniões internacionais por não falar outro idioma além do português, o fórum serviu para mostrar que o presidente, falando a língua materna, causou um grande impacto nos empresários presentes, em especial nos de Portugal.

Criticado por não falar inglês (ou outro idioma além do português), Lula sentiu-se um pouco vingado ontem ao ouvir de empresários portugueses que era a primeira pessoa a falar nessa língua no Fórum Econômico.

O inglês é o idioma hegemônico, tanto que José María Figueres, ex-presidente da Costa Rica e diretor do fórum, conduziu a sessão em inglês, apesar de sua língua mãe ser o espanhol. (*Petista é o 1º a discursar em português no fórum*, Brasil, 27/01/2003).

---

<sup>36</sup> Publicada na editoria *Brasil* em 27/01/2003 e assinada pelo jornalista da Folha Clóvis Rossi.

<sup>37</sup> Publicada na editoria *Dinheiro* em 09/02/2003 e assinada por Aloízio Mercadante (especial para a Folha).

Já na última segunda matéria, em que Mercadante fala sobre a necessidade mundial de um líder que “criticasse a nova ordem e apontasse alternativas para uma ‘globalização solidária’”, destacamos a relação que se estabelece entre língua e nação:

O presidente Lula o [criticar os efeitos de uma globalização de mão única] fez com propriedade. E o fez não porque tivesse maior conhecimento de temas internacionais que FHC, mas sim porque, diferentemente dele, **está respaldado num projeto de nação que dá consistência e legitimidade às suas ações no campo internacional**. Significativamente, o presidente Lula, em Davos, falou antes do que pretende fazer no Brasil para depois apresentar as suas idéias referentes ao cenário mundial. Lula, monoglota e oriundo da nossa "Índia", vem conseguindo conduzir uma autêntica diplomacia presidencial séria, congruente e de sucesso. **Tudo isso em bom português. Como canta Caetano Veloso, "minha pátria é minha língua"**. (grifo nosso).

É o projeto de Lula para sua nação que o legitima no cenário internacional, e o fato de fazer uso de sua língua em tal contexto é, segundo Mercadante, digno de nota, uma vez que uma “diplomacia séria” não deve ser obrigatoriamente poliglota.

Ainda sobre essa questão, podemos citar a matéria (selecionada para o *corpus* final deste trabalho) sobre o uso do português pelo embaixador brasileiro Adhemar Bahadrian, em reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA. Neste caso, o uso do idioma nacional é opção (ao contrário do caso de Lula, que usou o português por não falar outro idioma) e vem acompanhada de justificativa:

O embaixador brasileiro Adhemar Bahadrian, co-presidente das negociações da Alca (ao lado do norte-americano Peter Allgeier), **fez em português, pela primeira vez na história das negociações, o seu discurso** na sessão de abertura da reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca.

Trata-se da mais alta instância técnica do que pretende ser a Área de Livre Comércio das Américas.

Bahadrian deu **duas explicações para usar sua própria língua: é "um dos poucos idiomas falados em quatro continentes (América, África, Europa e Ásia) por mais de 200 milhões de pessoas" e, em segundo lugar, "a exclusão do português como língua de trabalho seria, obviamente, prejudicial à sociedade brasileira"**. (*Uma questão de idioma*, Opinião, 03/10/2003, grifo nosso).

Vê-se, então, que, se antes o uso da língua portuguesa em reuniões internacionais poderia ser visto como decorrente de um baixo nível intelectual por parte de quem a usasse – isto é, usa-se o idioma quando não se sabe falar outra língua, em especial o inglês –, há agora uma mudança nesse julgamento: falar a língua portuguesa significa *não prejudicar* o Brasil enquanto nação no cenário internacional. Pode-se até mesmo pensar que o uso da língua

materna nessas ocasiões faz parte da política externa do governo, que visa à valorização do Brasil frente às demais potências mundiais. Nesse caso, pode-se observar a relevância que a língua assume na afirmação de uma identidade nacional.

A partir, então, de leitura prévia das 457 matérias, nas quais pudemos perceber questões cruciais para nossa pesquisa, como as apontadas nos três fragmentos analisados acima, é que pudemos selecionar, por fim, 40 matérias que abordavam a língua portuguesa/brasileira, ainda que ela não fosse especificamente o tema desses textos. Mas todo esse percurso – das 457 às 40 matérias selecionadas – nos permitiu também recortar/definir de forma mais adequada qual é o campo discursivo<sup>38</sup> (um dos conceitos centrais desse trabalho) em que se dá a polêmica que pretendemos analisar. O estabelecimento desse campo resultou de uma série de intrincadas hipóteses – constituídas com base no conjunto de textos que tínhamos em mãos, aliado a hipóteses históricas formuladas a partir das considerações tecidas por Hobsbawm (2004) e Mussalim (2003) –, a partir das quais pudemos definir que o recorte do campo, que ora propomos, pode ser designado como o campo *de debates em torno da identidade nacional*.

Em relação ao recorte temporal do *corpus* (textos publicados entre 2001 e 2005<sup>39</sup> na Folha de S.Paulo), gostaríamos de justificá-lo a partir de uma polêmica que teve início na Folha de S.Paulo, no ano de 2001, em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa. Essa polêmica (que consideramos um acontecimento discursivo) teve como gatilho o projeto de lei<sup>40</sup> apresentado pelo deputado federal Aldo Rebelo, que dispunha sobre o assunto. Nesse sentido, é lícito dizer que esse recorte temporal justifica-se a partir do próprio recorte do nosso *corpus*, isto é, a partir de uma polêmica que julgamos relevante para

---

<sup>38</sup> Apenas para retomar o que já foi apresentado no capítulo teórico desta dissertação, lembramos que Maingueneau (1884/2005) formula o conceito de interdiscurso a partir de uma tríade – o universo, o campo e o espaço discursivos –, de modo a torná-lo um pressuposto de ordem teórico-metodológica para o analista.

<sup>39</sup> Ano em que iniciamos a pesquisa.

<sup>40</sup> PL 1676/99 (anexo A).

as discussões em torno da identidade nacional, posto que é representativa de um momento histórico no Brasil.

É importante ressaltar, ainda em relação à definição do *corpus* de análise, que não nos fixamos em nenhum critério de gênero ou mesmo de restrição a determinados cadernos do jornal. Há, portanto, no *corpus* artigos, colunas, crônicas, textos de opinião, notícias etc., provenientes das seguintes editorias:

Opinião	Dinheiro
Cotidiano	Revista da Folha
Mais!	Folhateen
Brasil	Informática
Ilustrada	FOVEST
Mundo	Tendências e debates <sup>41</sup>

Algumas especificações acerca dos autores dos textos fazem-se necessárias aqui. Em primeiro lugar, é preciso destacar que os colunistas são, de acordo com definição do próprio Manual de Redação da Folha (2001, p. 59), os jornalistas que têm coluna fixa no jornal e são, por isso, identificados como “colunistas *da* Folha”. Os demais artigos de opinião – cujos autores não apresentam a referida denominação – são de responsabilidade “jornalística e política” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 107) do autor, embora a responsabilidade “jurídica” seja do jornal. O Manual observa ainda, com relação a este último caso, que a Folha “tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema” – tendo em vista a questão da transparência que, como veremos, faz parte do *ethos* do jornal.

---

<sup>41</sup> Tendências e debates faz parte, na verdade, da editoria opinião. No entanto, é tratada de maneira separada por não se tratar da opinião de profissionais da Folha. No caso de ser de jornalista ou colunista da Folha, o texto foi enquadrado na editoria Opinião, e não na seção de Tendências e debates.



Ao editar diversas opiniões sobre um mesmo assunto, a Folha, segundo ela mesma, não admite uma postura “obscura” diante dos fatos. Por esse motivo, ela resguarda para si um *locus* próprio para expressar sua opinião:

A opinião do jornal é expressa em editoriais não assinados, que são publicados na segunda página do jornal e, excepcionalmente, na primeira. Os editoriais da Folha são mencionados na capa do jornal sob o título “opinião da Folha”. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 114).

Há em nosso *corpus* um editorial assim intitulado – que discorre sobre o Projeto de Lei n. 1676/99 do Deputado Aldo Rebelo – que será oportunamente analisado.

Há ainda uma outra categoria de publicação denominada “especial para a Folha”. Sempre que um autor vier assim identificado significa que se trata de “personalidade ou especialista de grande destaque” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 66), mas não de um profissional do jornal. Esse crivo aparece, por exemplo, nos textos de “polêmica”. De acordo com o Manual (2001, p. 47), “a Folha estimula polêmicas em suas páginas. Elas devem estar presentes em artigos e críticas e se refletir em reportagens e entrevistas. A Folha publica também discordâncias conceituais entre seus jornalistas”.

Existem em nosso *corpus* alguns exemplos de polêmica aberta, sendo que o principal deles é o embate travado entre Faraco e Rebelo a respeito do já mencionado projeto de lei deste último – que também integra nosso *corpus*. No total, são seis artigos, três de cada um, todos publicados no caderno *Mais!*

Para uma melhor visão das matérias a serem analisadas nos próximos capítulos, apresentamos a seguinte tabela:

	Matéria	Autor	Editoria	Data
1	The joke is on the table	Jô Hallack Nina Lemos Raç Affonso	Folhateen	29/01/2001
2	Saiba – marmanjos são anjos pescadores	Millôr Fernandes	Mais!	25/02/2001
3	Dinâmica do português falado	John Robert Schmitz	Mais!	18/03/2001
4	Guerras em torno da língua	Carlos Alberto Faraco	Mais!	25/03/2001
5	Secretaria do Estado de Cultura lança Memorial da Língua Portuguesa em SP	s/ autor	Ilustrada	28/03/2001
6	Português a fórceps	Opinião da Folha	Opinião	30/03/2001
7	A intriga das línguas	Aldo Rebelo	Mais!	15/04/2001
8	“Off”	Eduardo Graeff	Tendências e Debates	27/04/2001
9	O maiúsculo e o minúsculo	Carlos Alberto Faraco	Mais!	13/05/2001
10	A neolíngua neoliberal	Aldo Rebelo	Mais!	03/06/2001
11	Nacionalismo requeentado	Carlos Alberto Faraco	Mais!	01/07/2001
12	Sobre guerras e línguas	Aldo Rebelo	Mais!	01/07/2001
13	Sonho antigo	Carlos Heitor Cony	Opinião	07/07/2001
14	“Sorri” (“Smile”)	Pasquale Cipro Neto	Cotidiano	02/08/2001
15	Timor Lorosae	João Herrmann Neto	Tendências e Debates	24/08/2001
16	Fomentar a língua ajuda a criar mercados	Gilson Schwartz	Dinheiro	02/09/2001
17	Yes, nós temos (mesmo) bananas	Ricardo Bonalume Neto	Revista da Folha	23/09/2001
18	Minha pátria é minha língua	s/ autor	Informática	26/09/2001
19	Atu tuir ita nia habarak	João Herrmann Neto	Tendências e Debates	22/10/2001
20	São Paulo terá Memorial da Língua Portuguesa	Da reportagem local	FOVEST	25/07/2002
21	Comunidade portuguesa firma acordos	Paulo Daniel Farah	Mundo	30/07/2002
22	Brasil exporta português a Portugal	Cassiano Ellek Machado	Ilustrada	30/09/2002

<b>23</b>	O mistério do Ministério	José Sarney	Opinião	27/12/2002
<b>24</b>	O Brasil e o “renascimento africano”	Celso Amorim	Tendências e Debates	25/05/2003
<b>25</b>	Lula propõe bloco da língua portuguesa	Clóvis Rossi	Brasil	12/07/2003
<b>26</b>	A lei do “rato”	Fernando Rodrigues	Opinião	01/09/2003
<b>27</b>	Defender o idioma, como a floresta	Aldo Rebelo	Tendências e Debates	23/09/2003
<b>28</b>	Uma questão de idioma	Clóvis Rossi	Opinião	03/10/2003
<b>28</b>	Premiê português visita obra de centro de preservação do idioma em SP	Da reportagem local	Brasil	10/03/2004
<b>30</b>	Angolano acha pátria no português	Luiz Fernando Vianna	Ilustrada	08/07/2004
<b>31</b>	Identidade cultural: língua e soberania	Arnaldo Niskier	Tendências e Debates	16/08/2004
<b>32</b>	Brasil dá primeiro passo para unificar língua	André Soliani	Cotidiano	22/10/2004
<b>33</b>	Unificação ortográfica é gesto político	Thaís Nicoleti de Camargo	Cotidiano	22/10/2004
<b>34</b>	Documentário faz tributo ao idioma português	Thaís Nicoleti de Camargo	Ilustrada	05/11/2004
<b>35</b>	Documentário mostra diferenças do idioma	Sérgio Rizzo	Revista da Folha	05/11/2004
<b>36</b>	Estação da Luz abrigará museu da língua portuguesa até dezembro	Isabelle Moreira Lima	Ilustrada	13/04/2005
<b>37</b>	“A mulher liderou a invenção da intimidade”	Julián Fuks	Ilustrada	28/05/2005
<b>38</b>	Alguém fala errado?	Ferreira Gullar	Ilustrada	25/09/2005
<b>39</b>	O jogo da semântica	Ferreira Gullar	Ilustrada	09/10/2005
<b>40</b>	Literatura brasileira chega à Estação da Luz	Eduardo Simões	Ilustrada	29/12/2005

Partindo da leitura dessas matérias, foi possível estabelecermos dois eixos temáticos sobre os quais se apóiam as discussões em torno da identidade nacional na Folha:

EIXO I – espaço discursivo em que a polêmica se dá a partir da consideração da língua portuguesa em relação ao inglês;

EIXO II – espaço discursivo em que a polêmica se dá a partir da consideração da variedade brasileira em relação às demais variedades da língua portuguesa, em especial a europeia.

Já de início podemos dizer que, muito embora a relação com o Outro nos dois eixos se dê a partir de um esquema elementar, em que o nacional é posto diante de um elemento estrangeiro, a relação polêmica nesses dois eixos não é a mesma.

Nos textos pertencentes ao primeiro eixo, há um forte repúdio à presença de estrangeirismos. Esses estrangeirismos são considerados até mesmo como uma forma de ameaça à soberania nacional. Aqui, portanto, o confronto é direto, estabelecendo-se uma forte polêmica que aparece, na Folha, concentrada (mas não exclusivamente) no Projeto de Lei n. 1676/99 do deputado Aldo Rebelo. Foram selecionadas para este primeiro eixo 17 matérias, listadas a seguir:

The joke is on the table;

Saiba – marmanjos são anjos pescadores;

Guerras em torno da língua;

Português a fórceps;

A intriga das línguas;

O maiúsculo e o minúsculo;

A neolíngua neoliberal;

Nacionalismo requentado;

Sobre guerras e línguas;

“Sorri” (“Smile”)

Yes, nós temos (mesmo) bananas;

O mistério do Ministério;

A lei do “rato”;

Defender o idioma, como a floresta.

Identidade cultural: língua e soberania;

Alguém fala errado?;

O jogo da semântica;

Por outro lado, o segundo eixo temático não vê problemas na integração entre as variedades do português, não apenas pelo fato de se tratar “da mesma língua”, mas, principalmente, porque a posição do Brasil frente aos países de língua portuguesa não é mais a de colônia portuguesa: o Brasil é apontado como líder desse bloco, reconhecido como “exportador” do saber sobre a língua. Neste eixo, a polêmica, entendida em sentido estrito, isto é, como confronto aberto, é apagada, ou seja, não há uma manifestação sequer a questionar o destaque que o Brasil vem adquirindo no cenário mundial, nem mesmo a questionar sua posição de liderança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); ao contrário, colocam-se em cena constantemente enunciadores estrangeiros que corroborem essa idéia.

Com relação às matérias que compõem o Eixo II, selecionamos um total de 25 elencadas abaixo em ordem cronológica:

Secretaria do Estado de Cultura lança Memorial da Língua Portuguesa em SP\*;

Sonho antigo;

Timor Lorosae;

Minha pátria é minha língua (Informática);

Saiba – marmanjos são anjos pescadores;

Atu tuir ita nia habarak;  
 São Paulo terá Memorial da Língua Portuguesa\*;  
 Comunidade portuguesa firma acordos;  
 Brasil exporta português a Portugal;  
 O mistério do Ministério;  
 O Brasil e o “renascimento africano”;  
 Lula propõe bloco da língua portuguesa;  
 Uma questão de idioma;  
 Premiê português visita obra de centro de preservação do idioma em SP\*;  
 Angolano acha pátria no português;  
 Identidade cultural: língua e soberania;  
 Brasil dá primeiro passo para unificar língua;  
 Unificação ortográfica é gesto político;  
 Documentário faz tributo ao idioma português;  
 Documentário mostra diferenças do idioma;  
 Estação da Luz abrigará museu da língua portuguesa até dezembro\*;  
 “A mulher liderou a invenção da intimidade”;  
 Alguém fala errado?;  
 O jogo da semântica;  
 Literatura brasileira chega à Estação da Luz\*.

A respeito dessas matérias, é preciso esclarecer que, no capítulo V, serão objeto de análise apenas 20 delas – precisamente as que não tratam do Museu da Língua Portuguesa. Na verdade, optamos por analisar as matérias que tratam do Museu<sup>42</sup>, juntamente com algumas considerações que teceremos sobre o Museu da Língua Portuguesa, na conclusão desse

---

<sup>42</sup> Essas matérias estão marcadas, na lista acima, com asteriscos.

trabalho, mais especificamente numa seção de nomeamos de perspectivas<sup>43</sup>. Isto porque parece-nos que a semântica discursiva a partir da qual se funda e se organiza o Museu não é diferente da semântica discursiva da posição Folha, o que nos sugere a existência de uma tentativa de construção de um posicionamento hegemônico sobre a língua portuguesa do Brasil em relação às demais variedades do português e, pode-se dizer, até mesmo de institucionalização desse posicionamento.

Assim sendo, especificamente em relação ao eixo II, procederemos à análise dos textos em que não há referência ao Museu da Língua Portuguesa, buscando mostrar a possível constituição de um lugar de legitimação do português brasileiro, e, conseqüentemente, do Brasil como líder do bloco dos países de língua portuguesa. Buscaremos evidenciar, ainda, de que maneira a legitimação de uma identidade nacional – ou a constituição de uma identidade transcontinental, no caso – encontra-se presente no eixo em questão.

Como dito no início deste capítulo, julgamos importante, antes de proceder às análises propriamente ditas, teceremos algumas considerações acerca da Folha. Para tanto, optamos por tomar seu Manual de Redação como lugar discursivo privilegiado para sua caracterização<sup>44</sup>. Vejamos.

### 3 O *ethos* da Folha

A retórica aristotélica denominava de *ethos* as propriedades que os oradores atribuíam, implicitamente, a si mesmos, por meio de seu *modo* de falar. Citando Ducrot, Maingueneau (2002, p. 98) destaca que

não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou

<sup>43</sup> Optamos por nomear essa seção de *Perspectivas* porque analisar a semântica discursiva do Museu de Língua Portuguesa, em relação ao que chamaremos posição Folha, é algo que gostaríamos de empreender futuramente, de maneira mais sistemática.

<sup>44</sup> Consideramos que o simples fato de a Folha de S.Paulo ter um Manual de Redação é representativo da hipótese que fazemos de seu *ethos*. De acordo com sugestão da Banca de Defesa, uma análise interessante seria mostrar a diferença, se é que há, entre o *ethos* dito e o *ethos* mostrado nas matérias dos jornalistas da Folha.

severa, a escolha das palavras, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não.

É nesse sentido que Maingueneau observa que “a eficácia do *ethos* se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explícito no enunciado” (MAINGUENEAU, 2002, p. 98).

O autor propõe a transposição deste conceito para o âmbito discursivo, postulando, então, que “o discurso é inseparável daquilo que poderíamos designar muito grosseiramente de uma ‘voz’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 45). Em outras palavras, o *ethos* seria o tom de um discurso, a revelar, por meio de sua enunciação, a “personalidade” (aqui, pouco importa a sinceridade) do enunciador. As idéias transmitidas por um discurso não podem, de acordo com o autor, ser pensadas de maneira dissociada do *ethos*, já que elas se apresentam por meio dessa “maneira de dizer” que remetem, assim, a uma “maneira de ser”.

Dessa forma, o conceito de *ethos* é, via Maingueneau, transposto da instância exclusivamente oral do texto para o palco da discursividade – seja o discurso escrito ou oral. O autor observa que todo discurso possui um *tom* que tem por função conferir autoridade àquilo que está sendo dito e que permite que o leitor possa dar corpo a esse enunciador (e não ao autor efetivo). Nessa perspectiva, “a leitura faz (...) emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 1997, p. 98).

Maingueneau (1997) alerta para o fato de que um outro deslocamento se faz necessário, quando da transposição da noção de *ethos* da retórica aristotélica para o quadro teórico da AD. Longe de ser uma via de entrada do sujeito psicológico, em que o enunciador desempenharia o papel que achasse melhor em função dos efeitos que deseja produzir, o conceito de *ethos* deve ser pensado a partir da formação discursiva na qual o sujeito está inscrito. Ou, nas palavras do autor, “o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46).



Para discutir a construção do *ethos* da Folha, trabalharemos a partir do seu Manual de Redação (2001). De acordo com Silva (2001), esse tipo de material foi uma forma que os periódicos encontraram, em fins da década de 1950, de instrumentalizar e fiscalizar o dizer dos seus jornalistas. Entretanto, a partir de 1984, com a Folha de S.Paulo, que os manuais passaram a ser acessíveis também ao público em geral. Ao tornar o seu Manual público, a Folha revela um caráter institucional do jornal, marcado, por exemplo, pelo fato de o Manual não ser assinado por nenhum autor específico e ser escrito em terceira pessoa: quem fala é a empresa. De acordo com Silva (2001, p. 281), “a impessoalidade no manual da Folha produz uma personalidade própria (uma posição sujeito), política e comercial, que age simultaneamente na imagem da empresa, em sua inserção na sociedade, e na imagem do ‘produto’, ou seja, o jornal como uma mercadoria”.

Além disso, o Manual serve **ao público** como um instrumento de fiscalização, já que tem por meta “condensar uma concepção de jornal e tornar disponível para o público leitor uma pauta de compromissos, dando-lhe a possibilidade de **fiscalizar** sua execução” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 7, grifo nosso). Dessa forma, amplia-se o alcance do poder de fiscalização: se antes o poder de fiscalizar sobre o dizer de seus jornalistas era exclusivamente da empresa, agora este poder é dado também ao leitor.

Essa relação que se instaura entre o leitor e a instituição – a funcionar quase como um “controle de qualidade” – fundamenta-se no que a Folha chama de “mandato do leitor”, isto é, o crivo final cabe, em última análise, ao leitor, livre para decidir se continua ou não a ler o jornal. Ou, de acordo com o Manual (2001, p. 45):

Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde a suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas.  
A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados.

Ou seja, ao comprar/assinar a Folha, o leitor é imediatamente contado entre aqueles que “aprovam” o jornal, dando-lhe poderes para “investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo”, o que acaba por fazer do mercado, em última instância, o fiador desse “contrato”<sup>45</sup>. O próprio projeto editorial da Folha aponta que “com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (**o mercado**), uma só fórmula institucional (**a democracia**), num mundo que tende inevitavelmente à globalização” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 10, grifo nosso).

Há que se destacar ainda que a publicação de tal Manual faz parte do que este documento denomina de uma “política de transparência” da Folha de S.Paulo, que envolve os seguintes procedimentos:

1. Manter uma seção diária, em espaço nobre, para registro de seus próprios erros e omissões;
2. Editar as cartas de leitores que contenham críticas ao jornal com o mesmo destaque das que trazem elogios;
3. Colocar seus documentos internos (manual, projeto editorial) à disposição dos leitores. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 49).

A proposta de uma relação transparente com o seu público permeia todo o Manual. No verbete *leitor* a questão da transparência é também ali abordada, buscando evidenciar uma postura *democrática* do jornal:

A Folha procura manter relação transparente com seus leitores. Isso se expressa na instituição do ombudsman, no reconhecimento de seus erros e omissões e na disposição para corrigi-los. Expressa-se também na divulgação de seus documentos internos, como este manual. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45).

No entanto, é preciso destacar que o ideal de “transparência” transcende o âmbito da relação, digamos, meramente “contratual” entre leitor e jornal, permeando também a concepção de língua que perpassa o Manual. Vejamos o seguinte excerto:

Faz parte da filosofia editorial da Folha **poupar** trabalho a seu leitor. Quanto **mais** trabalho tiver o jornalista para elaborar as reportagens, **menos** trabalho terá o leitor para entender o que o jornalista pretende comunicar.

---

<sup>45</sup> Tanto é assim que, na própria definição de leitor, o Manual aponta para uma subdivisão entre leitor primário e secundário. O primeiro é definido como quem tem o hábito de comprar o jornal (e não necessariamente de lê-lo) – esse leitor é, portanto, quem sustenta o jornal, por ser aquele que o compra. Leitor secundário, por sua vez, é aquele que tem acesso ao jornal, embora não tenha o hábito de comprá-lo (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45).

O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato, em vez de supor que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografias e mapas, em vez de supor que o leitor recorde ou pesquise por conta própria. Deve explicar cada aspecto da notícia, em vez de julgar que o leitor já esteja familiarizado com eles. Deve organizar os temas de modo que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou lê-los. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45, grifo nosso).

Ou seja, as instruções/recomendações que o Manual passa aos jornalistas apontam para a necessidade de se explicitar o máximo possível os fatos, a fim de torná-los **o mais transparentes possíveis** ao público. Nisto está implicada uma certa concepção de língua, segundo a qual ela serve para comunicar um sentido (aquele que o jornalista pretende), ainda que se reconheça que isso requer trabalho. Ou seja, o jornalista deve saber trabalhar a língua e os recursos que ela oferece de modo a “escrever um texto claro” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 5), cuja leitura poupará trabalho do leitor.

As concepções de leitor e de língua que norteiam os jornalistas da Folha também encontram-se presentes quando o assunto é o “didatismo”, descrito como “qualidade essencial do jornalismo e um dos objetivos básicos do Projeto Folha” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 62). De acordo com o Manual, o didatismo refere-se ao fato de que a redação de todo texto deve pautar-se no princípio de que “o leitor não está familiarizado com o assunto”, o que acarreta a necessidade de o jornalista explicar o assunto de “forma **simples**, concisa, **exata** e contextualizada”. Vê-se aí a busca da transparência que o jornal intenta alcançar, já que a informação deve ser “exata”. No entanto, mais adiante, no mesmo verbete, observa-se uma gradação: “a melhor informação é sempre a **mais** precisa” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 57), isto é, não há, de acordo com o próprio Manual, precisão total. Assim, o que podemos destacar deste verbete é o caráter de síntese que ele apresenta do próprio Manual: o ideal é a transparência, mas não é desconsiderada toda a complexidade que uma tal busca envolve, como a necessidade de trabalho sobre a língua, por exemplo.

Essa gradação também pode se observada no verbete “objetividade”. A explicação do verbete inicia-se de forma categórica: “**Não existe** objetividade em jornalismo”. E

continua: “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida **subjetivas**, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45, grifo nosso). Aqui não há gradação: a objetividade **não** existe. No entanto, o Manual adverte que o jornalista tem a “obrigação de ser **o mais objetivo possível**” (pressupondo um trabalho sobre a linguagem). Se pensarmos do ponto de vista lógico, a contradição fica evidente: como é possível buscar aproximar-se de algo que, de acordo com o próprio Manual, não existe no jornalismo? Ainda assim, o documento sugere alguns procedimentos aos jornalistas a fim de tornar um texto “mais objetivo”:

Para relatar um fato **com fidelidade**, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com *distanciamento* e *frieza*, o que não significa *apatia* nem *desinteresse*. Consultar outros jornalistas e pesquisar  **fatos análogos ocorridos no passado** são procedimentos que ampliam a **objetividade possível**. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45, grifo nosso).

A partir dessas considerações, pode-se observar o quanto o ideal de transparência permeia os procedimentos descritos no Manual de Redação da Folha de S.Paulo e constitui-se na meta a ser atingida pelos seus jornalistas.

Para nos aprofundarmos na descrição do jornal, vejamos quais são seus princípios editoriais destacados no seu projeto editorial e de que maneira eles são apresentados e especificados nos verbetes do Manual.

### 3.1 O projeto editorial

Como pudemos observar na seção anterior, a Folha de S.Paulo busca estabelecer junto a seu público leitor uma relação fundada na transparência – ou, pelo menos, naquilo que o jornal entende como tal. Dentre os diversos dispositivos de efetivação dessa política encontra-se, como já dito antes, o fato de a Folha colocar à disposição de seu público os seus *documentos internos*, a saber: o seu projeto editorial e o Manual. Ao fazer isso, a Folha atribui aos leitores uma posição de fiscalização da execução dos preceitos e orientações neles estabelecidos.

De acordo com o referido projeto – publicado no próprio Manual –, a Folha deve zelar por um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário. A cada um desses princípios corresponde um verbete no Manual. Sendo assim, vejamos o que eles implicam, começando pelo “jornalismo moderno”.

De acordo com o Manual (2001, p. 44), o jornalismo moderno compreende “a introdução na discussão pública de temas que não tinham ingressado nela, de novos enfoques, novas preocupações, novas tendências”, o que requer do profissional o seu constante aperfeiçoamento (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 16).

Desse profissional exige-se ainda uma atitude crítica diante dos fatos, dado que o “jornal não existe para adoçar a realidade”<sup>46</sup> (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 44). No entanto, essa crítica não corresponde à expressão de opinião, pois, de acordo com o Manual, para ser crítico sem emitir opinião basta seguir os seguintes passos: “compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 44). Dessa forma, o Manual da Folha procura instrumentalizar (além de fiscalizar) o dizer de seus jornalistas, apresentando-lhes estratégias que visam alcançar uma suposta neutralidade, ainda que no verbete objetividade, como visto no item anterior, esteja expresso que a própria seleção do que será comparado, por exemplo, já dá indícios de decisões *subjetivas* que o jornalista precisou tomar.

O projeto editorial também destaca, no que concerne ao aspecto crítico, que esse é um dos valores que “adquiriram a **característica** doutrinária que está **impregnada** na **personalidade** do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p.17, grifo nosso). O texto sugere ainda que a imprensa, de maneira geral, passou, e ainda passa, por diversas mudanças e novas exigências, em virtude de transformações econômicas, políticas e ideológicas no cenário mundial. O

---

<sup>46</sup> Esse princípio editorial apresenta uma forte relação com o verbete “eufemismo” presente no Manual, segundo o qual “não compete ao jornalista suavizar a informação com palavras que lhe parecem mais agradáveis. Sua função não é poupar o leitor, mas sim informá-lo” (2001, p. 68).

projeto considera, porém, que, embora os valores precisem ser retomados de maneira mais “qualificada”, “isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas **refiná-la e torná-la mais aguda** num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o **debate técnico substituiu**, em boa medida, o **debate ideológico**” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 17, grifo nosso).

O Manual reitera que é objetivo da Folha “exercer um jornalismo crítico em relação a todos os partidos políticos, governos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 44). Assim, o jornalismo crítico deve ser pautado pelo apartidarismo, definido como a não-vinculação do jornal a qualquer grupo, tendência ideológica ou partido político. O projeto esclarece, porém, que essa atitude apartidária, “que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de álibi para uma **neutralidade acomodada**, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 17, grifo nosso).

Ainda no que diz respeito ao apartidarismo, o Manual (2001, p. 36) destaca que a Folha “procura adotar posição **clara** em toda questão controversa” (grifo nosso), reforçando, assim, o *ethos* fundado na idéia de transparência que o jornal procura construir. E o verbete vai além, apontando que, “mesmo quando defende tese, idéia ou atitude, a Folha não deixa de noticiar e publicar posições divergentes das suas” – lembrando que essa tomada de posição é desvinculada de uma “tendência ideológica, grupo ou partido político”<sup>47</sup>. É interessante notar, mais uma vez, que, ainda que o Manual reconheça que não há objetividade, ele, de uma certa forma, a institui como meta, na medida em que o ideal da transparência pauta o trabalho do jornalista.

---

<sup>47</sup> Vale lembrar que, na perspectiva teórica da AD, não há sujeito sem ideologia. Nesse sentido, de acordo com Pêcheux (1975/1997, p. 161): “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

A publicação de várias versões sobre um mesmo acontecimento, recomendada pelo Manual, está ligada também à questão do pluralismo de que o projeto editorial fala, e o Manual assim apresenta:

Numa sociedade complexa, **todo fato se presta a interpretações múltiplas**, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas.

**Todas** as tendências ideológicas **expressivas** da sociedade devem estar representadas no jornal. (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 47, grifo nosso).

O Manual diz que a Folha deve se colocar, portanto, como um jornal plural, representativo de diversas tendências ideológicas da sociedade, ainda que caiba à redação do jornal a decisão de quais tendências publicar, uma vez que só terão lugar as tendências consideradas expressivas da sociedade.

No texto do projeto, porém, encontra-se uma observação a respeito do pluralismo e da já citada mudança – que gera, por sua vez, novas exigências ao jornalismo – abordada no projeto. Se a disposição crítica deve ser refinada, o pluralismo não pode ser reduzido à “auscultação meramente formal do ‘outro lado’ da notícia”, mas deve ser renovado “na busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p.17).

Com base no que foi dito até aqui, podemos dizer, primeiramente, que a Folha, por meio do que diz seu Manual, busca inscrever-se em um lugar jornalístico diferenciado das demais empresas do ramo, uma vez que: a) foi ela a primeira a lançar um manual de redação, parte de uma política de transparência com o leitor/fiscal da sua prática jornalística; b) ela reconhece que o jornal precisa tomar uma clara posição diante dos fatos, muito embora tal posição não se vincule a nenhuma tendência ideológica – ou seja, a transparência pauta não apenas a relação com o leitor, mas também as posições que a Folha assume; c) mesmo ao tomar uma posição, o jornal deve primar por um jornalismo apartidário e pluralista que privilegia a diversidade de pontos de vistas, os quais devem ser levados ao conhecimento do

público leitor, desde que sejam “tendências expressivas”; d) a Folha é o jornal que traz a verdade dos fatos e não “adoça” a realidade.

Podemos também concluir que a Folha, por meio do seu Manual, procura construir um *ethos* democrático, fundamentado principalmente na idéia de transparência. No verbete “leitor” esse aspecto se evidencia: “A Folha procura manter relação transparente com seus leitores” (MANUAL DE REDAÇÃO, 2001, p. 45). Tal relação, como vimos, constrói-se sobre algumas práticas, a saber: a presença de um ombudsman, reconhecimento (e posterior correção) de seus erros e omissões e, por fim, na publicação de documentos internos do jornal. A idéia de transparência<sup>48</sup>, entretanto, ultrapassa os limites dessa relação, permeando também as concepções de língua (que, quando utilizada de maneira eficiente pelo jornalista, permite ao leitor uma visão abrangente dos fatos) e leitura que se veicula pelo jornal.

Todas essas considerações sustentam nossa hipótese a respeito do *ethos* democrático do jornal, que retomaremos no próximo capítulo, por ocasião da análise das matérias que compõem o eixo I, espaço discursivo em que a polêmica se dá a partir da consideração da língua portuguesa em relação ao inglês.

Passemos, enfim, às análises.

---

<sup>48</sup> A política de transparência pode ser observada também em uma das campanhas publicitárias da Folha. Nessa campanha, transparência aparece quase como sinônimo de honestidade e sinceridade (ver GREGOLIN, 2005). A título de exemplo, transcrevemos abaixo uma dessas peças. Trata-se de um classificado de jornal:

*Vendo carro batido*

*Se eu não contasse, você nunca descobriria, porque a funilaria foi bem feita. Na época, aproveitei e mandei consertar também dois pequenos pontos de ferrugem. Estou precisando muito do dinheiro e, se você se aproveitar da situação, vai fazer um excelente negócio. Tratar com Gilberto Dimenstein. F.785-8233.*

Abaixo, lê-se o slogan da campanha:

“Algumas pessoas são tão sinceras que só poderiam escrever na Folha. Não dá pra não ler.”

A campanha busca a adesão do leitor por meio do humor gerado pela honestidade inesperada nas referidas situações: há uma transgressão do conteúdo temático típico a esses gêneros. As peças publicitárias são uma forma de garantir o *ethos* do jornal.



## CAPÍTULO IV

### PORTUGUÊS E INGLÊS: IDENTIDADE E SOBERANIA

*Não existe forma mais alta de pertencer a um povo do que escrever em sua língua.  
(Heinrich Böll)*

#### 1 Considerações iniciais

Ao final do capítulo II, propusemos pensar a história dos Estados-nações em três grandes momentos: formação, consolidação e proteção. Desde o fim da II Guerra Mundial, vivemos o terceiro momento, de proteção, defesa. Nesse cenário, o processo de globalização tem grande importância, uma vez que a compressão espaço-temporal por ele gerada acarreta uma urgência no sentido de (re)definir e proteger o que é nacional. Objetivando uma reflexão em torno de questões envolvidas na legitimação de uma identidade nacional no Brasil, voltamos nosso olhar para uma polêmica que nos pareceu relevante: o uso de estrangeirismos, especialmente anglicismos, na língua portuguesa.

Vale destacar que, desde o final do século XIX, e de forma bastante intensa nas primeiras décadas do século XX, essa relação com o estrangeiro se colocava de maneira conflituosa, como aponta Mussalim (2003, p. 86), a respeito da constituição do modernismo brasileiro,

é a construção da “Nação” enquanto elemento simbólico que organizará toda a discussão em torno da construção do universo cultural brasileiro. O tema do nacionalismo será a grande bandeira sob a qual se agruparão, não somente as mais diferentes questões – (...) estéticas, (...) culturais (...) até questões políticas (...) –, como também as mais divergentes posições em relação ao que vem a ser promover a defesa da “Nação”. Toda discussão a esse respeito se deu em torno da conflituosa importação do elemento estrangeiro, se essa importação configurava-se ou não como um risco para nossa identidade nacional.

Como se vê, a discussão não é de hoje. Se na literatura da época a problemática era em torno, por exemplo, da vinculação da literatura nacional aos padrões lingüísticos e estéticos europeus, a luta agora é contra a infiltração, o uso – ou abuso – de palavras inglesas na língua portuguesa, e a problemática que se coloca é se esses “empréstimos” lingüísticos são ou não perniciosos para a manutenção da identidade nacional.

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre o primeiro eixo temático. Vale lembrar, levando em consideração a proposta teórica de Maingueneau (1984/2005), que tal denominação (eixo temático) diz respeito à configuração de um espaço discursivo em que se dá, no caso do eixo I, a polêmica em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa. A seguir, daremos início à análise de uma polêmica em torno dos estrangeirismos – que na Folha de S.Paulo iniciou-se em 2001 –, procurando demonstrar de que maneira a luta pela legitimação de uma identidade nacional supõe, de fato, a questão lingüística.

## **2 Estrangeirismos: uma questão de (ab)uso**

O Projeto de Lei n. 1676/99 – proposto pelo deputado Aldo Rebelo –, que dispõe, segundo expresso por sua ementa, sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, funcionou como um “gatilho” do debate sobre a presença e o uso de estrangeirismos em língua portuguesa.

Ao propor o referido projeto, que objetiva a *proteção* e a *defesa* da língua, Rebelo aponta contra o que ela deve ser *protegida* e *defendida*, isto é, para o que a põe em risco: a “invasão” de estrangeirismos. Sua proposta, entretanto, vai além: é também regulamentadora do uso da língua portuguesa, na medida em que prevê punições<sup>49</sup> para o uso de palavras estrangeiras. Isso se deve ao fato de, para o autor do projeto, a presença de estrangeirismos na língua portuguesa ser responsável pela sua descaracterização, ameaçando a própria soberania

---

<sup>49</sup> O art. 6º estabelece o valor a ser pago pela *infração*, isto é, pelo uso de palavras estrangeiras.

nacional, uma vez que “a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a **definição da soberania do Brasil como Nação**” (PL 1676/99, art. 3º, § único, grifo nosso). Assim, podemos observar que a língua é compreendida como garantia da soberania do Estado.

Sarney, em sua coluna semanal na Folha de S.Paulo, também destaca a importância da língua para a integração nacional, ao afirmar que “o segredo da unidade nacional foi, em primeiro lugar, o milagre da **língua**: o português que, matando dialetos e se impondo como língua geral, se tornou **instrumento de coesão nacional**” (*O mistério do ministério*, Opinião, 27/12/2002, grifo nosso).

Essa equação

LÍNGUA = NACIONALIDADE
------------------------

é retomada pelo próprio Rebelo na justificacão<sup>50</sup> de seu projeto de lei (PL 1676/99) a partir da pergunta de Napoleão Mendes de Almeida, que ele cita:

Como havemos de querer que **respeitem** a nossa **nacionalidade** se somos os primeiros a descuidar **daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?** (grifo nosso).

Partindo, então, da premissa de que a língua é um elemento de unidade nacional, a expressão da nacionalidade de um povo, um fator relevante para a manuteno da soberania, a proposta de Rebelo vai no sentido de *protegê-la, defendê-la* da “ameaça” estrangeira. Para tanto, opta pela elaboraco de uma lei. O fato de apoiar-se num instrumento legal para isso é representativo da importância atribuída à língua: trata-se de uma questão de interesse do Estado, uma vez que a sua soberania é posta em xeque. Assim, diante de uma “invasão” estrangeira, o Estado deve agir. O perigo é, para Rebelo, iminente:

estamos a assistir a uma verdadeira **descaracterizaco da língua portuguesa**, tal a **invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos** – como “holding”, “recall”, “franchise”, “coffee-break”, “self-service” – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como “startar”, “printar”, “bidar”,

<sup>50</sup> Todo projeto de lei deve ser acompanhado de uma “justificacão”, na qual o proponente expõe as razões pelas quais julga sua proposta relevante.

“atachar”, “database”. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às **palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano**, que **dominam** o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral. (PL 1676/99, grifo nosso).

Essa idéia de descaracterização da língua é retomada por Rebelo em um de seus artigos publicados na Folha. De acordo com o autor do projeto, “há um excesso de indicações (...) de que a **defesa** da língua portuguesa faz sentido enquanto é oportuna” (*Defender o idioma, como a floresta*, Tendências e debates, 23/09/2003, grifo nosso) e, valendo-se de uma metáfora que aproxima língua e florestas, argumenta:

Se é vedada a ortografia pessoal, não há o que estranhar na iniciativa de impedir a **descaracterização ostensiva** que corrói a língua portuguesa à vista de todos. (...)Um símbolo nacional, o pau-brasil, extinto nas matas desde 1920, sobrevive em parques e reservas. Também muitas palavras e expressões portuguesas, de belo som e suave escrita, só restam nos dicionários, porque os **devastadores** usam a **motosserra da linguagem** para ceifar "jovem" e nos impingir teen". (*Defender o idioma, como a floresta*, Tendências e debates, 23/09/2003, grifo nosso).

Com o objetivo de *defender e proteger* o idioma, o artigo 4º do referido projeto de lei estabelece, em seu *caput*, que “**todo e qualquer uso** de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado **lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível** na forma da lei” (grifo nosso).

O parágrafo único deste mesmo artigo ainda observa que será considerada:

- I - **prática abusiva**, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver **equivalente em língua portuguesa**;
- II - **prática enganosa**, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou **ilusão** de qualquer espécie;
- III - **prática danosa ao patrimônio cultural**, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, **descaracterizar** qualquer elemento da cultura brasileira. (grifo nosso).

Assim, a partir dos excertos acima expostos, pode-se perceber que não são estrangeirismos de qualquer tipo que são problemáticos. Na verdade, a grande polêmica é em torno dos anglicismos. Essa polarização fica clara no artigo de Niskier, à época Secretário Estadual de Cultura do Rio de Janeiro:

Nessa campanha pela *preservação* do nosso idioma, vários fatos recentes tiveram transcendental importância. Além do lançamento da segunda edição do

"Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", a cargo da Academia Brasileira de Letras, houve o **interesse** político manifestado pelo então ministro da Educação Nacional da França, Claude Allègre, **por uma aproximação objetiva com o mundo da francofonia**, representado por 170 milhões de falantes. Num encontro em Paris, o ministro francês propôs um amplo acordo **para** que, **somados**, possamos **fazer frente à avalanche cultural e lingüística da língua inglesa** (500 milhões de falantes), proposta que ele repetiu depois, ainda mais enfaticamente, na Casa de Machado de Assis, no Rio. (*Identidade cultural: língua e soberania*, Tendências e debates, 16/08/2004, grifo nosso).

Ou seja, uma aproximação entre os mundos lusófono e francófono não é vista como risco à soberania nacional. Ao contrário, essa “aliança” seria benéfica, uma vez que serviria para fazer frente à “avalanche” *cultural e lingüística* do inglês. Niskier, nesse sentido, inclui-se no que ele chamou de “campanha de preservação” do idioma. Ferreira Gullar, em seu artigo *Alguém fala errado?* (Ilustrada, 25/09/2005), também se inclui nessa campanha:

de tão sectário que sou nesta mania de **preservar** a língua, não suporto ouvir a expressão “isto não significa dizer” em vez de “isto não quer dizer”, que é o correto, ou era, além de **expressão legítima**, enquanto a outra é um anglicismo, mas que, por isso mesmo, há quem considere ainda mais correta, porque estamos na época da globalização, o que torna mais bobo ainda implicar com estrangeirismos (...). (grifo nosso).

Essa idéia de preservação do idioma, alerta Rebelo, não deve ser compreendida como uma espécie de “xenofobia”, mas como um esforço protecionista em favor de um bem da nação:

O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, (...) tão-somente deseja a **valorização** da nossa. (...) Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas **preservá-lo** para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional. (...) As medidas que proponho reclamam a **melhoria** do ensino e do aprendizado da língua portuguesa. Convocam o poder público, as universidades e os meios de comunicação a um esforço para **promover e valorizar um bem intangível da pátria e do povo: o idioma**. (*A intriga das línguas*, Tendências e debates, 15/04/2001, grifo nosso).

A própria concepção de língua que o autor expressa nesse mesmo artigo, “uma ferramenta de conquista” – “A língua, como o tacape, a espada, a pólvora e a moderna tecnologia, tem sido uma ferramenta de conquista. A cultura dominante impõe seu vocabulário à cultura dominada” –, torna urgente a sua defesa. Isto porque permitir a presença de estrangeirismos no seio do idioma nacional é aceitar a alcunha de cultura dominada, é submeter-se a uma nova forma de colonização. Trata-se, como o próprio autor revela, de uma

“humilhação”<sup>51</sup>, a rendição à “ditadura uniformizadora e empobrecedora da globalização de mão única”<sup>52</sup>.

Com base no que foi exposto até agora, podemos dizer que a semântica desse discurso antiestrangeirismo (doravante *posição antiestrangeirismo*) apóia-se sobre semas como /proteção/, /preservação/, /homogeneidade/ e /controle/. O discurso produzido a partir da articulação desses semas defende a proteção da língua nacional frente à invasão de palavras estrangeiras, cujo uso excessivo afeta a soberania do Estado, uma vez que o coloca na posição de cultura dominada diante do dominante inglês. Dessa forma, faz-se necessário o estabelecimento de um mecanismo de controle, que sirva para garantir a homogeneidade da língua – que, em última instância, é o que permitirá que a língua portuguesa permaneça como tal, e não como outra língua – a fim de garantir sua preservação. Do interior da proposta de um sistema de restrições semânticas, esses semas, ao serem colocados em relação, resultam nesse discurso, individuando-o e identificando-o como pertencente a uma dada formação discursiva, isto é, como decorrente de um posicionamento no interior do campo de *debates em torno da identidade nacional*.

Entretanto, esse funcionamento do sistema de restrições do discurso produzido a partir da posição antiestrangeirismo é por demais exigente em relação à proibição do uso de anglicismos, visto que é muito difícil imaginar uma língua livre de qualquer influência do inglês. Para lidar com esse acontecimento, sem colocar em xeque sua coesão discursiva, o sistema de restrições desse discurso sofre certa alteração, a saber, o enfraquecimento do sema /homogeneidade/, que passa a operar como /adaptação/, de modo que seja aceito o uso de palavras estrangeiras que passarem por um processo de adaptação. Nesse sentido, Rebelo observa que:

O lingüista americano Steven Fischer já nos advertiu: "O lema hoje é 'aprenda inglês e prospere, ou ignore e padeça". Quem sabe esconde-se nesse comercial o desejo

---

<sup>51</sup> Em *A neolíngua neoliberal*, Mais!, 03/06/2001.

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*.

secreto de nos cobrarem royalties por palavra importada, como já os pagamos por molho de sanduíche.

O uso de royalty, anglicismo sem similar vernáculo, serve aqui para desarmar os que **confundem defesa do idioma com blindagem de dicionário**. É um truísmo repetir que incentivamos a atualização da língua, mas segundo nosso breviário. Temos regras para aportuguesar as palavras incorporadas ao acervo nacional, como fizemos em centenas de casos, entre eles truísmo, do inglês "truism". Se escrevo royalty sem sinal de bastardo, seja entre aspas ou em itálico, é porque a palavra figura, com essa grafia espúria, no nosso vocabulário ortográfico oficial. É bem-vinda, mas tem de se **adaptar** para entrar. (*Defender o idioma, como a floresta*, Tendências e debates, 23/09/2003, grifo nosso).

Em outro artigo, Rebelo também insiste no argumento da adaptação:

O português falado no Brasil, mais, muito mais que o escrito, demonstrou **plasticidade** suficiente para atrair a insubstituível contribuição das línguas indígenas e africanas e assim consolidar-se como elemento decisivo da unidade nacional. Essa obra, respeitosamente, não a devemos aos escritores nem à academia. Edificou-a o povo que se foi formando no Brasil, não mais português, mas uma **mistura** deste com o africano e o índio.

Batuque, cafuné, mocambo, samba, camundongo enriqueceram o nosso falar pelo lado africano, da mesma forma que abacaxi, caipira, cambembe e maracanã nos ampliaram a comunicação pela herança indígena.

**As incorporações e empréstimos indígenas e africanos apenas prosseguiram a grande capacidade do português de absorver contribuições de outras línguas.**

Açúcar, almirante, algarismo, azeite soam tão naturais para ouvidos brasileiros que muitos estranhariam ou mesmo contestariam a origem árabe destes vocábulos. Mesmo futebol, que tomamos do inglês, **tivemos a sabedoria de adaptá-lo** na pronúncia e na escrita, mudando não apenas vogais, mas também a entonação da expressão inglesa. É o caso de toalete, restaurante e milhares de francesismos que acomodamos ao nosso falar e a nossa escrita. (*A intriga das línguas*, Mais!, 15/04/2001, grifo nosso).

A partir das matérias que compõem o nosso *corpus*, pudemos ainda identificar a existência de um outro posicionamento discursivo envolvido na polêmica em torno da querela lingüística a respeito do uso de estrangeirismos. Trata-se da posição defendida pela própria Folha de S.Paulo, conforme expresso em editorial do jornal. Esse posicionamento (doravante *posição Folha*) diferencia-se da posição antiestrangeirismo por discordar do meio regulador, isto é, a lei. Não há, como veremos a seguir, discordância com relação ao abuso, ou mesmo em relação à idéia de proteção, que fica, muitas vezes, à margem das discussões efetuadas a partir dessa posição. A polêmica aqui é em relação ao instrumento. Vale lembrar ainda que, conforme exposto no capítulo I, na relação polêmica, não se entra em confronto com o Outro na sua totalidade, mas apenas com os enunciados desse Outro que é necessário negar para dele se diferenciar. Assim, a posição Folha não contesta os méritos do projeto, mas o meio,

isto é, o instrumento (a lei) nos moldes “vigiar e punir”, que se propõe a regular o que se fala ou escreve e, por conseguinte, a *liberdade de expressão*.

Exemplo de que o abuso dos estrangeirismos também é reconhecido pela posição Folha como algo a ser combatido é a matéria *The joke is on the table* (Folhateen, 29/01/2001), escrita por três articulistas do jornal. Nela há duras críticas aos estrangeirismos presentes na linguagem cotidiana, o que, de acordo com suas autoras, acaba por torná-la ininteligível para os brasileiros “normais” – definidos pela matéria como aqueles que têm o português como língua materna. Aqui, a afirmação de uma identidade nacional é radicalmente contrária à influência do *inglês* em nossa língua, posição, neste caso, que converge, como vimos, com a posição antiestrangeirismo. Verifica-se aqui uma exclusão do rol dos “brasileiros normais” daqueles jovens que, seja por quais razões forem, utilizam-se de expressões em inglês, especificamente, já que de outras línguas, como o japonês, é até legal “para impressionar as garotas”<sup>53</sup>. Em outras palavras, a nacionalidade brasileira é aqui expressamente vinculada à língua nacional, pura e sem a interferência estrangeira do inglês.

O editorial intitulado *Português a fórceps*, já mencionado no capítulo anterior, também reconhece que há um “uso exagerado” de expressões estrangeiras em algumas esferas sociais, mas contesta a idéia de controle da livre expressão das pessoas, como podemos observar a seguir:

É um despropósito a idéia de tentar **regular o que as pessoas escrevem e falam**.

(...)

Da mesma forma que os totalitarismos falharam em tentar controlar o que a população pensava, **não há modo de regular o que as pessoas dizem ou escrevem**, pelo menos não durante muito tempo.

**Há, por certo, um uso exagerado de estrangeirismos** em locais como os shopping centers. Mas o máximo que se pode fazer nesse caso é lamentar o mau gosto. O **culto da língua** não pode ser **imposto** de cima. Ele depende de disposições coletivas, de leitura, de educação de qualidade. E é no mínimo **pouco democrático** transformar em lei o gosto da Academia Brasileira de Letras. (*Português a fórceps*, Opinião, 30/03/2001, grifo nosso).

<sup>53</sup> Assim escrevem as autoras: “Nosso lema é o seguinte: é muito bom falar várias línguas, a começar pelo espanhol. Esperanto é um pouco demais, mas japonês pode ser útil para impressionar garotas. Mas preserve o seu sotaque nativo. Só assim você poderá mostrar que, sim, você fala inglês. Mas, não, você não é americano. Thank God!” (*The joke is on the table*, Folhateen, 29/01/2001).



Note-se que o editorial considera a proposta de Rebelo uma imposição e a tem como uma forma *pouco democrática* para evitar o uso excessivo de estrangeirismos. Colunista da Folha de S.Paulo, Fernando Rodrigues também se posiciona contra a regulamentação, entendendo que se trata de uma violação da *liberdade de expressão*:

Como poderia dizer o comunista autor da idéia, **um espectro ronda a liberdade de expressão**. Seu nome é Lei Aldo Rebelo da Língua Portuguesa.

(...)

Esse é o tipo de ovo de serpente do qual qualquer democrata deveria se distanciar. Hoje, querem que a imprensa escreva rato para descrever um prosaico mouse. **Daqui a pouco terão idéias sobre o que pode ser divulgado pelos jornais**.

(...)

Ocorre que seu projeto pavimenta um **caminho perigoso contra a livre expressão de idéias no país**. No fundo, a motivação de Rebelo é singela: "Tive uma idéia, vou fazer uma nova lei". Há uma obsessão cartorial-católica-lusitana no Brasil pela regra escrita, carimbada. (*A lei do "rato"*, Opinião, 01/09/2003, grifo nosso).

O último parágrafo do texto de Rodrigues é bastante ilustrativo da posição Folha, demonstrando que a polêmica é, de fato, em torno da lei – vista como um risco à liberdade de expressão – e não em relação à defesa, proteção e preservação do idioma intentada por Rebelo. O trecho abaixo apresenta-se como um bom resumo da posição Folha:

Rebelo quer **proteger o idioma. Tudo bem**. Mas é **inútil** uma **lei** para isso. (grifo nosso).

Assim, podemos dizer que o discurso produzido a partir desse posicionamento assenta-se sobre os três semas – /proteção/, /preservação/ e /homogeneidade/ – a partir dos quais se organiza também a posição antiestrangeirismo. Ou seja, a oposição que se verifica aqui entre esses dois posicionamentos é privilegiadamente, conforme já apontado, em relação ao instrumento utilizado para proteger a língua nacional, a saber, a lei. Como expresso no fragmento acima, defender o idioma “tudo bem”, o problema é se criar “uma lei para isso”. À semântica discursiva da posição Folha, portanto, deve-se acrescentar o sema /liberdade/ (em oposição ao sema /controle/, constitutivo do sistema de restrições da posição antiestrangeirismo), absolutamente em concordância com a política do jornal, conforme podemos perceber no capítulo III. Assumir integralmente os semas da posição antiestrangeirismo, isto é, permitir que a liberdade do falante seja cerceada, é ir de encontro

ao *ethos* democrático do jornal. E, como vimos, as idéias transmitidas por um discurso não podem ser pensadas de maneira dissociada do *ethos*, já que elas se apresentam por meio dessa “maneira de dizer” que remetem, assim, a uma “maneira de ser”. Além disso, no projeto de uma semântica global, o sistema de restrições aplica-se a todos os planos discursivos, inclusive ao *ethos*.

No entanto, é preciso dar uma solução para a problemática da defesa da língua, isto é, a partir do momento em que a posição Folha recusa a lei como meio de proteção da língua, é necessário que uma outra alternativa seja proposta, a fim de que a língua seja, sim, protegida. Nesse sentido, observa-se nas matérias produzidas a partir de tal posição a existência do par *bom senso/mau gosto*: usar muitos estrangeirismos, principalmente os considerados “desnecessários”, é um sinal de *mau gosto*; o uso dos estrangeirismos deve ser regido pelo *bom senso* do falante. É o que podemos observar, por exemplo, em *The joke is on the table*:

Mas nós, um pouco *humilhadas*, precisamos admitir que vez ou outra falamos assim [usando anglicismos]. Sim, somos colonizadas e adoramos um tênis Nike. Mas ainda temos um pouco de **bom senso**. Por isso (e para que vocês não pensem que somos 100% alienadas), resolvemos fazer um **apelo** para os jovens brasileiros: O INGLÊS PODE SER LINDO, MAS TUDO NO MUNDO TEM LIMITE! (Folhateen, 29/01/2001, grifo nosso).

Ou seja, os “limites” ao uso de estrangeirismos não devem ser impostos legalmente, mas a partir de um /bom senso/ para o qual as autoras apelam. O uso de estrangeirismos é compreendido, assim, como uma questão de estilo, que deve ser, aliás, lamentado, conforme vimos no editorial *Português a fórceps*. Essa oposição entre /mau gosto/ e /bom senso/ é ainda reforçada por Pasquale (alinhado à posição Folha) em uma de suas colunas:

Na Semana passada, tratei da "Operação Smile", do governo do Rio Grande do Norte. (...) Disse e reafirmo que o termo inglês "smile", de **gosto discutível**, certamente poderia dar lugar a "sorriso", palavra no mínimo mais palatável (...) e eficiente. Como **nem todo "smile" é de mau gosto**, julguei conveniente lembrar a canção "Smile", obra-prima que faz parte da trilha de "Tempos Modernos", antológico filme de Charles Chaplin. (“Sorri” (“Smile”), Cotidiano, 02/08/2001, grifo nosso).

Em outro artigo (produzido a partir da posição Folha), que trata especificamente do uso do “off” no jornalismo investigativo<sup>54</sup> e faz uma reflexão de como ele ficaria no caso de o projeto de Rebelo ser aprovado, Eduardo Graeff<sup>55</sup> conclui que “não precisa de nenhum código especial para isso. Só de conversa franca e de **bom senso**”. (“Off”, Tendências e debates, 27/04/2001, grifo nosso).

Se a polêmica entre a posição antiestrangeirismo e a posição Folha se dá no âmbito do instrumento por meio do qual uma política de proteção da língua deve ser implementada, o mesmo não ocorre com um terceiro posicionamento encontrado, no campo de *debates em torno da identidade nacional* a partir da análise das matérias que compõem nosso *corpus*, e que tem no lingüista Carlos Alberto Faraco seu maior representante. Diferentemente da posição Folha, o que chamaremos de posição da lingüística<sup>56</sup> questiona a motivação do projeto, isto é, o argumento de Rebelo segundo o qual há uma “invasão” de anglicismos na língua portuguesa, do que decorrerá sua conseqüente descaracterização.

Em artigo intitulado *O maiúsculo e o minúsculo* (Mais!, 13/05/2001), Faraco, discorrendo acerca das tarefas que considera “maiúsculas” para a elaboração de uma nova política lingüística para o Brasil, afirma que

foi uma questão minúscula que, a partir de uma **grosseira simplificação dos fatos**, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras e expressões da língua inglesa em determinadas áreas do nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses **estrangeirismos** não passam de uma **insignificante** gota d’água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano. (grifo nosso).

Para o autor, portanto, não se trata de uma *invasão* de palavras estrangeiras, mas da *presença* delas em algumas áreas do cotidiano. Essa presença, aliás, não é considerada nem

<sup>54</sup> No caso da citação da fonte, “off the record”.

<sup>55</sup> À época, Graeff era assessor especial da Presidência da República.

<sup>56</sup> O termo posição da lingüística, usado aqui, não pressupõe a homogeneidade no campo, mas apenas que há certos pressupostos teóricos assumidos por Faraco que se apresentam, hoje, como inquestionáveis para qualquer estudioso da lingüística.

mesmo representativa, mas “insignificante”. Mais adiante, no mesmo artigo, Faraco destaca que

Uma simples passada de olhos, aliás, pela história do português (como de qualquer outra língua) revela, com absoluta transparência, que os estrangeirismos nunca constituíram problema: os falantes, **sem a tutela de ninguém e sem leis esdrúxulas**, sempre souberam gerir a dinâmica do empréstimo lexical. Se adotam, num determinado momento, pelas mais diversas razões (estéticas, culturais, comerciais, pragmáticas, identitárias, estilísticas etc.), um número grande de palavras estrangeiras, só conservam, com o passar do tempo, empréstimos sentidos como realmente necessários, descartando simplesmente todo o resto. É por isso que desse processo resulta sempre enriquecimento e nunca empobrecimento da língua (...). Apesar da cristalina lição dos fatos de hoje e de ontem, preferiu-se criar, por razões que nos escapam, um **cenário apocalíptico**, querendo-nos fazer crer que estamos a assistir a uma verdadeira **descaracterização** da língua portuguesa; que o português está hoje seriamente **ameaçado**; que a nossa língua passa por uma transformação sem precedentes históricos. Essas afirmações, embora retumbantes, são, todas elas, rigorosamente **falsas**. (*O maiúsculo e o minúsculo*, Mais!, 13/05/2001, grifo nosso).

Como se vê, a polémica aqui é em relação tanto à lei (“os falantes, sem a tutela de ninguém e sem leis esdrúxulas, sempre souberam gerir a dinâmica do empréstimo lexical”) – ainda que não seja em função da restrição à liberdade de expressão –, quanto em relação à hipótese de descaracterização da língua. A posição da lingüística, portanto, é outra: Faraco defende a necessidade de uma política lingüística que lide com questões por ele consideradas “maiúsculas”, o que poderia, efetivamente, contribuir para a existência do que o lingüista chama de um “português vigoroso”:

O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma **nova política lingüística** para si (...).

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngüe do país (...); (...) deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado e escrito aqui, vencendo de vez o mito da língua única e homogênea; (...) um combate sistemático a todos os preconceitos lingüísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social; (...) incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade lingüística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (...) ao padrão oral e escrito.

Todos queremos um **português vigoroso** no país e, por isso, defendemos a **construção democrática de uma nova política lingüística** que enfrente, de fato e não apenas com vazias generalidades, as **questões maiúsculas**. Jamais, porém, ao custo de ignorar a complexa realidade lingüística do país e, muito menos, pelo reforço acrítico ao nocivo discurso da língua única, pura e homogênea que tanto estrago já nos causou. (*O maiúsculo e o minúsculo*, Mais!, 13/05/2001, grifo nosso).

Em outro artigo seu, Faraco observa que o projeto de lei proposto por Rebelo,

além de se alimentar de equívocos e preconceitos lingüísticos e, pior, de alimentá-los, o projeto revela um indisfarçável **desejo de controle social** da pior espécie, daquele que, **ignorando a heterogeneidade** e a dinâmica da vida cultural, quer **impor o homogêneo e o único**. (*Guerras em torno da língua*, Mais!, 25/03/2001, grifo nosso).

Além disso, Faraco questiona a adesão a um discurso nacionalista “requentado” sobre a língua portuguesa, em que os estrangeirismos são transformados em “bode expiatório”:

a questão maior não é, de fato, a meia centena de palavras estrangeiras que circulam por aí, e sim como responder politicamente às perplexidades do tempo em que vivemos. Para o deputado, tudo se resolve por uma ligeira **requentada em um discurso nacionalista**. Eu, contudo, considero que isso apenas tapa o sol com a peneira e nos deixa ainda mais frágeis para fazer frente aos vendavais do nosso tempo, que exigem bem mais do que simplesmente **trancar ou escancarar as portas do país**. (*Nacionalismo requentado*, Mais!, 01/07/2001, grifo nosso).

A partir das considerações feitas sobre a posição da lingüística em relação à polêmica em torno da língua nacional, podemos supor que os semas a partir dos quais esse discurso se organiza são: /abertura/, /enriquecimento/, /heterogeneidade/ e /liberdade/. Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso produzido a partir desse posicionamento, reconhecendo a heterogeneidade da língua, não combate a abertura para outras influências, entendendo que desse processo só poderá advir enriquecimento lingüístico. Opõe-se à idéia de controle, uma vez que entende que os próprios falantes sabem, e sempre souberam, reger a dinâmica do empréstimo, mantendo na língua apenas o que, historicamente, se mostra necessário e produtivo.

No quadro que se segue, apresentamos os semas valorizados pelo sistema de restrições de cada um dos posicionamentos em polêmica aqui analisados:

Posição antiestrangeirismo	Posição Folha	Posição da lingüística
/proteção/	/proteção/	/abertura/ <sup>57</sup>
/preservação/	/preservação/	/enriquecimento/
/homogeneidade/ <sup>58</sup>	/homogeneidade/	/heterogeneidade/
/controle/	/liberdade/	/liberdade/

Os semas relacionados no quadro acima são os semas considerados, em cada discurso, como “positivos”, isto é, os que são valorizados por cada discurso. A partir deste quadro, pode-se observar que o posicionamento assumido pela Folha – *mídiu*m em que circulam as matérias envolvidas na polêmica – é revestido por um caráter de “intermediação” em relação aos discursos produzidos a partir das posições antiestrangeirismo e da lingüística. Assim temos que, em relação aos três primeiros semas – /proteção/, /preservação/ e /homogeneidade/ –, a posição Folha alinha-se à posição antiestrangeirismo; por outro lado, em relação ao sema /liberdade/, alinha-se à posição da lingüística. Esse caráter de “intermediação” que reveste a posição Folha reforça o mito de neutralidade, de mediação da imprensa frente às polêmicas postas em cena. Ainda que, seguindo a orientação do seu Manual de Redação, a Folha assumia sua posição na polêmica, essa posição não assume integralmente os mesmos semas de um ou outro discurso, mas estabelece um novo posicionamento cujo sistema de restrições organiza-se de modo a fortalecer a imagem de mediador do jornal. Dessa forma, pode-se dizer que a polêmica *strictu sensu*, isto é, entendida

<sup>57</sup> Por sugestão da Banca de Defesa, é preciso dizer que a opção pelo termo “abertura” deveu-se à falta de termo mais adequado. Na verdade, não é uma questão de promover a abertura, mas tão-somente de não “fechar” as portas às influências externas. Este sema fica mais claro na oposição com o seu respectivo sema negativo.

<sup>58</sup> O sema /homogeneidade/ não tem o mesmo estatuto para um e outro posicionamento. Para a posição antiestrangeirismo, poderíamos dizer que a homogeneidade é “mais radical” do que para a posição Folha. Em outras palavras, o uso de estrangeirismos é “permitido” pela posição antiestrangeirismo apenas em casos julgados como estritamente necessários, e depois de já incorporados pela Academia Brasileira de Letras. Para a posição Folha, por outro lado, a questão dos empréstimos é guiada, como vimos, pelo critério do “gosto”.

como controvérsia violenta, só se dá entre as posições antiestrangerismo e da lingüística, que definem suas semânticas por meio de uma relação de oposição sema a sema.

Considerando, então, apenas estes dois posicionamentos em confronto aberto, chegamos ao quadro abaixo, que apresenta, além dos semas “positivos” de cada um destes discursos, os seus respectivos semas “negativos”, ou seja, aqueles que os discursos em questão rejeitam.

<b>Posição antiestrangerismo</b>		<b>Posição da lingüística</b>	
<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>	<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>
/proteção/	/descaso/	/abertura/	/fechamento/
/preservação/	/abuso/ /uso inadequado/	/enriquecimento/	/estagnação/
/controle/	/descontrole/ /permissividade/	/liberdade/	/restrição/ /censura/
/homogeneidade/	/descaracterização/	/heterogeneidade/	/purismo/

Maingueneau (1984/2005) alerta que os semas positivos de um discurso devem ser considerados como indissociáveis dos respectivos semas negativos. É, pois, nesta dupla repartição que se funda a relação polêmica: “cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 67). Assim, o processo de tradução de que falamos no capítulo I consiste na “leitura” que um discurso faz dos enunciados do seu Outro a partir do seu próprio registro negativo. Daí resulta, para nos valermos da feliz expressão de Maingueneau, um “pentecostes pervertido”, em que “cada um entende os enunciados do Outro na sua própria língua, embora no interior do mesmo idioma” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 104). A partir dessas considerações, podemos concluir que

o acesso ao discurso do Outro só é possível pelo “simulacro” que dele se constrói. Ou, nas palavras de Maingueneau (1984/2005, p. 103):

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele.

O processo de interincompreensão descrito acima pode ser observado tomando qualquer um dos semas do quadro acima. A partir, então, dos semas positivos e negativos dos discursos em pauta, podemos dizer, por exemplo, que, na posição de discurso-agente<sup>59</sup>, o discurso produzido a partir da posição da lingüística traduz o sema /controle/ (positivo para a posição antiestrangeirismo) como /restrição/ ou /censura/ à liberdade do falante em relação à sua língua. Por outro lado, quando temos a posição antiestrangeirismo na posição de discurso-agente, o sema /abertura/ (positivo para a posição da lingüística) é compreendido como /descaso/ em relação à língua portuguesa. E mais, se, como vimos, para a posição antiestrangeirismo, a língua é um elemento garantidor da soberania nacional e fator de identificação nacional, ao operar essa tradução, acusa-se o discurso da lingüística de antinacionalista.

A partir do que foi apresentado até o momento, podemos situar três posicionamentos distintos: a) um que apóia o projeto (ou que se coloca contra a presença dos estrangeirismos na língua); b) um segundo que se opõe ao projeto, tanto do ponto de vista do seu mérito lingüístico quanto do instrumento usado para tal e c) outro que também se opõe ao projeto, mas apenas em virtude de seu caráter vigilante e punitivo, e não em relação ao abuso de palavras estrangeiras. Esses três posicionamentos caracterizam, pelo menos a partir do *corpus*

---

<sup>59</sup> Maingueneau (1984/2005) chama de discurso-agente aquele que está na posição de tradutor em relação ao seu Outro.



analisado, a polêmica em torno da questão lingüística que, em última instância, refere-se à questão da identidade nacional.

Relembremos algumas considerações de Hobsbawm (2004) sobre o surgimento do *patriotismo*, apresentadas no capítulo II deste trabalho, para estabelecermos uma relação com a presença dos estrangeirismos na língua portuguesa. O autor aponta que os Estados encontraram nos conflitos internacionais a forma de reforçar a união na “comunidade imaginada” em torno de um elemento comum, pois ficava mais fácil a distinção entre “nós” e “eles”, uma vez que a identificação do “Outro” é simplificada. É isso o que parece estar acontecendo atualmente em torno da querela lingüística. Entretanto, isso não ocorre por meio de uma guerra real contra os Estados Unidos; para marcarmos nossa diferença em relação aos americanos, basta a guerra contra a “invasão” de palavras em inglês na língua portuguesa. É nesse sentido que defendemos a hipótese de que a língua tornou-se um reduto de onde se pode clamar pelo genuinamente nacional, frente ao processo de globalização que, de acordo com Hall (2005), provoca uma compressão de fronteiras espaço-temporais. Sendo assim, a língua assume o lugar dessa nova “fronteira”, donde a necessidade de protegê-la. Nesse sentido, tal como as análises relativas ao eixo I indiciam, se a questão da identidade nacional passa, como estamos supondo, pela identidade lingüística, a língua transforma-se na instância na qual uma nação deve se agarrar para constituir sua identidade. Dessa forma, a língua nacional não pode ser “invadida” por elementos estrangeiros, o que a descaracterizaria enquanto elemento genuinamente nacional.

Apresentada a análise do eixo temático I, passaremos, a seguir, à análise do segundo eixo, que coloca a variedade brasileira do português em relação às demais variedades de português no mundo. Ainda que, como veremos, os dois eixos se encontrem bastante imbricados, há diferenças significativas na relação interdiscursiva, caso se trate da relação

com o inglês (Estados Unidos), ou com o português europeu (Portugal), produzindo efeitos sobre a definição da identidade nacional.

## CAPÍTULO V

### LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PÁTRIA SEM FRONTEIRAS (?)

*O homem é o único animal que possui o gênio da palavra. Quanto a nós, brasileiros, também nisso perdemos o bonde. Não falamos nem a língua de Dante, nem a de Goethe, nem a de Shakespeare. E cada vez falamos pior a de Camões. (Millôr Fernandes)*

#### 1 Considerações iniciais

Ao propor a precedência do interdiscurso sobre o discurso, Maingueneau (1984/2005) estabelece a polêmica como pressuposto. Isso porque, se um discurso se forma na instância interdiscursiva, isto é, na relação com outros discursos, isto significa que, para delimitar sua identidade, um discurso precisa, a todo momento, lidar com os demais discursos que disputam espaço com ele, como bem pudemos perceber no capítulo anterior. Essa polêmica, contudo, não deve ser compreendida apenas como confronto aberto, mas também devem ser considerados os sentidos de aliança aparente, neutralidade etc.

Nessa perspectiva, a análise deste segundo eixo temático<sup>60</sup>, no que tange aos debates sobre a língua, procurará evidenciar que, quando se trata de considerar o português brasileiro em relação às demais variedades de português, especialmente a europeia, a polêmica em torno da língua nacional não se dá da mesma maneira do que quando é o caso de considerar o português brasileiro em relação ao inglês. Isto porque se trata do recorte de um outro espaço discursivo, em que a polêmica, constitutiva da relação interdiscursiva, se dá sob a forma de

---

<sup>60</sup> Mais uma vez, é conveniente lembrar que o que chamamos aqui de eixo II é um espaço discursivo em que a polêmica se dá, conforme procuraremos demonstrar a seguir.

uma aparente aliança entre diversos posicionamentos do campo. Assim, no caso do *corpus* analisado neste capítulo, será possível perceber que essa aparente aliança tem como efeito o apagamento de outros posicionamentos necessariamente implicados na polêmica, do que decorre a aparência de ausência de polêmica discursiva. Esse apagamento, por sua vez, tem, minimamente, dois efeitos: a) o de convergência de diferentes posicionamentos para um único posicionamento (de neutralidade, no sentido de ser “unanimemente aceito”), que analisamos como sendo “a posição Folha”; b) a construção de um lugar de legitimidade para o português brasileiro, elevado ao *status* de língua intercontinental.

É o que buscaremos mostrar, a seguir, em nossas análises. Antes, porém, é mister lembrar que os debates em torno desse eixo II também se inserem no contexto maior das discussões em torno da identidade nacional.

## **2 Revendo posições**

A partir da posição Folha, a língua aparece freqüentemente descrita, como veremos melhor adiante, como *una*, como uma *pátria que transcende fronteiras* e, nesse sentido, como um elemento de coesão. No caso da língua portuguesa, especificamente, ela é apontada não apenas como um fator de coesão nacional, mas também intercontinental, isto é, como um elemento a unificar todos os países que a têm como língua oficial. Entretanto, nos debates em torno da identidade nacional, nota-se, conforme procuraremos evidenciar, que não se trata simplesmente de unificar as nações em torno da língua, mas de legitimar uma posição de liderança do Brasil diante dos demais países de língua portuguesa. Além disso, é preciso dizer que, frente ao português – especialmente o de Portugal –, a relação é diversa da apresentada no capítulo anterior (em que português e inglês se “enfrentam”), tendo em vista essa posição de liderança que é atribuída ao Brasil, e, conseqüentemente, ao português brasileiro, no

cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Daí a relação polêmica não ser de confronto aberto, mas de aliança aparente.

Neste segundo eixo temático, os enunciados produzidos a partir do que definimos como posição Folha, não assumem mais – como ocorreu por muito tempo ao longo de nossa história e ainda hoje é possível verificar em alguns posicionamentos discursivos mais tradicionais em relação à língua – uma posição em que o Brasil é visto como inferior a Portugal (ou a qualquer outro país falante de língua portuguesa): a inferioridade do português brasileiro é tida como um “mito”, que no excerto abaixo é apontado como sendo resultado das divergências entre gramáticos e lingüistas:

Uma conseqüência da falta de diálogo [entre gramáticos e lingüistas] é a perpetuação de uma série de **mitos**: (a) que **o português de Portugal é melhor do que a variedade brasileira** e que o brasileiro (sem instrução) "não sabe falar português" (...). (*Dinâmica do português falado*, Mais!, 18/03/2001, grifo nosso).

Embora haja considerações como esta no *corpus*, que levam em conta estudos a respeito da língua, a maioria das matérias explica o “mito” de *inferioridade* do português falado no Brasil em razão da posição que o nosso país ocupou por muito tempo no cenário internacional. Entretanto, agora que sua posição é de destaque, o português brasileiro, e não mais o europeu, é considerado o “melhor”. Ou seja, o “mito” não morre, o que ocorre é uma substituição: se antes o português de Portugal que era tido como o “melhor”, agora é a variedade brasileira que assume este lugar.

As matérias da Folha de S.Paulo que compõem este eixo procuram dar destaque para este papel de superioridade do Brasil diante dos demais países. No trecho abaixo, é possível observar que realmente se trata de uma mudança de posição entre Brasil e Portugal, especificamente:

O Brasil entra esta noite oficialmente em uma nova área de atuação no comércio internacional: exportação de língua portuguesa para o governo de Portugal. (...). "É um momento histórico", comemora o filólogo Mauro Villar, que finalizou o "Houaiss" brasileiro e supervisionou a edição portuguesa. "**Estamos vivendo a passagem de bastão da liderança no saber da língua portuguesa**", opina Roberto Feith, diretor editorial da Objetiva. (*Brasil exporta português a Portugal*, Ilustrada, 30/09/2002, grifo nosso).

Assim, a língua de “Camões” de outrora passa a ser agora o “idioma do professor Pasquale”<sup>61</sup>: quem tem poder/autoridade para falar sobre a língua não é mais a antiga metrópole, mas a ex-colônia de dimensões continentais. Ocorre, então, a “passagem de bastão”: reforça-se a posição (política!) de líder do Brasil – independente/apartado de Portugal – e não mais de *colonizado*. Assim, mesmo quando se insiste numa certa vinculação entre Brasil e Portugal nas discussões a respeito de um aspecto privilegiadamente lingüístico, a saber, o da reforma ortográfica na língua portuguesa – como se pode observar no texto abaixo, de Thaís Nicoleti Camargo –, o aspecto político da questão como um todo é ressaltado:

Unificar a grafia do português nos países lusófonos é antes um **gesto político, no qual parece estar o mérito da ação**. Afinal, estimula-se assim a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional** e a conscientização da vitalidade do idioma e dos traços comuns entre as culturas que se expressam por meio dele. Isso tende a fazer surgir um maior intercâmbio entre as obras literárias produzidas nesses países. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso).

O trecho seguinte mostra, contudo, que esta relação entre unificar a língua e unir os países em identidade não é tão direta quanto pode parecer. Conforme destaca Millôr Fernandes em sua coluna, revestido do habitual tom irônico, um acordo com Portugal para se fazer reformas ortográficas é “inexplicável”:

No Brasil, com três reformas nos últimos cinquenta anos, nenhuma delas orgânica, e sempre **atreladas a um inexplicável acordo com Portugal** (por que não obedecer também a certas formas portuguesas de Guiné-Bissau?), a ortografia é um desastre. (*Saiba – marmanjos são anjos pescadores*, Mais!, 25/02/2001, grifo nosso).

O excerto acima indicia que o “problema” é especificamente em relação a Portugal – perfeitamente explicável do ponto de vista discursivo, considerando o Outro que Portugal representa – e não com outros países falantes da língua portuguesa que, em tese, estariam na mesma posição (ex-colônia) que o Brasil. Tecendo um paralelo com o eixo I, podemos dizer que, se em relação aos estrangeirismos na língua portuguesa, a ameaça é apenas dos

---

<sup>61</sup> Conforme destacado em 02/04/2001 na Folhateen: “Como registraram há um tempo minhas simpáticas vizinhas da esquerda, as meninas do “02 Neurônio”, um monte de gente acha que **o idioma do professor Pasquale** fica mais “cool” se estiver cheio de palavras em inglês no meio.” (Mistura de inglês e português faz dialeto zulu da informática; site põe o Caetano no chinelo, grifo nosso)

*anglicismos*, a disputa de espaço no eixo II é com Portugal, até então detentor do poder sobre a língua. Acontecimentos como esse nos possibilitam compreender melhor a afirmação de Maingueneau (1984/2005) de que a polêmica é, para o discurso, um pressuposto, uma vez que, na disputa por espaço social, um discurso precisa lidar constantemente com o seu Outro na tentativa de fechar sua identidade. No caso do eixo em questão, o Brasil precisa haver-se com quem “ameaça” seu posto de liderança: Portugal.

A relação de suposta igualdade com as demais ex-colônias portuguesas é, entretanto, não raras vezes, apagada, como podemos observar no fragmento seguinte, que também trata da reforma ortográfica. André Soliani, autor da matéria, destaca qual é a “verdadeira” posição do Brasil no projeto de unificação:

**As duas ortografias oficiais da língua portuguesa – a do Brasil e a de Portugal – estão prestes a se tornar uma só.** Ontem, o governo brasileiro aprovou um protocolo que deverá em breve unificar a ortografia brasileira e a lusitana. Quando entrar em vigor, os brasileiros e os portugueses terão de reaprender a escrever nas suas línguas. (...)

**As novas regras ortográficas obrigarão os portugueses a grafarem algumas palavras como no Brasil.** O verbete “ação” passará a ser “ação”. Os portugueses também terão de retirar o “h” inicial de algumas palavras, como “herva” e “húmido”. Para as palavras que admitem diferentes pronúncias, manteve-se a possibilidade de duas grafias. Os brasileiros escreverão “fato”, e os portugueses, “facto”.

Segundo um especialista em cultura do governo, que preferiu permanecer no anonimato para evitar desgastes com Portugal, **a reforma fará com que o português falado no Brasil se torne o internacional.** (*Brasil dá primeiro passo para unificar a língua*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso).

Há que se destacar, ainda em relação à ascensão brasileira ao posto de liderança, as matérias que tratam da independência do Timor Leste. O deputado federal João Herrmann Neto a esse respeito escreve:

Uma **língua portuguesa**, reprimida nos últimos 25 anos pelos ocupantes indonésios, deseja ser recriada como idioma nacional. (...) Para o Brasil, também uma questão épica. Num mundo de gendarmes econômicos, o país que nasce quer ter a **nossa língua** e ser **nosso parceiro** do outro lado do mundo, qual um porta-aviões fundeado entre o Índico e o Pacífico. Não desejam o inglês da vizinha Austrália. Nem tampouco o malaio, que acabam de repudiar. Querem manter como herança cultural o seu dialeto hegemônico, mas também querem um **idioma de trânsito internacional** e um **país amigo**, com quem se confraternizem em **identidade** no futuro. (*Timor Lorosae*, Tendências e debates, 24/08/2001, grifo nosso).

Assim, essa nova posição em relação à língua portuguesa não a vê mais como um elemento que indicia a relação de colonizado do Brasil em relação a Portugal, mas, antes,

como elemento de um país – o Brasil –, que não é mais a colônia portuguesa de outrora e que desponta no cenário internacional como uma economia promissora. Quando se fala em “nossa” língua no trecho recortado, não há referência alguma a Portugal, mas exclusivamente ao Brasil, reforçando, justamente, essa mudança de posição. Caso o português seja realmente escolhido como língua oficial do Timor, a vitória é *brasileira*, e não da língua portuguesa. Isso porque, conforme aponta o autor:

Há um "**sentimento brasileiro**" no ar e no mar de Timor. As palavras poéticas e religiosas voltam-se ao português. (*Timor Lorosae*, Tendências e debates, 24/08/2001, grifo nosso)

É interessante chamar a atenção, a partir dos excertos acima, para o fato de que, mesmo no interior deste eixo temático, a relação com a língua inglesa nunca é completamente abandonada. No caso do Timor Leste, o inglês é colocado como o “perdedor” nessa “batalha”, não tendo sido escolhido como língua oficial do país, ainda que sendo seu vizinho. O português, considerado um “idioma de trânsito internacional”, acaba por ser, nesse sentido, equiparado ao inglês. Como se vê, ainda que de forma menos contundente, a polêmica com a língua inglesa se faz sempre presente, mesmo no eixo que discute a relação entre as variedades da língua portuguesa ao redor do globo.

Voltando às questões que envolvem os debates especificamente sobre a língua portuguesa como um todo, podemos observar, a partir do recorte abaixo, que a nova posição de liderança do Brasil no cenário internacional é reconhecida pelo próprio premiê português, como destaca a Folha de S.Paulo:

O primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, visitou ontem as futuras instalações do Centro de Língua Portuguesa, na Estação da Luz, no centro de São Paulo. "**São Paulo é a maior cidade do mundo que fala português**. Este empreendimento será um museu vivo em homenagem à língua portuguesa", disse ele. (...) Sobre o encontro que teve anteontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, Barroso afirmou que foi uma "excelente cimeira [reunião de cúpula]" e que os dois países, Portugal e Brasil, devem **estreitar relações no âmbito comercial**. (...) "Não podia deixar de vir a São Paulo que é, sem dúvida, a capital econômica da América Latina. **A situação de Portugal é bem melhor do que aparenta**. É isso que vou apresentar aos investidores brasileiros, que serão bem-vindos. Vamos promover trocas nos dois sentidos. Isso é útil para os dois países", disse Barroso. (*Premiê português visita obra de centro de preservação do idioma em São Paulo*, Brasil, 10/03/2004, grifo nosso).



O primeiro-ministro de Portugal volta à ex-colônia com propostas de desenvolvimento comercial, *para os dois lados*: se nos tempos da colonização a relação era lucrativa somente para Portugal, a situação agora é outra, uma vez que o Brasil encontra-se, à época da reportagem, ao menos, em situação econômica mais próspera que a antiga metrópole.

A ligação entre língua e mercado (parece haver aqui uma atualização da memória discursiva dos discursos nacionalistas de séculos anteriores<sup>62</sup>, que assumiam a idéia *nação = economia nacional*), estabelecida no trecho anteriormente citado, também pode ser observada a partir do artigo *Fomentar a língua ajuda a criar mercados*, de Gilson Schwartz, em que ganha destaque o papel da chamada economia da informação e a grande possibilidade de se trazer mais desenvolvimento não apenas para o Brasil, mas também para os demais países da América Latina. De acordo com o articulista da Folha,

Somente políticas públicas de fomento à produção de conteúdo em português e espanhol serão capazes de criar um mercado significativo, portanto perspectivas de **desenvolvimento econômico** para a América Latina. É como se a conhecida expressão "**minha língua é minha pátria**" fosse adaptada para "**minha língua é meu mercado**". (Dinheiro, 02/09/2001, grifo nosso).

É interessante observar ainda que o mote do discurso nacionalista veiculado pela Folha de S.Paulo, por meio deste artigo, é justamente “minha pátria é minha língua”, o que indicia o papel da língua na constituição e legitimação de uma identidade nacional e, por seu turno, o papel do mercado em relação à constituição e legitimação da noção de pátria. Esse aspecto referente à questão econômica, portanto, tem um lugar importante: no mundo em que se vive hoje, ideologicamente dominado pelas relações de mercado, não é possível fundar uma idéia de nação que não seja desenvolvida, próspera – e essa é a imagem que se tenta construir do Brasil, haja vista a imensa quantidade de discursos que debatem a sua saída do rol dos “países do futuro”, saindo da posição de “em desenvolvimento” para a de “país desenvolvido” e de economia forte. Nesse sentido, verifica-se, então, uma associação de

---

<sup>62</sup> Vide capítulo II desta dissertação.

valores lingüístico e econômico: a língua também pode levar o país ao tão almejado desenvolvimento econômico. Como conclui o referido articulista:

Na base da nova economia está a capacidade dos cidadãos de dominar o próprio sistema de comunicação. É **usando bem a própria língua** que **se ampliam os mercados**. Há mais coisas em comum entre o Vale do Silício e Hollywood do que supõe a velha economia.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico deve vir acompanhado de uma força política, mais especificamente de uma política de *promoção* da língua portuguesa. Por esse motivo, um outro tópico freqüentemente abordado nos discursos sobre a língua portuguesa diz respeito aos discursos feitos em língua portuguesa em reuniões/encontros internacionais. As primeiras vezes em que esse fato ocorreu foi por iniciativa de membros do governo ou da diplomacia brasileira e, conforme destaque da Folha, estas foram atitudes bem vistas pela comunidade de língua portuguesa, o que contribui para reforçar a liderança do país, bem como a propriedade/autoridade para falar sobre a língua.

A esse respeito, podemos destacar, primeiramente, o artigo de Aloísio Mercadante (especial para a Folha), intitulado *Minha pátria é minha língua* (Dinheiro, 09/02/2003).

Um dos mais propalados "méritos" do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a chamada "diplomacia presidencial". Diziam os arautos do pensamento único, hoje surpreendentemente neocríticos, que Fernando Henrique Cardoso, intelectual de certo renome e poliglota, podia como ninguém representar o Brasil no exterior e projetar a imagem de um país capaz de inserir-se no processo de globalização e de "modernização" neoliberal. Argumentavam ainda alguns que o fato de FHC pertencer a uma elite supostamente cosmopolita e avançada lhe permitia dialogar, em condições de igualdade, com os principais líderes mundiais. (...)

Pois bem, com apenas um mês de governo, o presidente **Lula** já é considerado unanimemente **um dos principais e mais respeitados líderes mundiais**. No Sul em desenvolvimento, a sua envergadura política só encontra paralelo com a de Nelson Mandela. Fatos o demonstram. Lula foi o único presidente brasileiro eleito a ser recebido na Casa Branca, num encontro que resultou no estabelecimento de uma agenda ampla de negociação Brasil/EUA. Na América do Sul, o novo governo não hesitou em usar audaciosamente a influência brasileira na região para criar o Grupo de Amigos da Venezuela, instância de negociação que vem obtendo êxito em seu objetivo de solucionar a crise daquele país por via pacífica e constitucional.

Mas talvez o símbolo mais visível (certamente não o mais importante) da relevância política que o presidente Lula tem hoje no cenário mundial seja **o convite que recebeu para participar do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Na realidade, não foi o presidente Lula que foi a Davos, e sim Davos que foi até o presidente Lula**. Os neoliberais de lá, bem mais inteligentes que os daqui, já estão conscientes de que a "modernização" efetuada conforme as diretrizes do Consenso de Washington gerou uma ordem mundial crescentemente desigual e mergulhou a maior parte dos países em desenvolvimento numa crise social e econômica sem paralelo. Eles sabem o perigo que isso representa. A "montanha mágica" precisava, portanto, de um Leon Naptha que criticasse a nova ordem e apontasse alternativas

para uma "globalização solidária". O presidente **Lula** o fez com propriedade. E o fez não porque tivesse maior conhecimento de temas internacionais que FHC, mas sim porque, diferentemente dele, **está respaldado num projeto de nação que dá consistência e legitimidade às suas ações no campo internacional.** (...)Lula, monoglota e oriundo da nossa "Índia", vem conseguindo conduzir uma autêntica diplomacia presidencial séria, congruente e de sucesso. **Tudo isso em bom português. Como canta Caetano Veloso, "minha pátria é minha língua".** (grifo nosso).

Como se pode ver, além das críticas ao já ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o convite a Lula para participar do Fórum Econômico Mundial em Davos (onde o Presidente discursou em português) ganha ênfase. Mais uma vez, pode-se verificar a ligação entre economia e língua nacional (indiciada até mesmo pelo caderno em que a matéria vem publicada: Dinheiro). O objetivo principal parece ser buscar mostrar como a política econômica de Lula não estava levando o Brasil para uma recessão, como muitos temiam. No entanto, a questão lingüística acabou por tornar-se evidente, já que, como afirma o artigo: "Tudo isso em bom português. Como canta Caetano Veloso<sup>63</sup>, 'minha pátria é minha língua'". É válido destacar, ainda, a importância atribuída a um "projeto de nação" que respalda a prática do Presidente Lula: volta-se para o mercado internacional, mas sem se esquecer da nação, promovendo a língua portuguesa.

Além do artigo supracitado, tem-se ainda a matéria de Clóvis Rossi sobre o mesmo tema: a ida de Lula a Davos. Em primeiro plano, novamente, o discurso em língua portuguesa: "Criticado por não falar inglês (ou outro idioma além do português), Lula sentiu-se um pouco vingado ontem ao ouvir de empresários portugueses que era a primeira pessoa a falar nessa língua no Fórum Econômico". Rossi ainda escreve, na seção Opinião (*Uma questão de idioma*, 03/10/2003), sobre o discurso, proferido em português, do embaixador brasileiro responsável pelas negociações da Alca, em encontro com os demais países interessados:

O embaixador brasileiro **Adhemar Bahadian**, co-presidente das negociações da Alca (ao lado do norte-americano Peter Allgeier), fez **em português, pela primeira**

---

<sup>63</sup> "Minha pátria é minha língua" é um verso bastante famoso de Fernando Pessoa e foi incorporado à letra da música "Língua", de Caetano Veloso. A esse respeito, é interessante notar quem é citado por Mercadante em seu artigo: Caetano Veloso, brasileiro, e não Fernando Pessoa, poeta português.

**vez na história das negociações, o seu discurso na sessão de abertura da reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca.**

Trata-se da mais alta instância técnica do que pretende ser a Área de Livre Comércio das Américas.

Bahadian deu duas **explicações** para usar sua própria língua: é "**um dos poucos idiomas falados em quatro continentes (América, África, Europa e Ásia) por mais de 200 milhões de pessoas**" e, em segundo lugar, "**a exclusão do português como língua de trabalho seria, obviamente, prejudicial à sociedade brasileira**". (grifo nosso).

Temos aí mais um exemplo da luta pela *promoção* da língua portuguesa como língua de trânsito internacional, de “trabalho”, cuja exclusão seria prejudicial para a “sociedade brasileira”. Pode-se observar nessa menção certa equivalência entre povo, nação e língua, o que faz da equação *povo = Estado = nação* ganhar mais um elemento (a língua): *povo = Estado = nação = língua*, fortalecendo nossa hipótese de que o nacionalismo, no contexto contemporâneo, passa pela questão lingüística. A partir disso, contam-se não mais os cidadãos de uma nação, mas o número de falantes da língua portuguesa – acontecimento que confere a essa língua o estatuto de pátria intercontinental (sem fronteiras), cujo líder é o português brasileiro e, portanto, o Brasil.

Há, pois, uma política de *promoção* da língua portuguesa ao redor do mundo, bem como do papel de destaque do Brasil no bloco de países que falam essa língua. A esse respeito, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, escreve:

A África acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso, parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico! (...) **Os países de língua portuguesa olham para o Brasil como uma fonte de cooperação técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante.** Existe também grande interesse pelos avanços da agricultura brasileira e um desejo de intensificar os contatos voltados ao desenvolvimento rural. São Tomé e Príncipe procura estabelecer parcerias com sócios estrangeiros na exploração de suas riquezas petrolíferas. Além disso, deseja o nosso apoio para a regulamentação do setor. Com a instalação de embaixada do Brasil em São Tomé, estaremos presentes em todos os integrantes da Comunidade de Países de Língua portuguesa. (*O Brasil e o "renascimento africano"*, Tendências e debates, 25/05/2003, grifo nosso).

Mais uma vez, a relação da língua com a economia se faz presente. No bloco da língua portuguesa, o Brasil emerge como essencial para a concretização dos objetivos da CPLP, que são, conforme destacado em matéria de Paulo Daniel Farah: “a **cooperação**

**econômica, cultural, jurídica e científica e a difusão da língua portuguesa”** (*Comunidade portuguesa firma acordos*, Mundo, 30/07/2002, grifo nosso).

A política de promoção e difusão da língua portuguesa envolve, também, uma política educacional para os países que compõem o bloco. Nesse sentido, vale destacar ainda que, conforme aponta a secretária-executiva da CPLP, Dulce Maria Pereira, “há 13 anos foi idealizado no Brasil o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. Deverá ser [ele o] responsável pela definição das estratégias de ensino da língua portuguesa” (*Comunidade portuguesa firma acordos*, Mundo, 30/07/2002).

É possível, pois, perceber que uma relação de aliança entre os países da CPLP em favor da promoção da língua portuguesa não é um risco para a soberania do Brasil, uma vez que sua posição é de líder deste bloco, inclusive frente a Portugal. Se, no passado, num outro momento histórico, o discurso da ruptura com a “metrópole” era muito forte, atualmente não se coloca mais essa questão: fala-se em aliança, onde o Brasil é o líder. No recorte a seguir, o cronista Carlos Heitor Cony, falando a respeito dessa política de promoção e divulgação da língua portuguesa ao redor do mundo – especialmente a partir de uma aliança entre Portugal e Brasil (e suas respectivas Academias de Letras) –, destaca a importância de uma “re-união” dos países em torno de um objetivo comum. Diz o autor:

Venho em missão de paz [a Portugal], cumprindo a programação conjunta da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, que, pouco a pouco, estão-se entendendo na busca de uma política cultural em **defesa da língua comum**, que inclui outros países de fala portuguesa. (...) É complicado explicar as razões que nos separaram. Volta e meia é feita uma tentativa com o objetivo de nos **reunir** numa grande frente cultural. (*Sonho antigo*, Opinião, 07/07/2001, grifo nosso).

Observa-se que a tentativa de constituição e legitimação da língua portuguesa enquanto língua internacional não está mais (e nem apenas!) vinculada a Portugal; diferentemente, fala-se em reunião de forças entre Brasil e Portugal, mesmo que se atribua ao Brasil, como temos visto, o estatuto de país responsável por uma política de promoção e divulgação do português no mundo.

Com base nas considerações feitas até aqui, é possível perceber que a questão da identidade lingüística está fortemente relacionada às questões de identidade nacional, de modo que as noções de língua e nação, em alguns casos, chegam a ser apresentadas como coincidentes. A seguir, procuraremos mostrar que essa “coincidência” possibilita, em última instância, tomar a língua como território nacional (e transcontinental).

### 3 Nação e língua: confluências

O conceito de nação não é, como vimos, um ponto pacífico nas doutrinas, isto é, não se trata de um conceito já estabilizado, com os elementos que o compõem previamente definidos. E isso decorre, em especial, do fato de ser ele definido com base em um outro conceito prévio de difícil delimitação: um “sentimento de pertença”. Esse *sentimento* faz com que os integrantes de uma nação se identifiquem como tal e não como pertencentes a uma outra qualquer.

Ainda que seja essencialmente abstrato, há alguns elementos que são comumente elencados a fim de tornar a idéia de nação mais tangível. Dentre eles, podemos destacar a *língua*, não poucas vezes apontada como o principal desses elementos. Em artigos publicados na Folha de S.Paulo também podemos perceber isso:

Na definição das identidades humanas, o **idioma é um dos principais fatores** a unir pessoas, formando povos, criando culturas. E aproximando países. (*Minha pátria é minha língua*, Informática, 26/09/2001, grifo nosso).

[a unificação da ortografia nos países lusófonos estimula] a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional**. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso).

Enunciados como esses nos possibilitam dizer que a posição Folha, em relação à língua portuguesa, tal como abordada no eixo temático em questão, é a de que ela é um elemento de unidade – e que, portanto, gera uma identidade –, não só nacional, mas intercontinental, isto é, de união entre todos os países que falam o português como idioma oficial.

É interessante reforçar que a idéia de nação apresenta-se de fato confundida com a de língua, como pudemos verificar anteriormente a partir do mote “minha pátria é minha língua”, presente em diversas matérias. Essa confluência fica ainda mais perceptível no fragmento abaixo, que trata de um documentário acerca da língua portuguesa e suas variações ao redor do globo:

Declaração de amor à língua portuguesa, o filme registra variados falares \_seja a língua mista de um indiano, seja o português africano com seus "erres" bem marcados, seja a linguagem artificiosa do ambulante carioca em sua pregação (marcada pelo esforço disciplinador do vocabulário), seja a fala desenvolta de João Ubaldo Ribeiro ou de Martinho da Vila, seja a poesia que flui distraída nas palavras de Saramago e de Mía Couto, seja a voz triste e forte que canta um fado, seja a doce melancolia entoada pelo grupo Madredeus. (...) **Vale a pena fazer o reconhecimento desse surpreendente território da língua portuguesa.** (*Documentário faz tributo ao idioma português*, Ilustrada, 05/11/2004, grifo nosso).

O território é aqui apontado como sendo a própria língua portuguesa, isto é, a língua portuguesa passa a ser não só o território nacional de cada um desses países, mas vai além, tornando-se o território único em que essas nações estão congregadas em identidade.

Muito embora a língua seja apresentada como uma forma de unidade entre vários países, é digno de nota, como já destacamos, o fato de o Brasil, “por suas dimensões continentais”, ser o país que desponta como líder desse bloco dos países de Língua Portuguesa (CPLP). Apenas para retomarmos alguns exemplos, podemos citar o papel de “exportador” de língua portuguesa que o Brasil assumiu a partir do momento em que passa a produzir saberes sobre a língua e enviá-los a Portugal – tal como um *Diretório dos Índios*<sup>64</sup> às avessas –, por meio da publicação do dicionário Houaiss em terras lusitanas. Vale ainda lembrar o fato de o Timor Leste buscar o apoio do Brasil no seu processo de independência, querendo, inclusive, que o português seja a língua nacional – mas o português brasileiro. Fala-se até no “sentimento brasileiro” presente por lá, ainda que as condições geográficas pudessem incliná-los para o lado do inglês da vizinha Austrália. E, finalmente, o caso da reforma ortográfica da língua portuguesa, que deixa de ser fortemente vinculado a Portugal, já

---

<sup>64</sup> Documento do Marquês de Pombal que, dentre outras providências, instituiu o português como língua oficial da colônia.

que o português brasileiro passa a ser o idioma internacional; a “unificação”, portanto, fará uma internacionalização da variedade brasileira.

Assim, as matérias analisadas dão destaque à língua portuguesa e abordam-na tal qual uma pátria sem fronteiras, apesar do já aludido lugar de liderança atribuído ao Brasil, cujo principal argumento é a sua grandeza, ímpar no bloco dos países de língua portuguesa. É o que destaca, por exemplo, a matéria de Clóvis Rossi intitulada *Lula propõe bloco da língua portuguesa* (Brasil, 12/07/2003). Em seu discurso, Lula procura destacar a grandeza do bloco como um todo, com seus 220 milhões de falantes. No entanto, Rossi, colunista da Folha de S.Paulo, ressalta que “os números precisam ser postos em perspectiva (...) Os países da CPLP têm, de fato, 220 milhões de habitantes, mas dois terços estão concentrados em um só deles – o Brasil”. Ou seja, não fosse pela grandeza do Brasil, a CPLP não teria tamanha magnitude. E os outros países parecem saber disso, como vimos no caso do Timor Leste que optou por ter o Brasil como “país amigo” (*Timor Lorosae*, Tendências e debates, 24/08/2001). Há, ainda, o reconhecimento desse fato pelo próprio premiê português em visita ao local onde hoje se encontra o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo; o premiê destaca também a importância de um projeto como este no Brasil (*Premiê português visita obra de centro de preservação do idioma em SP*, Brasil, 10/03/2004).

O que se pode, pois, observar é que, ainda que a língua portuguesa seja apresentada como um território, confundindo-a mesmo com a idéia de nação, o português brasileiro é colocado em uma posição distinta do português dos demais países, principalmente em relação a Portugal: quem um dia foi responsável pela colonização lingüística no mundo, cede hoje lugar a uma antiga colônia, que até mesmo “exporta” o português para a antiga metrópole e, ainda, recebe o “bastão” do saber em língua portuguesa.

Tomando por base todas as análises feitas ao longo desse capítulo, formulamos nossa hipótese com relação à semântica discursiva da posição Folha, neste segundo eixo temático. O



que nos parece é que o filtro semântico desse discurso apóia-se, fundamentalmente, sobre os seguintes semas: /promoção/, /divulgação/, /unidade/ e /liderança/. Isto porque a posição Folha, neste eixo II, insere-se numa política de promoção e divulgação da língua portuguesa ao redor do mundo, procurando exaltar a sua unidade, mas sem se esquecer de que há um líder para este bloco: o Brasil. As matérias analisadas sustentam nossa hipótese, visto que, mesmo quando procuram enfatizar a língua portuguesa como uma pátria sem fronteiras, como um elemento de identidade nacional (e transcontinental), assumem que há um país – o Brasil – cuja liderança na CPLP o torna capaz de tocar adiante a política de promoção e divulgação da (una) língua portuguesa.

Comparando a *posição Folha* nos dois eixos temáticos, temos o seguinte quadro de semas:

<b>EIXO I</b>		<b>EIXO II</b>	
<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>	<i>Semas positivos</i>	<i>Semas negativos</i>
/proteção/	/descaso/	/promoção/	/desprestígio/
/preservação/	/abuso/ /uso inadequado/	/divulgação/	/fechamento/
/homogeneidade/	/descaracterização/	/unidade/	/dispersão/
/liberdade/	/restrição/ /censura/	/liderança/	/submissão/

Como vimos no capítulo anterior, com relação ao inglês, a posição Folha assume uma postura de “intermediação” na polêmica aberta entre a posição antiestrangeirismo e a posição da lingüística. Nesse sentido, defende a proteção da língua nacional, bem como sua preservação – regida por um bom-senso do falante (e não por meio do controle exercido a partir de uma lei), quando do uso de palavras estrangeiras –, a fim de não descaracterizá-la enquanto tal e garantir sua homogeneidade. No que diz respeito ao segundo eixo temático, a

posição Folha assenta-se sobre a idéia de promoção e divulgação da língua portuguesa, que deve ser compreendida como uma política de valorização dessa língua, especialmente da variedade brasileira (já que o Brasil é colocado como líder do CPLP), de modo a não permitir seu desprestígio frente, por exemplo, ao português europeu, tido, no passado, como “melhor”. A divulgação do português do Brasil pelo mundo opõe-se a uma política de fechamento (em que o português seria usado somente em solo nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que possibilita uma expansão das fronteiras do território da língua portuguesa – considerando o caso do Timor Leste, que quis assumir o português como língua nacional, e ter o Brasil como país amigo. Essa expansão da língua portuguesa garantiria, em certa medida, uma unidade lingüística, sobre a qual se sedimentaria a força política do bloco dos países da CPLP.

Feitas essas considerações, podemos dizer que, de maneira geral, os dois eixos encontram-se bastante imbricados. Com relação ao primeiro eixo, a posição Folha estabelece que é preciso proteger e preservar a língua portuguesa da “invasão” de estrangeirismos a fim de não descaracterizá-la enquanto tal. Como vimos, há uma tentativa de se fazer frente ao inglês e à “avalanche cultural” que ele traz consigo. Nesse sentido, promover e divulgar a língua portuguesa no mundo é visto como a política adequada. Para tanto, faz-se necessário unificar a língua entre os países da CPLP, tornando-a uma, a verdadeira pátria. Assim, há que se unificar não apenas a ortografia da língua, mas congregar todos os países que a têm como língua oficial, a fim de ganhar força política no cenário internacional. Tal unificação, contudo, do ponto de vista político, precisa de um líder, e esse papel de liderança é, de acordo com os enunciados produzidos a partir da posição Folha no eixo II, do Brasil.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS: ALGUNS RECOMEÇOS

Ao longo desta pesquisa, procuramos mostrar de que maneira a legitimação de uma identidade nacional – ou a constituição de uma identidade transcontinental – supõe, conforme nossa hipótese central, a questão lingüística. Fizemos isso a partir de dois eixos temáticos – espaços discursivos constituídos a partir de uma leitura preliminar das matérias da Folha de S.Paulo que compunham nosso *corpus* – em que a língua portuguesa aparece confrontada ora com o inglês (eixo I), ora com as demais variedades do português (eixo II).

A partir da análise de cada um desses eixos, pudemos observar questões importantes a respeito da constituição de posicionamentos discursivos implicados nas polêmicas em torno da identidade nacional. Retomaremos essas questões a partir de agora, com o objetivo de apresentarmos uma conclusão mais sistemática da pesquisa.

Em primeiro lugar, há que se dizer, em relação à constituição dos semas referentes a cada um dos posicionamentos apresentados no eixo I e no eixo II, que é no processo de interincompreensão regrada, decorrente da relação interdiscursiva instaurada no campo *de debates em torno da identidade nacional*, que as identidades de cada um dos posicionamentos foram se definindo.

No que diz respeito ao primeiro eixo, pudemos observar três posicionamentos distintos com relação à presença de estrangeirismos, em especial os de língua inglesa, no português:

1º Posição antiestrangeirismo: defende uma política de proteção da língua portuguesa frente à presença de palavras estrangeiras, por entender que isso descaracteriza a língua nacional, colocando, então, a própria soberania nacional em xeque. Esse posicionamento articula-se sobre os semas positivos /proteção/, /preservação/, /homogeneidade/ e /controle/.

2º Posição da lingüística: em controvérsia violenta com a posição antiestrangeirismo. O discurso produzido por essa posição apóia-se sobre a idéia de que a língua não pode ser fechada a influências externas, posto que desse processo de trocas e empréstimos resulta sempre o enriquecimento lingüístico. Além disso, defende a liberdade do falante na decisão de usar ou não palavras estrangeiras. Assim, os semas positivos referentes a esse posicionamento são, como visto, /abertura/, /enriquecimento/, /heterogeneidade/ e /liberdade/.

3º Posição Folha: é o posicionamento do jornal, que não entra em confronto direto com nenhum dos posicionamentos anteriores, reforçando o mito de “mediadora” dado à imprensa de maneira geral. Esse posicionamento articula-se sobre os semas positivos /proteção/, /preservação/, /homogeneidade/ e /liberdade/.

Já o eixo II não tem o caráter de polêmica *stricto sensu*, isto é, entendida como controvérsia violenta. A polêmica aqui deve ser vista no sentido de aparente aliança, em que o português brasileiro, diante das demais variedades da língua, é exaltado. O Brasil, em consequência, é apresentado como o líder do bloco dos falantes de português, saindo, enfim, da posição de colonizado em relação a Portugal. Com isso, é dever do Brasil assumir a frente de uma política de promoção e divulgação da língua portuguesa pelo mundo, com o objetivo de medir forças com o inglês. Assim, a posição Folha referente a este segundo eixo apóia-se sobre os semas positivos /promoção/, /divulgação/, /unidade/ e /liderança/.

Ao observarmos as matérias que compunham o eixo II, notamos que havia ali cinco delas a tratar do Museu da Língua Portuguesa, recém-inaugurado na Estação da Luz (São Paulo). Essas matérias nos chamaram a atenção em virtude de apresentarem o Museu como sendo o lugar da “preservação” da língua nacional e, em razão disso, uma nova perspectiva

abriu-se diante de nós: uma análise da semântica discursiva do Museu da Língua Portuguesa. No entanto, por se tratar de uma empreitada que demandaria mais tempo, pensamos em apresentar algumas questões relativas ao Museu na forma de apontamentos, até mesmo por não termos desenvolvido uma análise sistemática do local. Assim, falaremos um pouco sobre o local<sup>65</sup>, tomando como *corpus* alguns dos discursos que lá circulam, além de tecermos considerações a respeito das cinco matérias acima citadas, a fim de apontar para uma outra hipótese elaborada (mas não desenvolvida) ao longo deste trabalho, a saber, de que há uma certa convergência entre a semântica discursiva que rege a posição Folha (no eixo II) e a semântica discursiva a partir da qual se funda e se organiza o Museu – o que pode indiciar um movimento de construção de um posicionamento hegemônico – e até mesmo institucional – em relação ao lugar da variedade brasileira em relação às demais variedades da língua portuguesa.

## 1 Perspectivas

Mainueneau (1984/2005), como apontado no capítulo teórico desta dissertação, concebe o filtro semântico de um discurso como sendo responsável pelo funcionamento, não apenas do universo exclusivamente lingüístico de uma formação discursiva, mas por domínios semióticos variados – quadros, obras musicais, organização da comunidade discursiva etc. A implicação disso para a prática do analista é que a unidade de análise passa a ser não o discurso enquanto conjunto de enunciados, mas toda a *prática discursiva*. Isso nos leva, a enunciar junto ao autor a seguinte proposição: “o pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos de domínios intersemióticos diferentes exprime-se em termos de

---

<sup>65</sup> Em função da dificuldade de levantamento de *corpus* no local, não faremos uma análise do Museu no que se refere a seus aspectos semióticos (não-verbais). Privilegiamos a produção discursiva verbal enunciada (na forma de textos orais e escritos) no local e veiculada no site do Museu, ainda que em alguns momentos tenhamos considerações acerca de questões de natureza não-verbal. Gostaríamos de desenvolver, futuramente, pesquisa relacionada à arquitetura do Museu, bem como em relação aos discursos não-verbais (fotos, imagens, imagens em movimentos, trilha sonora) que ali circulam.

conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas” (MAINGUENEAU, 1984/2005, p 146), ou seja, o sistema de uma dada formação discursiva restringe os modos de estruturação dos diversos domínios do discurso, quaisquer que sejam eles.

Nossa hipótese é que a fundação do Museu da Língua Portuguesa<sup>66</sup> faz parte de uma prática discursiva que organiza uma política de /promoção/ e /divulgação/ da língua portuguesa. Mais que isso, parece-nos que a semântica discursiva a partir da qual se funda e se organiza o Museu não é diferente da semântica discursiva da posição Folha, o que nos sugere, como dissemos, a existência de uma tentativa de construção de um posicionamento hegemônico sobre a língua portuguesa do Brasil em relação às demais variedades do português e, pode-se dizer, até mesmo de institucionalização desse posicionamento. Buscaremos fundamentar essa hipótese a seguir.

A proposta do Museu, de acordo com duas matérias publicadas na Folha, é apresentar, especialmente ao público nacional, os caminhos da língua portuguesa no Brasil, dando ênfase à literatura nacional, de forma a unir língua, literatura e tecnologia, conforme fica evidenciado nos fragmentos abaixo:

Porta de entrada em São Paulo e primeiro contato de muitos imigrantes com o idioma do país, no fim do século 19, a Estação da Luz foi o ponto escolhido para abrigar o Museu da Língua Portuguesa, cuja inauguração acontece em março de 2006. Projeto de R\$ 36 milhões que ocupará os três andares do antigo prédio administrativo da gare, **o museu tem como locomotiva a literatura brasileira**. Ela estará à espera dos visitantes passageiros no terceiro andar, onde começa a viagem. Lá fica a Praça da Língua, onde o compositor José Miguel Wisnik e o professor da PUC-SP Arthur Nastrovski, articulista da Folha, propõem uma composição de **pérolas da poesia e prosa nacionais**. (...) No segundo piso, a próxima parada da visita pelo português: na Grande Galeria, uma tela de 120 metros exibe filmes que revelam o idioma nos nossos afazeres, e **painéis lembram as influências lingüísticas**. Depois, o crítico e historiador da literatura Alfredo Bosi compila cem **textos representativos da literatura em língua portuguesa**, numa linha do tempo que vai do Brasil colonial ao século 20. Segundo Bosi, **o objetivo principal da linha foi a inclusão de obras de autores brasileiros "de nascimento ou adoção, que, nesta data, 2005, já nos deixaram"**. (...) A viagem pela língua portuguesa nos trilhos da **literatura brasileira** termina no primeiro andar, onde a diretora de teatro Bia Lessa assina a primeira **exposição temporária** do museu, que durante seis meses irá homenagear os 50 anos de "Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa. (*Literatura brasileira chega à Estação da Luz*, Ilustrada, 29/12/2005, grifo nosso).

<sup>66</sup> As matérias da Folha de S.Paulo oscilam na denominação do local, ora fala em Museu, ora em Memorial. No próprio local, a denominação usada é *Museu*.

Para Isa Ferraz, cientista social coordenadora da elaboração do conteúdo do projeto, **o museu é um espaço para o reconhecimento da língua portuguesa do Brasil**. "Não queríamos um tratamento acadêmico ou de espetáculo público. Queríamos algo com uma abordagem diferente", explica, e acrescenta que o projeto é o **primeiro museu de idioma do mundo**. Para outros envolvidos, a visão é um pouco diferente. O poeta e antropólogo Antonio Risério, por exemplo, é o responsável pela definição da instituição como **um "parque de diversões"**. (*Estação da Luz abrigará museu da língua portuguesa até dezembro*, Ilustrada, 13/04/2005, grifo nosso).

A reportagem *Premiê visita obra de centro de preservação do idioma em SP*, por sua vez, relata a visita do primeiro-ministro português, buscando corroborar o papel de líder do Brasil na CPLP, especialmente em relação a Portugal. O Museu aparece como um reforço ao discurso da superioridade brasileira sobre Portugal, bem como sobre os demais países onde a língua portuguesa é falada. Nesse sentido, o próprio premiê aponta a importância da escolha do local para a construção do centro em questão:

"São Paulo é a **maior cidade do mundo que fala português**. Este empreendimento será um museu vivo em homenagem à língua portuguesa", disse ele. (...) "Não podia deixar de vir a São Paulo que é, sem dúvida, a **capital econômica da América Latina**. A situação de Portugal é bem melhor do que aparenta. É isso que vou apresentar aos **investidores brasileiros**, que **serão bem-vindos**. Vamos promover **trocias nos dois sentidos**. Isso é **útil para os dois países**", disse Barroso. (Brasil, 10/03/2004, grifo nosso).

Em outra matéria publicada na Folha, o Museu é visto como um *centro de referência* de importância *mundial*:

O memorial **permitirá que outros países que falam a língua também possam participar**. "A idéia é ter uma ação interativa e poder, através da internet, dialogar com os países de língua portuguesa. O **centro de referência** pretende ter uma **importância mundial**." (*São Paulo terá memorial da língua portuguesa*, FOVEST, 25/07/2002, grifo nosso).

No que se refere, propriamente, ao Museu da Língua Portuguesa, ele ocupa, como já apontado em citação acima, os três andares do antigo prédio da administração da Estação da Luz em São Paulo. A visita ao "parque de diversões" começa de cima para baixo, do terceiro para o primeiro andar. Sobre este primeiro andar, vale reforçar que seu objetivo é apresentar uma exposição rotativa sobre grandes autores nacionais de nascimento, preferencialmente – mas também estão incluídos os que "adotaram" o Brasil como sua pátria. Trata-se, portanto,

de um local para a divulgação da literatura brasileira. Até o momento houve duas exposições: a primeira, como expresso no fragmento acima, sobre a obra de Guimarães Rosa e a segunda, atualmente no local, sobre Clarice Lispector.

Em relação ao terceiro andar, o primeiro a ser visitado, há nele um auditório onde um vídeo sobre linguagem, narrado por Fernanda Montenegro, é apresentado. Este vídeo procura abordar aspectos relativos à origem e formação das línguas, até chegar à língua portuguesa.

Vejamos a transcrição abaixo:

A linguagem humana surgiu há milênios, mas não resta nenhuma sombra ou registro da primeira palavra, do primeiro canto, da primeira dança. Tudo isso ficou invisível no tempo. Com a linguagem nasceu um universo propriamente humano. Razão e emoções, sonhos e projetos se organizaram e ganharam lugar. Só nós, os humanos, podemos escapar do presente e planejar o futuro. Só nós temos saudades do que passou e podemos inventar outros mundos. Nosso reino é o dos signos e nele se instaura o universo da palavra.

Não existe humanidade sem língua. É ela que dá sentido e significado ao que somos, pensamos e fazemos. A língua é como a espinha dorsal que põe de pé sociedades, organizando crenças e costumes, valores e comportamentos. Não se sabe ao certo como surgiram as milhares de línguas que existem. O que se sabe é que elas foram se formando nos mais variados cantos da Terra. Línguas diferentes entre si, cada qual com sua sonoridade, com seus modos de organizar as palavras, com seus timbres.

Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna e as palavras dessa língua nos abrigam e envolvem. Nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais. Hoje, ela é falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta. Entre os séculos XV e XVI, os portugueses se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras, levando a sua cultura e a sua língua. E os portugueses chegaram ao Brasil.

No Brasil, o português sofreu influência de línguas indígenas e africanas, e também das línguas de imigrantes. Os encontros e desencontros entre essas culturas e falares criaram uma língua única, original, e que continua a se reinventar todos os dias, pelas ruas e praças do país, nos seus ritmos e ritos, nos poemas e nas canções.

Pensamos em português, sentimos em português, criamos em português. É esta língua que nos faz ser quem somos. É com ela que afirmamos e expressamos a nossa identidade. Nossa língua é o nosso melhor retrato, a nossa pátria mais profunda.

No Brasil, a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção. Aqui vive a grande maioria dos seus falantes: gente que ajuda a conduzir pelo planeta o destino desse nosso antigo e belo IDIOMATERNO.

Enunciados presentes nas matérias que compõem nosso *corpus* são aqui atualizados, como, por exemplo, a língua portuguesa é falada por mais de 200 milhões de pessoas, em todos os continentes e no Brasil encontra-se a maioria dos seus falantes. Além disso, há também o mote encontrado na Folha de S.Paulo – “minha pátria é minha língua” –, ainda que expresso sob a forma “nossa língua é (...) a nossa pátria mais profunda”. O vídeo faz, pois,



como ocorre nas produções discursivas da posição Folha no eixo II, clara menção à relação existente entre língua e identidade<sup>67</sup>: “É esta língua que nos faz ser quem somos. É com ela que afirmamos e expressamos a nossa identidade”<sup>68</sup>. Do ponto de vista discursivo essa atualização de enunciados se explica a partir da proposta de semântica global de Maingueneau:

Se a incompatibilidade é radical e global, o conflito pode *a priori* recair sobre qualquer ponto; nada poderia ser indiferente a ele, já que em cada uma de suas enunciações, por ínfimo que pudesse parecer seu objeto, o discurso investe necessariamente tudo o que o torna possível. Virtualmente, os assuntos de litígio são, pois, em número infinito; na realidade, “**o enunciado é raro**”, para retomar a expressão de Foucault, **e redundante**. Em relação ao campo do possível, a lista dos assuntos efetivamente debatidos é muito limitada, e mesmo pouco variada, a **polêmica indo e voltando em torno de poucos pontos**. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 113, grifo nosso).

Ainda no terceiro andar, há a Praça da Língua, onde são declamados textos de poesia e prosa de literatura em língua portuguesa. Lá não há exclusividade brasileira: há poesias de Fernando Pessoa e uma de Sophia de Mello Breyner, importante poetisa portuguesa do século XX. No entanto, é relevante apontar que são os únicos portugueses mencionados. O poema de Breyner, aliás, é uma exaltação à variedade brasileira da língua portuguesa:

Gosto de ouvir o português do Brasil  
Onde as palavras recuperam sua substância total  
Concretas como frutos nítidas como pássaros  
Gosto de ouvir a palavra com suas sílabas todas  
Sem perder sequer um quinto de vogal

Quando Helena Lanari dizia o “coqueiro”  
O coqueiro ficava muito mais vegetal

Nesse poema, a variedade brasileira é comparada, ainda que não de maneira explícita, ao português de Portugal, em que a pronúncia tende a suprimir algumas vogais. O português do Brasil é descrito como a variedade na qual as palavras são “nítidas”, “concretas”,

<sup>67</sup> Na justificativa, que encontramos no *site* do Museu, para seu projeto de criação, também é possível verificar a relação entre língua e identidade: “O tema central do museu é a língua portuguesa – a base da cultura brasileira. Trata-se de um museu vivo da língua, onde os brasileiros podem se reconhecer e se conhecer melhor; lugar que evoca a especificidade e a riqueza da língua portuguesa do Brasil e busca, assim, **reforçar o sentimento de pertencimento e responsabilidade com o país**.” (grifo nosso). Disponível em <http://www.estacaodaluz.org.br>. Acessado em: 10/04/2006.

<sup>68</sup> É interessante assinalar que, ao reforçar o caráter materno da língua portuguesa para os brasileiros, o vídeo atualiza, em alguma medida, certa oposição aos estrangeirismos: “Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna e as palavras **dessa** língua nos abrigam e envolvem” (grifo nosso).

recuperando a “substância total” que lhes é própria. Além disso, o poema é lido por uma voz de sotaque português.

No segundo andar, ao longo da parede de 106 metros de extensão que exhibe vídeos sobre o uso da língua portuguesa no cotidiano, apenas situações brasileiras. Não há qualquer menção a outras variedades da língua. São retratados aspectos da música, dos carnavais, futebol, culinária, religiões, danças, relações humanas etc. Neste mesmo andar, mas do outro lado, há uma linha do tempo sobre a língua portuguesa no Brasil, suas influências e as mudanças consideradas relevantes por que passou.

É importante ainda observar, sobre o local, que a amplitude dos seus ambientes parece reforçar a idéia de grandeza não apenas da língua, mas também do Brasil. Essa “arquitetura” nos parece relevante do ponto de vista discursivo, visto que também existe em Mindelo, Cabo Verde (África) um espaço dedicado à língua portuguesa. No entanto, trata-se de uma pequena sala em um prédio onde encontram-se *banners* cedidos pelo Instituto Camões sobre a língua portuguesa no mundo. Já no caso do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, além de se tratar de um espaço muito mais amplo, há uma grande preocupação em se unir língua e tecnologia, fazendo do Museu um local onde o visitante não apenas aprende sobre a língua portuguesa, mas interage com ela.

Por fim, mas não menos importante, a logomarca do Museu (anexo B) é também representativa do seu papel. Trata-se de um desenho abstrato que lembra uma impressão digital: uma marca de individuação e de representação identitária.

Com base, então, nessas breves considerações finais apresentadas na forma de perspectivas, é que levantamos a hipótese de que semântica discursiva a partir da qual se funda e se organiza o Museu não é diferente da semântica discursiva da posição Folha (eixo II), o que nos sugere, como já dissemos, a existência de uma tentativa de construção de um posicionamento hegemônico e institucional sobre a língua portuguesa do Brasil em relação às

demais variedades do português. Mas trata-se de uma hipótese inicial, para um outro trabalho, talvez.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p.45-62.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

BRASIL. Projeto de Lei n. 1676, de 15 de setembro de 1999. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. O discurso inatingível: marxismo e lingüística. In: **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, RS, n. 6, abr-jun 1999. p. 5-18.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** (1969). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso** (1970). 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. Nas malhas da mídia: agenciando os gêneros, produzindo sentidos. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Identidade cultural e linguagem**. Cáceres, MT: Unemat Editora; Campinas, SP: Pontes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 13-38.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias (1967). In: **Revista Rua**, Campinas, SP, n. 1, 1995. p. 63-89.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade (1990). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBBSAWM, E., RANGER, T. (orgs.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise do discurso: a questão dos fundamentos. In: **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, SP, n. 19, jul-dez 1990. p. 65-74.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **A gênese dos discursos** (1984). Curitiba, PR: Criar, 2005.

\_\_\_\_\_. Unidades tópicas e não-tópicas. In: \_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. Curitiba, PR: Criar, 2006.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002. (Coleção Comunicação).

MENDONÇA, Marina Célia. **A luta pelo direito de dizer a língua**: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em Lingüística)–Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MUSSALIM, Fernanda. **A transposição erudita da barbárie**: aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Lingüística)–Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2. p. 101-142.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 311-319.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento (1983). Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel et al. Apresentação da análise automática do discurso (1982). In: GADET, Françoise, HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 253-282.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 353-392.

RENAN, Ernest. Qu'Est-ce une Nation? In: \_\_\_\_\_. **Oeuvres Complètes**. Paris: Calman-Lévy, 1947.

SILVA, T. D. Os manuais de imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. In: ORLANDI, Eni (org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

## ANEXO A – Projeto de Lei 1676/99

**"A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?"**

*Napoleão Mendes de Almeida, lingüista.*

### PROJETO DE LEI N<sup>o</sup>, 1676 DE 1999

(Do Sr. ALDO REBELO)

**Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.**

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1<sup>o</sup>.** Nos termos do caput do Art. 13, e com base no caput, I, § 1<sup>o</sup> e § 4<sup>o</sup> do Art. 216 da Constituição Federal, **a língua portuguesa:**

**I - é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;**

**II - é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;**

**III - constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.**

**Parágrafo único.** Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como Nação.

**Art. 2<sup>o</sup>.** Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

**I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;**

**II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;**

**III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;**

**IV - incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;**

**V - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;**

**VI** – atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

§ 1º . Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º . À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

**Art. 3º** . É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

**I** - no ensino e na aprendizagem;

**II** - no trabalho;

**III** - nas relações jurídicas;

**IV** - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

**V** - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

**VI** - nos meios de comunicação de massa;

**VII** - na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

**VIII** - na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º . A disposição do caput, I- VIII deste artigo não se aplica:

**I** - a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

**II** - a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

**III** - a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

**IV** - a membros das comunidades indígenas nacionais;

**V** - ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

**VI** - a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

**VII** - a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.



§ 2º . A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

**I** - tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

**II** - uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

**Art. 4º** . Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

**Parágrafo único.** Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

**I** - prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

**II** - prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

**III** - prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

**Art. 5º** . Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

**Parágrafo único.** Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

**Art. 6º** . O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, com multa no valor de:

**I** - 1.300 (mil e trezentas) a 4.000 (quatro mil) UFIRs, se pessoa física;

**II** – 4.000 (quatro mil) a 13.000 ((treze mil) UFIRs, se pessoa jurídica.

**Parágrafo único.** O valor da multa dobrará a cada reincidência.

**Art. 7º** . A regulamentação desta lei tratará das sanções premiaias a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

**Art. 8º** . À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições

de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

**Art. 9º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

**Art. 10.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura — seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos — como "holding", "recall", "franchise", "coffee-break", "self-service" — e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados — como "startar", "printar", "bidar", "atachar", "database". E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse — um autêntico milagre brasileiro — está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria "on sale" significa que esteja em liquidação ? Ou que "50% off" quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um "Jose" — sem acentuação! E o que falar do serviço de "clipping" da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da

"newsletter" da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de "personal banking" do Banco do Brasil — Banco DO BRASIL — espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, caput) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar — caput, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural — a língua materna —, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a Nação de que é preciso

agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar — com conhecimento, sensibilidade e altivez — a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: "Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade." (IN: CELSO CUNHA, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 — na ortografia original de 1968).

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em *CADERNOS ASLEGIS*, n° 4, 1998.

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei n° 75-1349, de 1975, substituída pela Lei n° 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o PL proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria Quero a minha língua de volta!, de autoria do jornalista e poeta JOSÉ ENRIQUE BARREIRO, publicada há pouco tempo no JORNAL DO BRASIL.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em, terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a  
a  
matéria de capa — A ciência de escrever bem — da revista ÉPOCA de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento

do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o PL ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente

conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura — a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores lingüistas, NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, no Prefácio de sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), "**conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. ... A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?**".

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999.

**Deputado ALDO REBELO**

Profissão: Jornalista

PCdoB — SÃO PAULO

Correio eletrônico: <dep.aldorebelo@camara.gov.br>

Página de Apresentação: <http://www.camara.gov.br/aldorebelo>

Câmara dos Deputados — Brasília

**Gabinete 924 — Anexo IV — Telefone: (61) 318-5924 — Fax: 318-2924**

**ANEXO B – Logomarca do Museu da Língua Portuguesa**

